



prgP

Programas
de Reordenamento
e Gestão da Paisagem

biodesign

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA (PRGP SM)

RELATÓRIO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Versão Final

5.^a Fase

2021/005

janeiro de 2023

DGT – DIREÇÃO-GERAL DO TERRITÓRIO

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA

Jorge Cancela

ÁREAS TEMÁTICAS – EQUIPA TÉCNICA

Gestão florestal e economia e desenvolvimento rural – Carlos Rio Carvalho, Margarida Tomé e Cláudio Heitor

Ecologia do fogo – Nuno Guiomar e Sílvia Faria

Avaliação, valoração e remuneração de serviços dos ecossistemas – Rui Santos, Paula Antunes e Carlos Rio Carvalho

Planeamento do território e gestão da paisagem – Jorge Cancela, João Pedro Carvalho, Sara Fernandes e Ana Queiroz do Vale

Promoção de processos participativos – Paula Antunes, Pedro Clemente e Rui Santos

Sistemas de Informação Geográfica – Ana Preto

Avaliação Ambiental Estratégica – Ana Neves Adelino, Rosa Silvério e Ana Jerónimo

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM SERRA DA MALCATA (PRGP SM)

RELATÓRIO DA DISCUSSÃO PÚBLICA Versão Final

ÍNDICE GERAL

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | ENQUADRAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PRGP SM E METODOLOGIA PREVISTA PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA..... | 3 |
| 2 | PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO PROCESSO – SESSÕES REALIZADAS..... | 7 |
| 2.1 | ABORDAGEM DURANTE A FASE PROSPETIVA | 7 |
| 2.2 | REUNIÃO COM AS ENTIDADES DE ACOMPANHAMENTO | 8 |
| 2.3 | DIAGNÓSTICO DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PRESSÕES NA ÁREA DE ESTUDO..... | 10 |
| 2.4 | IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FUTURO E ÁREAS/ELEMENTOS COM INTERESSE PARA VALORIZAÇÃO E GESTÃO NO ÂMBITO DO PRGP SM..... | 13 |
| 2.5 | REUNIÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA | 17 |
| 2.6.1 | SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS E APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA | 19 |
| 2.6.2 | DISCUSSÃO DE TEMAS-CHAVE PARA O PRGP SM..... | 21 |
| 2.6.2.1 | Grupo I – Florestas e sistemas agro-silvopastoris | 21 |
| 2.6.2.2 | Grupo II – Valorização dos ecossistemas naturais. Turismo, recreio e património | 24 |
| 2.6 | SÍNTESE DA REUNIÃO DE PARTICIPAÇÃO | 26 |
| 2.7 | PRÓXIMOS MOMENTOS PARTICIPATIVOS..... | 26 |
| 3 | DISCUSSÃO PÚBLICA..... | 28 |
| 3.1 | PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA..... | 28 |
| 3.2 | DOCUMENTOS E FORMAS DE CONSULTA..... | 32 |
| 3.3 | SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE | 35 |
| 3.4 | SUBMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES | 39 |
| 3.5 | ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES..... | 39 |
| 3.6 | RESULTADOS DA PONDERAÇÃO | 70 |
| | ANEXOS..... | 71 |

ÍNDICE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Enquadramento nacional e regional da área de intervenção do PRGP SM | 4 |
| Figura 2 – Enquadramento da área de intervenção do PRGP SM na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000 | 5 |
| Figura 3 – Faseamento dos momentos participativos | 27 |
| Figura 4 – Anúncio de abertura do período de discussão pública | 29 |
| Figura 5 – Anúncio de abertura do período de discussão pública na edição de dia 18 de novembro de 2022 do Jornal Público | 30 |
| Figura 6 – Portal Participa, espaço dedicado à discussão pública do PRGP SM..... | 31 |
| Figura 7 – <i>Banner</i> de divulgação da sessão pública do PRGP SM..... | 31 |
| Figura 8 – Formulário de participação em formato papel..... | 34 |
| Figura 9 – Registo fotográfico da sessão..... | 36 |
| Figura 10 – Registo fotográfico da sessão..... | 37 |
| Figura 11 – Registo fotográfico da sessão..... | 38 |

ÍNDICE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 – Lista de entidades entrevistadas..... | 8 |
| Quadro 2 – Principais temas abordados pelas entidades presentes na 1ª reunião de acompanhamento ... | 9 |
| Quadro 3 – Lista de entidades participantes na sessão | 18 |
| Quadro 4 – Lista de serviços de ecossistemas prioritários | 19 |
| Quadro 5 – Ranking dos serviços de ecossistemas prioritários | 20 |
| Quadro 6 – Quadro de análise e ponderação das participações | 40 |

1 ENQUADRAMENTO DA ELABORAÇÃO DO PRGP SM E METODOLOGIA PREVISTA PARA A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

A revisão do PNPOT publicada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, identifica a vulnerabilidade dos territórios de floresta e o reconhecimento e valorização do seu capital natural como ativos estratégicos para o desenvolvimento das áreas rurais, estabelecendo assim um conjunto de intervenções de base territorial, que pretendem a revitalização de atividades económicas, a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas e a valorização do território através da gestão da paisagem.

Neste contexto são aprovados e publicados o PTP (Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho) e o regime jurídico da reconversão da paisagem (RJRP - Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho), que estabelecem um conjunto de medidas programáticas e um quadro de instrumentos jurídicos para definir, planejar, programar e gerir os territórios florestais vulneráveis, atendendo à sua organização espacial, que viriam posteriormente, a ser delimitados e publicados pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.

Uma das medidas programáticas de intervenção previstas no PTP e no RJRP correspondem aos PRGP, “destinados a promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas”, através da definição de diretrizes de planeamento e gestão e de ações prioritárias de intervenção, a partir da aptidão do solo e das necessidades de gestão e de ordenamento. Além disso, está ainda patente, e em linha de conta com o Pacto Ecológico Europeu, o reconhecimento dos serviços dos ecossistemas e a necessidade da sua remuneração.

Neste enquadramento legal que surge o presente Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (SM), cuja determinação de elaboração foi efetuada pelo Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março.

A elaboração do PRGP SM, enquanto programa setorial é determinada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial – RJIGT), e nos termos da legislação específica, Artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 28 -A/2020, de 26 de junho.

Os territórios potenciais para delimitação das áreas a sujeitar a estes programas foram definidos no Anexo I da Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho. Sendo que a área de intervenção do PRGP SM, foi definida com base no âmbito territorial disposto no Anexo IV do n.º 2507-A/2021, de 4 de março, e possui uma expressão territorial de 57 308,5 hectares, localizando-se na zona

Centro (NUTS II), na transição entre os territórios da Beira Baixa e das Beiras e Serra da Estrela (NUTS III). Na sua extensão encontram-se integrados em parte, os concelhos da Guarda, Sabugal e Penamacor, conforme ilustrado na figura seguinte.

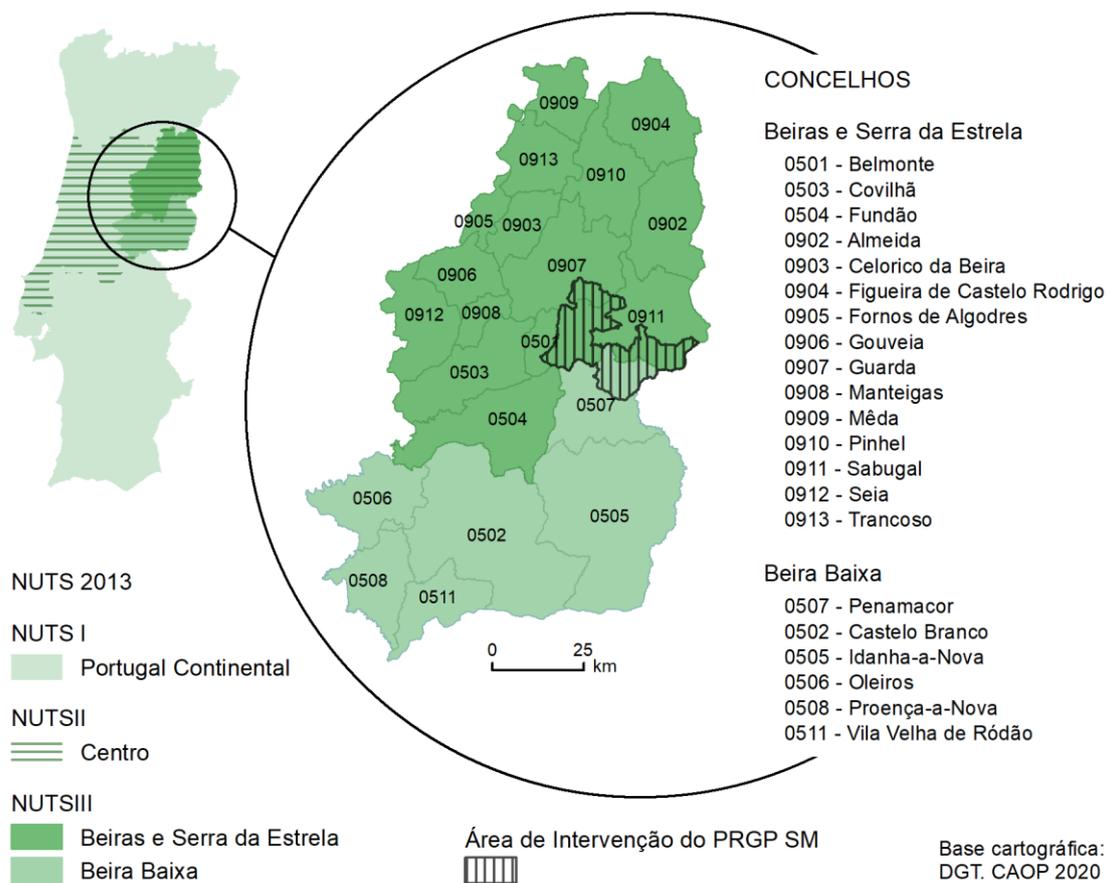


Figura 1 – Enquadramento nacional e regional da área de intervenção do PRGP SM

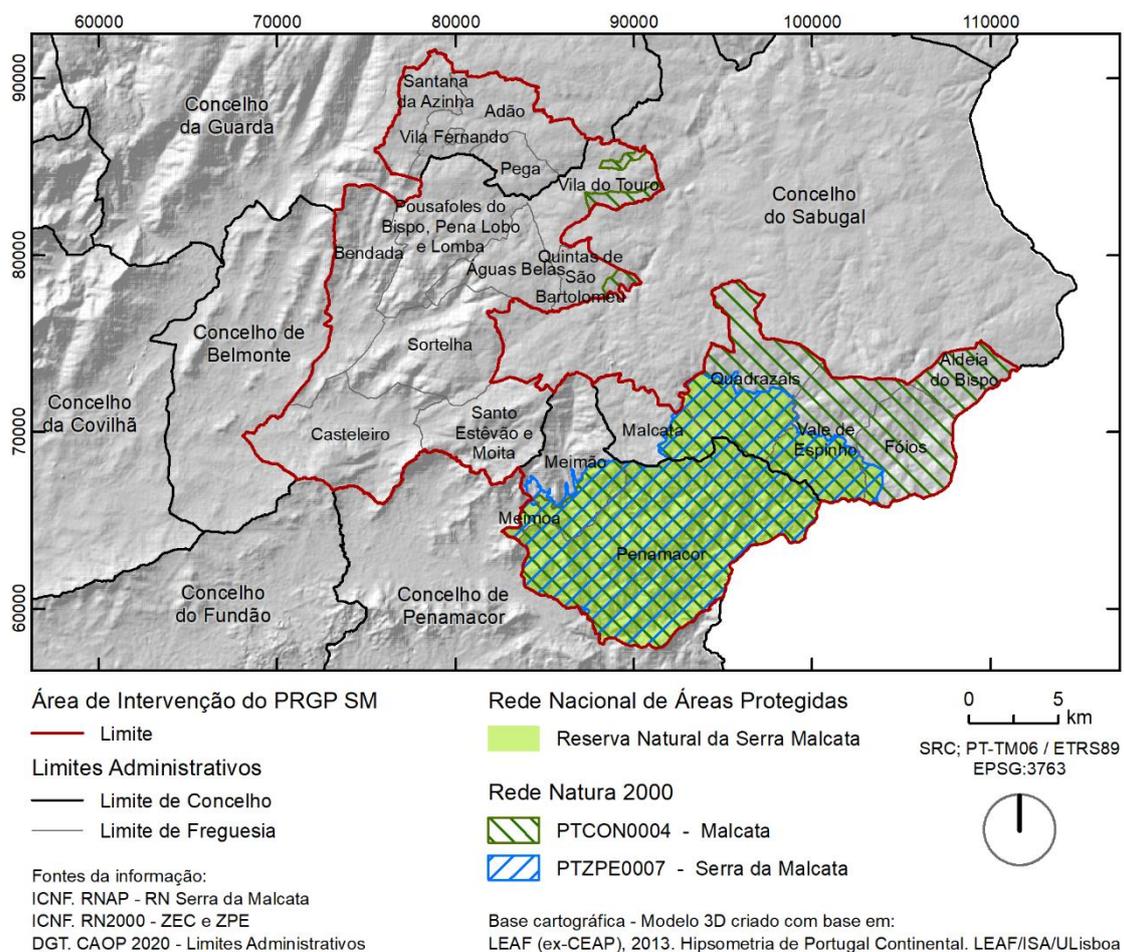


Figura 2 – Enquadramento da área de intervenção do PRGP SM na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura 2000

A transformação da paisagem resultante da proposta de PRGP SM requer um processo de participação pública alargada, envolvendo os atores locais e regionais, institucionais e da sociedade civil (instituições, organizações sociais e económicas e populações), contribuindo para a construção de uma visão conjunta do reordenamento e gestão da paisagem e de uma nova economia rural, que garanta resiliência, rendimento das atividades económicas e qualidade de vida das populações locais. Este processo foi iniciado durante a fase de desenvolvimento do PRGP SM.

O envolvimento das partes interessadas, ao longo de todo o processo de desenvolvimento da proposta de reordenamento e gestão da paisagem, mostra-se essencial na medida em que permite integrar informação, conhecimento e experiências que estão para além das abordagens estritamente técnico-científicas. Simultaneamente, torna-as parte ativa na formulação de soluções e no processo de tomada de decisão, incentivando a sua adesão e co-responsabilização na execução do Programa, possibilitando ainda o eventual estabelecimento de parcerias, desde a fase de conceção. Adicionalmente, a implementação de um processo aberto e transparente de participação assegura que

todos os atores com um papel relevante na área de estudo têm uma oportunidade de manifestar as suas preocupações e pontos de vista, conferindo assim uma legitimidade acrescida a todo o processo.

O acompanhamento do PRGP SM constitui uma parte do processo participativo e é efetuado nos termos do disposto no Artigo 48.º do RJIGT, estando sobre a coordenação da Direção Geral do Território (DGT), que neste âmbito identificou doze entidades territorialmente competentes, previstas no n.º 12 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, a saber:

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro;
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste (ARH Tejo e Oeste);
- Administração da Região Hidrográfica do Centro (ARH Centro);
- Entidade Regional de Turismo do Centro;
- Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P.;
- Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (integra os municípios de Guarda e Sabugal);
- Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (integra o município de Penamacor);
- Município da Guarda;
- Município de Penamacor;
- Município do Sabugal.

Foram indicados interlocutores/representantes de todas estas entidades para acompanharem o processo. Além destas entidades de acompanhamento, foram identificadas e envolvidas outras partes interessadas, como instituições públicas e privadas de vários âmbitos territoriais e setoriais, organizações socioeconómicas e população, que pela sua presença e influência no território podem contribuir ao longo dos diferentes momentos participativos. Por essa razão, foi elaborada uma lista inicial de partes interessadas, a qual foi sendo atualizada e expandida durante a elaboração do Programa, à medida que iam decorrendo os diversos momentos de interação.

Durante o processo de elaboração do PRGP SM realizaram-se os seguintes momentos participativos:

- Entrevistas;
- Reuniões com entidades de acompanhamento;
- Reuniões de participação pública alargada;
- Sessões públicas de apresentação e debate.

Nos capítulos 2 e 3 são descritos os momentos participativos.

2 PARTICIPAÇÃO AO LONGO DO PROCESSO – SESSÕES REALIZADAS

2.1 ABORDAGEM DURANTE A FASE PROSPETIVA

Durante a presente fase, procedeu-se a uma análise dos atores a operar no território que pela sua atividade, autoridade ou dinamismo, são de especial interesse para o desenvolvimento deste Programa. Com base na literatura e informação pública disponível, foi identificado um grupo inicial de atores presentes nos concelhos da Guarda, Sabugal e Penamacor, nas regiões da Beira Baixa e das Beiras e Serra da Estrela, incluindo instituições, empresas, entidades, associações e grupos que, pelas suas características, poderiam ser importantes para o desenho e execução do Programa.

Esta análise permitiu efetuar um primeiro mapeamento das partes interessadas na área de estudo, que sustentou a estratégia delineada para os primeiros contactos. Foram assim contactadas, via email e telefone, todas as Entidades de Acompanhamento (EA) do PRGP SM, sinalizadas pela DGT, mas também outros atores locais/regionais identificados como podendo ter um papel efetivo na atual dinâmica e na potencial transformação do território. Esse contacto visou marcar uma primeira reunião, que teve como agenda: (1) apresentar a equipa e a estratégia de envolvimento das partes interessadas a implementar ao longo do PRGP SM; (2) conhecer o papel e dinâmica desse ator no território; e (3) obter a leitura que o ator faz das principais tendências, pressões e oportunidades na área do Programa. Nestas reuniões foi também solicitado que fossem indicados outros atores considerados relevantes para este Programa o que permitiu, progressivamente, validar e expandir o mapeamento das partes interessadas na área em estudo, numa abordagem de ‘bola de neve’.

No Anexo I estão listados todos os atores identificados sendo que, como anteriormente referido, este mapeamento poderia ainda ser atualizado durante a fase de consulta pública do PRGP SM, ou mesmo durante a sua execução.

Na primeira ronda de contactos foi possível agendar doze entrevistas (ver Quadro 1), oito delas realizadas com elementos designados pelas EA do Programa (de um total de doze) e com outras quatro entidades, duas de âmbito regional (Acriguarda e OPAFLOR) e duas de âmbito local (Associação Malcata com Futuro e empresa MirtilRaia). Este conjunto inicial de contactos permitiu ter uma visão diversificada das principais dinâmicas do território, uma vez que incluiu atores regionais e locais, atores dos diferentes concelhos, de diferentes setores e combinando atores com uma dimensão mais política/estratégica e outros de maior ação/operacionalização no território.

As reuniões foram realizadas entre os dias 28 de setembro e 9 de novembro de 2021, através da plataforma Zoom, tendo sido previamente enviados um conjunto de elementos de caracterização do Programa (e.g. *shapefile* da área de intervenção) para enquadrar a reunião e contextualizar os atores

entrevistados, uma vez que nesta fase prospetiva do Programa se considerou relevante divulgar os seus objetivos e a área de intervenção.

Quadro 1 – Lista de entidades entrevistadas

| Entidade | Categoria | Escala de atuação | Temática(s) de Intervenção |
|---|----------------------------------|-------------------|--|
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Entidade de Acompanhamento | Regional | Ordenamento do território. Transversal |
| Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro | Entidade de Acompanhamento | Regional | Conservação da natureza e gestão de recursos |
| Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste - ARH Tejo e Oeste | Entidade de Acompanhamento | Regional | Recursos hídricos |
| Entidade Regional de Turismo do Centro | Entidade de Acompanhamento | Regional | Turismo, património e cultura |
| Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela | Entidade de Acompanhamento | Intermunicipal | Florestas e turismo |
| Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa | Entidade de Acompanhamento | Intermunicipal | Florestas e turismo |
| Câmara Municipal do Sabugal | Entidade de Acompanhamento | Municipal | Transversal |
| Câmara Municipal de Penamacor | Entidade de Acompanhamento | Municipal | Transversal |
| Acriguarda - Associação de Criadores de Ruminantes da Guarda | Associação social ou empresarial | Local | Agricultura e Pecuária |
| OPAFLORE - Associação de Produtores Florestais da Serra da OPA | Associação social ou empresarial | Local | Florestas e desenvolvimento florestal |
| Associação Malcata com Futuro | ONG de desenvolvimento local | Local | Dinamização de atividades económicas e culturais |
| MirtilRaia | Empresas | Local | Agricultura - Produtora de mirtilos |

2.2 REUNIÃO COM AS ENTIDADES DE ACOMPANHAMENTO

No dia 2 de novembro de 2021 teve lugar no Sabugal a 1ª reunião de acompanhamento do PRGP SM, com a presença dos representantes das Entidades territorialmente competentes, designados e convocados pela DGT. Nessa reunião foi realizada uma breve apresentação do enquadramento, objetivos e abordagem do PRGP SM, pela DGT e pela equipa responsável pela elaboração do Programa, sendo depois recolhidos os comentários e preocupações das entidades presentes.

De um modo geral, as diferentes entidades vêem o PRGP SM como uma oportunidade para o território e para as populações e atividades económicas, contribuindo para dar resposta às suas preocupações e estando alinhados com os seus objetivos.

As principais preocupações levantadas prendiam-se com a necessidade de se promover uma efetiva articulação entre os diferentes instrumentos de gestão e planeamento que atuam no território. As entidades participantes alertaram também para a necessidade do PRGP SM atender às expectativas das populações locais, bem como às especificidades do território e à diversidade de contextos biogeográficos e socioeconómicos que nele coexistem, propondo estratégias que sejam suficientemente flexíveis para poderem ser ajustáveis a cada caso.

No Quadro 2 sintetizam-se os principais aspetos discutidos na reunião.

Quadro 2 – Principais temas abordados pelas entidades presentes na 1ª reunião de acompanhamento

| Entidade | Principais comentários |
|--------------------------------------|---|
| ICNF | PRGP como oportunidade para o território. Preocupação com articulação com a co-gestão e com o Plano de Ordenamento da Área Protegida. Importa ainda articular com projetos em curso de restauro de habitats. Criação de condições para recuperação do lince deve ser uma prioridade. |
| CM Penamacor | Diagnóstico e potencial do concelho e da área de intervenção do PRGP SM. PRGP SM deve considerar a diversidade de áreas e problemáticas na sua área de intervenção. Importância para auscultação dos atores no terreno, em particular, Juntas de Freguesia, associações florestais e outras entidades intervenientes no território. |
| CIM Beiras e Serra da Estrela | PRGP como mais-valia e alavanca para o território. Necessidade de incluir as pessoas que vivem no território, para assegurar criação de mais emprego e contributo para a qualidade de vida das populações locais. |
| AGIF | Coincidência entre o PRGP e as orientações estratégicas do PNGIFR e do Programa Nacional de Ação. Preocupação com a criação de valor e com a necessidade de compatibilizar objetivos do PRGP SM com as atividades e rendimentos das populações, não limitando as oportunidades e a atratividade da região. Importância da articulação entre o PRGP e os Programas Sub-Regionais de ação (PSA). |
| DRAP Centro | Recenseamento agrícola confirma diagnóstico de abandono. No entanto a agricultura tem um papel fundamental no contexto do PRGP SM. Papel da pecuária extensiva (bovinos de carne) e dependência dos apoios da PAC. Importância de atração de jovens agricultores. Questiona critérios de definição da área de intervenção. Dúvidas sobre os serviços que se espera que os agro-sistemas venham a prestar e como irá ser realizada a sua remuneração. |
| APA / ARH-Norte | Preocupação com as pressões nos recursos hídricos, tais como a artificialização e contaminação das linhas de água, a destruição da galeria ripícola, as espécies invasoras e o declínio dos amieiros. |
| CCDR - Centro | Importa acautelar interface dos sistemas urbanos e suas funções com a paisagem. Articulação com os PDM. |

2.3 DIAGNÓSTICO DAS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS E PRESSÕES NA ÁREA DE ESTUDO

As entrevistas realizadas com os intervenientes indicados permitiram identificar as grandes tendências socioeconómicas e biofísicas no território do PRGP SM. Foi ainda identificado um conjunto de fragilidades e pressões que constituem fatores críticos a considerar nas opções preconizadas para o desenho da paisagem proposta no âmbito do PRGP SM, sendo alguns deles de ordem mais transversal e outros mais específicos de diferentes setores ou áreas geográficas. Apresenta-se de seguida uma síntese dos aspetos salientados pelos entrevistados.

A área de estudo, tal como a generalidade dos concelhos do interior de Portugal, é um território de baixa densidade populacional, progressivamente mais despovoado, e com uma população residente muito envelhecida. Para além da elevada emigração e reduzida natalidade associa-se a fraca capacidade de retenção de jovens que se deslocam para os centros urbanos à procura de qualificações e não regressam, em grande parte devido à falta de oportunidades de emprego e baixos salários na região, o que se reflete na fraca oferta de mão de obra, e em particular, de mão de obra qualificada.

Esta tendência de perda e envelhecimento populacional tem conduzido a uma degradação da capacidade de gestão e manutenção dos terrenos (população envelhecida com menor capacidade física para o fazer), mas também a um progressivo abandono da atividade agrícola e florestal em muitas propriedades. Observa-se uma tendência generalizada nas últimas décadas de decréscimo da atividade económica, seja do setor agrícola, florestal ou industrial; apenas o turismo tem vindo a inverter essa tendência, ainda que de forma tímida.

Numa parte relevante dos três concelhos abrangidos pela área de intervenção do Programa, observa-se uma ocupação territorial caracterizada por médias e grandes propriedades, que de forma geral têm sido geridas e exploradas de forma eficiente e produtiva, seja por privados, seja pelo ICNF nas extensas áreas públicas que detém na área da Reserva Natural da Serra da Malcata (RNSM) ou por grupos como Assembleias de Compartes encarregues da gestão de unidades de baldios. No entanto, o território também se caracteriza por alguma dispersão de minifúndios (entre 0,5 e 1 ha em média), que no passado suportaram a agricultura de subsistência das comunidades locais.

Atualmente, com o êxodo rural e o não regresso das novas gerações, estes terrenos de pequena dimensão são cada vez mais votados ao abandono, uma vez que não geram rentabilidade, não atraindo assim investimentos no setor agro-pastoril ou florestal. Assim, representam nalguns casos um passivo para os proprietários, sempre que os custos a suportar, designadamente para a sua manutenção e limpeza, não são compensados pelos rendimentos obtidos. De facto, os custos de gestão e limpeza em propriedades não produtivas podem representar um encargo significativo para proprietários destes terrenos, tipicamente com baixos rendimentos e geralmente sem acesso a apoios, ou residentes em

regiões distantes e focados noutras atividades económicas, que não conseguem ou não pretendem suportar esse custo.

As propriedades com atividade económica de maior rentabilidade são essencialmente de exploração florestal nas freguesias dos concelhos de Penamacor e do Sabugal que intersectam a área da RNSM, com uma produção muito centrada no pinheiro. Importa ainda destacar a freguesia de Fóios, no concelho do Sabugal onde existe uma exploração significativa de castanheiros para a produção de castanha. As restantes freguesias do concelho do Sabugal e do concelho da Guarda, que integram a área de intervenção do Programa são essencialmente agro-pastoris, com uma predominância de exploração pecuária, uma vez que as condições edafoclimáticas não permitem uma agricultura particularmente rentável.

As áreas agrícolas têm vindo a ser convertidas em explorações pecuárias, observando-se uma maior aposta em bovinos de carne, com um progressivo aumento dos efetivos por exploração, na sua maioria certificada na origem e de produção biológica e extensiva. Esta aposta no gado bovino é reflexo da sua maior facilidade de gestão comparativamente ao gado ovino e caprino, e da maior rentabilidade da carne bovina, nomeadamente considerando os apoios da PAC. Contudo, são poucos os pequenos e jovens agricultores/produtores a apostar na região, não conseguindo criar agrupamentos/associações, uma vez que mesmo em conjunto têm pouca escala e apresentam algumas dificuldades para aceder a financiamento e apoios à produção. Outro fator de constrangimento é a dificuldade de escoamento dos seus produtos, não existe suficiente procura localmente, à exceção de mercados locais, feiras gastronómicas e retalhistas, e não existe uma rede de distribuição ou intermediários que façam chegar os produtos aos grandes mercados nos centros urbanos.

As freguesias da área de intervenção são tradicionalmente pouco dinâmicas, apresentam uma baixa taxa de empreendedorismo, sem tradição de associativismo, partilha e colaboração em investimentos ou aquisições. Este contexto sociológico também tem sido um fator crítico limitante à evolução da atividade económica, tendo os municípios servido como motor das principais iniciativas de dinamização socioeconómica. O turismo surge como a atividade económica que mais tem crescido na área de intervenção do Programa, em particular no âmbito do turismo de natureza e património cultural. Contudo, conta ainda com poucas infraestruturas turísticas e algumas limitações à atividade recreativa e de lazer, particularmente na área da Serra da Malcata, que pelas suas características e valores naturais, suscita maior procura.

Um elemento considerado essencial para promover uma melhor gestão e valorização do território é a existência de um cadastro atualizado, que permita avaliar a efetiva dimensão e desagregação das propriedades de forma a poder orientar estratégias de gestão ou aquisição de terrenos com vista a potenciar a sua rentabilidade. O concelho de Penamacor tem o cadastro atualizado, mas os concelhos do Sabugal e da Guarda não têm, o que é um fator crítico limitante para este Programa. O trabalho de elaboração tem sido adiado por questões burocráticas, técnicas e práticas, uma delas passa pelo facto

de nem sempre ser possível identificar os atuais donos dos terrenos, e quando identificados, os donos, de 2ª e 3ª geração, já não residem nestes concelhos e não conseguem (ou não pretendem) localizar as propriedades que herdaram ou nem mesmo os seus limites.

A cada vez menor ocupação produtiva do território e conseqüente aumento do abandono dos terrenos, associados aos elevados custos da sua gestão têm conduzido a uma falta de limpeza e manutenção em algumas áreas do território. Assim, aumenta a presença de combustível fino, aumentando o risco de incêndio e os custos do seu combate. O concelho de Penamacor não tem apresentado um elevado número de ocorrências de incêndios, ao contrário do concelho da Guarda, que apresenta um maior número de ocorrências, e que tem sido ponto de entrada dos fogos que assolam a área de intervenção do Programa. No concelho do Sabugal, a área de Pousafoles e as freguesias de Águas Belas e Sortelha, que ficam na zona de transição, em serra, para o concelho da Guarda, são o principal corredor de entrada dos incêndios. São freguesias que ardem recorrentemente com incêndios que vêm do concelho da Guarda. Estas áreas são povoadas por produções de pequenos ruminantes, e dominadas por giestal e esteva, quase sem solo. Os incêndios também geram apreensão no que diz respeito a riscos de segurança, não só para residentes, mas também para turistas, que visitam as rotas pedestres e cicláveis que atravessam este território, em alguns locais bastante isolados e sem rede de telecomunicações.

Os cenários de alterações climáticas previstos para esta região perspetivam a potenciação de um conjunto de desafios ao território, como o aumento generalizado do risco de incêndio, o aumento de risco de seca ou a perda de espécies como o castanheiro, em resultado da subida da temperatura média do ar na região. As vulnerabilidades às alterações climáticas surgem assim como uma preocupação das principais entidades regionais e locais, que importa integrar no desenho de paisagem proposto para este Programa, nomeadamente considerando os Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas em vigor. A questão do risco de seca e escassez de água tem sido frequentemente ligada ao debate do transvase de água da barragem do Sabugal para a barragem de Meimoa, no sentido de abastecer o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira. Este transvase tem gerado contestação, em particular no concelho do Sabugal, que vê a barragem do Sabugal subaproveitada, uma vez que poderia ser um valioso recurso para potenciar a atividade agrícola e o uso recreativo no concelho. Na região têm sido instalados um conjunto de parques eólicos e centrais solares fotovoltaicas com as linhas elétricas associadas, que apesar do seu contributo para a redução de emissões e conseqüente combate às alterações climáticas em termos nacionais, têm um impacto considerado negativo na paisagem, que é parte da identidade cultural desta região.

Para além deste contexto biofísico e socioeconómico, existem na região um conjunto de planos e instrumentos de gestão implementados ou em fase de implementação que importa considerar e articular com este Programa, de forma a coordenar estratégias, atividades e medidas, potenciando a criação de valor na região e minimizando conflitos e ineficiências. Para além de instrumentos de âmbito regional como o Plano Regional de Ordenamento Florestal, ou estritamente no âmbito de conservação

da natureza como o Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata, existem instrumentos de âmbito mais local promovidos pelos Municípios, em parcerias com outras entidades, como a Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) “Terras do Lince – Malcata” inserida na Reserva Natural da Serra da Malcata. Esta AIGP abrange a freguesia de Malcata, no concelho do Sabugal, e a freguesia do Meimão, no concelho de Penamacor, e visa implementar uma abordagem territorial integrada baseada no ordenamento e gestão da paisagem, numa escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural.

Está também a ser implementado um modelo de co-gestão da Reserva Natural da Serra da Malcata, com os municípios de Penamacor e Sabugal, a partilhar com o ICNF a gestão da Reserva Natural, beneficiando de suporte financeiro, operacional e técnico, além da parceria de outras entidades como a Universidade da Beira Interior e o Conselho Diretivo do Baldio de Fóios. Na área de intervenção do Programa existem também zonas demarcadas para caça associativa turística e municipal, que é considerada uma atividade com potencial na região pela sua tradição e capacidade de atração de visitantes.

2.4 IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES DE FUTURO E ÁREAS/ELEMENTOS COM INTERESSE PARA VALORIZAÇÃO E GESTÃO NO ÂMBITO DO PRGP SM

Complementarmente a este diagnóstico das principais tendências e desafios da área de intervenção do Programa, as entrevistas aos atores locais permitiram identificar um conjunto de oportunidades e áreas/recursos considerados estratégicos para o futuro da região a serem considerados na proposta de desenho da paisagem do PGRP SM e alavancados pelas ações e medidas preconizados neste Programa.

As diferentes oportunidades identificadas ao longo das várias entrevistas, foram agrupadas em quatro áreas temáticas chave: (I) Florestas; (II) Sistemas agro-silvopastoris; (III) Turismo, Recreio e Património e (IV) Valorização dos ecossistemas naturais.

Estas áreas temáticas serviram para estruturar as ações de envolvimento dos atores locais seguintes, com o objetivo de encontrar formas de transformar estas oportunidades em soluções, medidas ou instrumentos de ação, que este Programa poderá fomentar.

I. Florestas

A produção florestal está muito concentrada na área do Serra da Malcata e com um predomínio muito elevado de monocultura de pinheiro. Com a perda de valor da produção do pinho identifica-se uma oportunidade de **reconversão das áreas de pinhal de baixa aptidão da floresta da área**

do **PRGP SM** para outras espécies produtivas, diversificando assim o coberto florestal. Foi também referida a importância de **estimular e orientar os pequenos produtores florestais** para uma gestão mais rentável das suas explorações, que em alguns casos começam a ser abandonadas.

A **biomassa florestal residual** gerada na área de intervenção do Programa é vista por vários atores locais como um recurso a aproveitar e valorizar como fonte energia alternativa, de forma a reduzir os custos energéticos para aquecimento na região, promovendo a limpeza da floresta e consequente redução do risco de incêndios, mas também promovendo uma lógica de economia circular.

O **carvalho-negral**, espécie autóctone, bastante presente nesta área de intervenção (por exemplo ocupa 66% da área do concelho do Sabugal), deve ser mantido e valorizado de forma a gerar rendimento aos proprietários dos terrenos. Não existe uma fileira de valor associada a esta espécie florestal, que apresenta uma rentabilidade a longo prazo que desincentiva os proprietários a apostar na sua manutenção. Vários atores identificaram que esta valorização deve passar por uma estratégia assente numa lógica de pagamentos por serviços de ecossistemas.

As **Zonas de Intervenção Florestal** (ZIFs) são identificadas como instrumentos de grande potencial para promover uma melhor gestão e valorização da floresta, mas que não estão a ter o efeito prático desejado no território. Importa, na medida do possível articular o PGRP com as ZIFs e estimular as diversas entidades, em particular as Câmaras Municipais a dinamizarem a sua implementação no terreno.

II. Sistemas agro-silvopastoris

Numa região com uma histórica fraca rentabilidade agrícola, a atividade pecuária tem sido capaz de sustentar um número significativo de explorações, na sua maioria **bovinos para carne em produção biológica**, extensiva e certificada, posicionando-se com um produto de nicho e com futuro, ainda que não tenha mercado localmente e lhe falte escala para colocar produtos nos grandes mercados. No entanto, tem-se verificado um fluxo de jovens a regressar às origens investindo em propriedades familiares que podem trazer modernização ao setor e **novas produções agrícolas**, que já têm vindo a aumentar, como por exemplo, de mirtilos ou pistacho. Importa por isso criar condições para alavancar estes investimentos agrícolas, em termos de mais e melhor acesso aos apoios/subsídios à instalação, produção e gestão da atividade.

A revitalização da atividade agro-silvopastoril é essencial para garantir uma adequada gestão do território, mas isso exige que as estratégias e soluções para aumentar o rendimento das explorações sejam compatíveis com a manutenção dos valores naturais e espécies autóctones. É por isso importante ter uma abordagem de **estímulo e valorização dos produtos endógenos**, como carne de cabrito, borrego e carnes de vaca biológica, leite, queijos, cogumelos, mel ou plantas aromáticas

e medicinais. Esta aposta numa maior rentabilidade destes produtos tem de passar também pela modernização e profissionalização do marketing e da capacidade de comercialização dos produtos locais em mercados maiores, facilitando o escoamento da produção.

A **barragem do Sabugal** foi apontada com um recurso e uma oportunidade para o território e que se encontra subvalorizada, o aproveitamento destes recursos hídricos poderia gerar mais valias significativas para o setor agrícola na área de intervenção do Programa.

De forma generalizada, os atores locais apontam o **agrupamento das parcelas** como um fator chave para o desenvolvimento da atividade agro-silvopastoril na região, para que o seu aproveitamento seja possível e rentável. Este agrupamento pode ser estimulado de diversas formas, através da aquisição de propriedades pelo Estado português através de um banco de terras, pela criação de condomínios ou cooperativas de proprietários, ou mesmo através da atribuição de incentivos ao emparcelamento das propriedades.

III. Turismo, Recreio e Património

O setor do turismo na área de intervenção do Programa tem uma capacidade e oferta reduzida, contudo verifica-se um crescimento da procura por este território, com particular incidência por um **turismo de natureza** muito ligado aos valores naturais da Serra da Malcata, à paisagem natural tradicional que é parte da identidade cultural da própria região, mas também em busca de um destino com pouca densidade e que proporciona tranquilidade a quem o visita. Dispondo de uma infraestrutura de percursos de caminhada e cicláveis (BTT), a promoção e valorização deste destino turístico tem de **compatibilizar esta atividade económica com a preservação dos valores naturais**. Nesse sentido, é essencial coordenar esforços entre entidades e empresas para que se possam desenvolver atividades de recreio e lazer em espaços naturais, com a devida atenção à capacidade de carga do território e às melhores práticas.

Para além do turismo de natureza existe um **património histórico e cultural** relevante na área de intervenção e na sua envolvente, como as Aldeias históricas e diversos Castelos, que valorizam a região e são elementos centrais para a atração de visitantes, pelo que o seu enquadramento deve ser considerado no Desenho da Paisagem Proposto. Como atrás referido a própria **paisagem é parte da identidade cultural da região** e por isso deve ser valorizada e gerida também como um recurso que gera valor e atratividade.

A **atividade cinegética** está ligada à natureza humana e evoluiu de uma atividade indispensável à sobrevivência para uma prática de recreio e lazer, mas também para uma gestão das espécies animais. Esta região tem tradição cinegética e dispõe de áreas de caça associativa turística e municipal, que representam um potencial de atração de visitantes para participar em montarias, que

muito dinamizam as áreas rurais. Importa por isso enquadrar esta atividade como elemento relevante para a gestão e valorização da área de intervenção do Programa.

Foi identificada a importância de apostar na visibilidade e divulgação da região, por via de eventos em épocas específicas, mas também através de uma **maior digitalização** da oferta e da própria região. Muitos dos operadores da região não dispõem ainda das melhores ferramentas para divulgar os seus serviços e por vezes apresentam limitações ao nível da rede de telecomunicações em algumas áreas, o que por um lado restringe a visita de indivíduos que necessitem de internet, por exemplo para teletrabalho, mas também em termos da própria segurança dos visitantes uma vez que o isolamento pode colocar turistas em risco durante as suas experiências na região.

IV. *Valorização dos ecossistemas naturais*

A área da RNSM tem sido gerida e intervencionada de forma ativa e regular, o que tem permitido garantir uma boa integridade ecológica e valorização dos ecossistemas naturais, essencialmente dominados por áreas florestais e de matos. Contudo é uma aposta estratégica para esta área desenvolver iniciativas e projetos que criem as condições para **promover a reintrodução do lince-ibérico na serra da Malcata**, através da promoção de territórios com uma combinação de mosaicos. Pretende-se que estes reajustes ao território e das próprias espécies que o compõem possam também promover a diminuição do risco de incêndio e/ou reduzam a vulnerabilidade do território em caso de incêndio.

Em linha com a reconversão florestal está a necessidade de **manter ou até expandir áreas de floresta autóctone nas áreas circundantes à Serra**, apostando em espécies como o carvalho negral, amieiro ou freixo, bem como o castanheiro, espécie originária dos Balcãs, da Ásia Menor e do Cáucaso, introduzida no período romano que atualmente possui uma grande importância económica e cultural¹. Esta estratégia precisa, no entanto, de medidas e incentivos de apoio aos proprietários, dada a baixa rentabilidade destas espécies, sendo por isso necessário explorar soluções inovadoras, como o conceito da remuneração dos serviços dos ecossistemas prestados por estes ecossistemas florestais.

A **revitalização da rede hidrográfica** foi também identificada como uma prioridade para qualquer intervenção de ordenamento e gestão da paisagem. Importa revitalizar as linhas de água existentes e a vegetação que compõe as galerias ripícolas da área de intervenção. Esta revitalização é considerada essencial não só para a estabilidade da rede hidrográfica, mas também como elemento essencial na composição do mosaico paisagístico desejado e para a fauna local. Ao valorizar e

¹ Conforme descrito em “*Flora iberica – Plantas vasculares de la Península Ibérica e Islas Baleares*”, disponível em: (http://www.floraiberica.es/floraiberica/texto/pdfs/02_041_02_Castanea.pdf)

estruturar as linhas de água estas podem também funcionar como barreiras ou travões em caso de incêndios florestais.

2.5 REUNIÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA

O envolvimento dos atores locais no desenvolvimento deste Programa foi essencial no diagnóstico das pressões e desafios da área de intervenção do PRGP SM, mas também, como anteriormente aprofundado, para a identificação de oportunidades de futuro que permitem estruturar a transição da paisagem.

O envolvimento inicial foi sustentado numa abordagem individualizada, essencialmente expositiva das visões e perceções de cada ator local/regional. Na sequência dessa fase inicial foram criados momentos participativos orientados para uma lógica colaborativa, através da organização de sessões públicas alargadas de partilha e cocriação de conhecimento.

Estas sessões permitiram uma troca de experiências e conhecimento, no sentido de validar e enriquecer a proposta de paisagem do PRGP SM, mas também fomentar sinergias entre estes atores que serão essenciais para a sua implementação no território.

Para esse efeito foi organizada uma 1ª Reunião de Participação Pública alargada, no dia 27 de janeiro de 2022, entre as 9h30 e as 13h, tendo decorrido em formato online através da plataforma *Zoom*. Estas sessões que se pretendem participadas e colaborativas beneficiam grandemente da sua realização num espaço físico que promova uma maior interação entre os participantes. Contudo, perante a evolução da pandemia de Covid-19 e as recomendações em vigor da Direção-Geral da Saúde, foi tomada a opção de organizar esta sessão online, assegurando assim as condições para um evento participado e seguro.

O objetivo desta 1ª Reunião de Participação Pública alargada foi apresentar e debater os princípios orientadores e a visão estratégica, já estruturada pela equipa do PRGP SM, para o território. Pretende-se assim que os diversos atores locais e regionais sejam parte ativa na formulação do Desenho de Paisagem Proposto, através de uma reflexão sobre os eixos estratégicos que devem orientar a transformação da paisagem atual, bem como os constrangimentos e soluções para a sua implementação.

Esta sessão pública foi estruturada em quatro partes (ver programa no Anexo II), uma primeira sobre os serviços dos ecossistemas na área de intervenção, seguido de uma apresentação e discussão da visão e princípios orientadores da proposta de paisagem do PRGP SM. Após um breve intervalo, a terceira parte da sessão decorreu em duas salas paralelas, onde se debateram diferentes áreas

temáticas chave para a definição deste Programa, encerrando a sessão com uma sessão plenária de reflexão conjunta.

Foram convidados, via email, todos os atores locais, regionais e nacionais considerados como relevantes para o PRGP SM, tendo inclusivamente o convite sido estendido a pequenos proprietários e/ou empresários com atividade na área de intervenção do Programa, previamente identificados ou por convite informal via entidades/associações locais. Pretendeu-se obter a maior representatividade possível dos diferentes setores de atividade e das entidades com responsabilidade na gestão do território.

Estiveram presentes na sessão 27 participantes de 22 entidades diferentes, incluindo entidades públicas, sector privado, associações, organizações não governamentais e particulares, tal com identificado no quadro seguinte.

Quadro 3 – Lista de entidades participantes na sessão

| Entidade | Categoria |
|---|----------------------------------|
| Acriguarda | Associação social ou empresarial |
| Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. | Entidade de Acompanhamento |
| Altri Florestal | Empresa do setor privado |
| Associação Nacional de Empresas Florestais Agrícolas e do Ambiente | Associação social ou empresarial |
| Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste - ARH Tejo e Oeste | Entidade de Acompanhamento |
| Artista plástica - apiculadora | Particular |
| Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Entidade de Acompanhamento |
| CELPA | Empresa do setor privado |
| Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela | Entidade de Acompanhamento |
| Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa | Entidade de Acompanhamento |
| Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro | Entidade de Acompanhamento |
| Instituto Politécnico de Castelo Branco | Academia |
| Junta de Freguesia de Casteleiro | Entidade pública |
| Município da Guarda | Entidade de Acompanhamento |
| Município de Penamacor | Entidade de Acompanhamento |
| Município do Sabugal | Entidade de Acompanhamento |
| OPAFLOR - Associação de Produtores Florestais da Serra de Opa | Associação social ou empresarial |
| Silvapor, Ambiente & Inovação Lda. | Empresa do setor privado |
| <i>The Navigator Company</i> | Empresa do setor privado |
| Entidade regional do Turismo Centro de Portugal | Entidade de Acompanhamento |
| <i>Centre for Functional Ecology</i> - Universidade de Coimbra | Academia |
| ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável | Organização não governamental |

2.6.1 Serviços dos ecossistemas e apresentação do Programa

Na primeira parte da sessão foram apresentados os serviços dos ecossistemas, identificados pela equipa responsável pelo Programa, como os mais relevantes na área do PRGP SM. Esta identificação técnica resultou numa lista de 15 serviços dos ecossistemas prioritários (ver Quadro 4), cinco serviços de aprovisionamento, cinco serviços de regulação e cinco serviços culturais, de acordo com o referencial europeu CICES – *Common International Classification of Ecosystem Services* (www.cices.eu), que define Serviços dos Ecossistemas como os contributos diretos e indiretos dos ecossistemas para o bem-estar humano.

Pretendeu-se apresentar esta identificação aos participantes e aferir a sua sensibilidade para este conceito, através de cartões ilustrativos de caracterização dos diferentes serviços dos ecossistemas (ver Anexo III).

Quadro 4 – Lista de serviços de ecossistemas prioritários

| Secções/categorias | Serviços |
|-------------------------------------|--|
| Serviços de aprovisionamento | Produção agrícola |
| | Pecuária |
| | Plantas silvestres e outros produtos |
| | Fibras e outros materiais |
| | Caça e pesca |
| Serviços de regulação | Conservação de habitats |
| | Controlo do risco de incêndio |
| | Polinização |
| | Sequestro de carbono |
| | Conservação do solo e controlo de erosão |
| Serviços culturais | Recreio e ecoturismo |
| | Identidade cultural |
| | Informação para a ciência e educação |
| | Características estéticas da paisagem |
| | Valor de existência e legado |

Pretendeu-se também validar com os participantes esta lista de 15 serviços prioritários e aferir em que medida, dentro da própria lista, os diferentes serviços são percecionados como de maior ou menor importância. Foi por isso solicitado aos participantes atribuírem uma classificação a cada serviço, de acordo com a relevância que têm para o território. Através da ferramenta de *online polls* Mentimeter foi possível, em tempo real, efetuar uma votação coletiva da relevância destes 15 serviços, observando-se e discutindo os resultados no imediato. Os participantes da sessão pontuaram o grau de relevância

cada um destes serviços dos ecossistemas, de 0 (nada relevante) a 10 (muito relevante), tendo realizado esta tarefa por Secções/categorias de serviços.

Desse exercício foi possível estabelecer um ranking dos serviços considerados mais relevantes, por categoria e no global (ver Quadro 5). Nos cinco serviços classificados como mais relevantes podemos encontrar três de regulação, um cultural e um de aprovisionamento. Analisando por serviço, é possível verificar que o controlo de risco de incêndio é considerado como o mais relevante para a área do PRGP SM, tendo também uma valorização muito elevada os serviços de recreio e ecoturismo, da conservação dos habitats, conservação do solo e do controlo de erosão. No extremo oposto a caça e pesca e o sequestro de carbono surgem como os menos relevantes, entre os prioritários.

Quadro 5 – Ranking dos serviços de ecossistemas prioritários

| Secção/categoria | Serviço | Relevância (0 - 10) |
|-----------------------------|--|---------------------|
| Serviço de regulação | Controlo do risco de incêndio | 8,1 |
| Serviço cultural | Recreio e ecoturismo | 8,0 |
| Serviço de regulação | Conservação de habitats | 7,9 |
| Serviço de regulação | Conservação do solo e controlo de erosão | 7,9 |
| Serviço de aprovisionamento | Produção agrícola | 7,7 |
| Serviço cultural | Identidade cultural | 7,4 |
| Serviço cultural | Características estéticas da paisagem | 7,4 |
| Serviço de aprovisionamento | Pecuária | 7,2 |
| Serviço cultural | Informação para a ciência e educação | 6,8 |
| Serviço cultural | Valor de existência e legado | 6,8 |
| Serviço de aprovisionamento | Fibras e outros materiais | 6,7 |
| Serviço de aprovisionamento | Plantas silvestres e outros produtos | 6,6 |
| Serviço de regulação | Polinização | 6,6 |
| Serviço de regulação | Sequestro de carbono | 6,3 |
| Serviço de aprovisionamento | Caça e pesca | 6,2 |

Este exercício permitiu também observar o grau de unanimidade ou desacordo face à relevância do serviço. Observam-se serviços que recolhem uma opinião mais consensual sobre a sua relevância como o caso do recreio e ecoturismo ou a conservação de habitats. Outros serviços apresentam uma maior dispersão de perceção de relevância por parte dos participantes da sessão, como é o caso das fibras e outros materiais, que alguns participantes consideraram muito relevantes e outros pouco relevantes. Esta dispersão foi mais evidente nos serviços de aprovisionamento.

Esta classificação ilustra a importância relativa que o conjunto de participantes, representativos de diversas atividades e interesses na gestão do território, atribuem aos diferentes benefícios garantidos pelos serviços dos ecossistemas. Sendo esta uma área reconhecida pela baixa intensidade produtiva

e reduzida atividade socioeconómica, tal foi traduzido num menor peso atribuído a serviços de aprovisionamento, e numa quase unanime maior valorização dos serviços de regulação e manutenção fornecidos pelos ecossistemas, bem como serviços ligados ao uso recreativo e identidade cultural.

Estes dados permitem mais uma vez inferir sobre quais os eixos de intervenção prioritários para o Programa, mas também evidenciam os desafios de gerar oportunidades de rendimento e mecanismos de remuneração, uma vez que estes serviços considerados mais relevantes são tipicamente bens públicos e não têm o seu valor económico incorporado no mercado por intermédio de um sistema de preços.

A sessão prosseguiu com a apresentação dos fundamentos e princípios que orientaram as opções tomadas para definir a visão estratégica para o território e o desenho preliminar da paisagem. Este desenho é baseado na aptidão, sustentabilidade nas dimensões política, social, económica, ecológica, territorial e cultural e valorização do aproveitamento do solo. Neste processo, foram elementos estruturantes: as aptidões biofísicas, os princípios ligados à ecologia do fogo e gestão de fogos rurais, mas também os contributos do processo participativo implementado. Esta análise de diagnóstico apresentada foi suportada pelo desenvolvimento de uma base de dados geográfica, que inclui um vasto conjunto de variáveis estatísticas, biofísicas, entre outras, que permitem não só caracterizar o território, mas também cenarizar e testar diferentes opções de transição de paisagem e avaliar o seu impacto na provisão de serviços de ecossistemas e na resiliência ao fogo. Foi apresentada a base de dados, bem como o conjunto de critérios e operações que orientam a sua utilização como ferramenta do PRGP SM.

2.6.2 Discussão de temas-chave para o PRGP SM

A fase seguinte da sessão passou por uma divisão dos participantes em duas salas temáticas para debate, uma subordinada aos temas “Turismo, Recreio e Património” e “Valorização dos ecossistemas naturais”, e outra sala com os temas “Florestas” e “Sistemas agro-silvopastoris”. Nos dois grupos temáticos foram incorporados e debatidos temas considerados transversais a todo o território, como as questões da resiliência ao fogo, alterações climáticas e recursos hídricos.

2.6.2.1 Grupo I – Florestas e sistemas agro-silvopastoris

Os participantes deste grupo de discussão identificaram três elementos centrais para a estruturação do PRGP SM, (1) a baixa densidade populacional desta região que dificulta ou inviabiliza o seu desenvolvimento, pelo que este plano deve ser centrado nas pessoas; (2) integrar estratégias e medidas heterogéneas que permitam abranger a diversidade de desafios deste território e, (3) o Programa deverá incidir em novos modelos de gestão da paisagem existente, e não tanto na alteração

dos elementos que a compõem, com uma forte aposta na promoção de mosaicos, essenciais para gerir as dinâmicas do fogo.

O declínio demográfico, traduzido pelo envelhecimento da população e baixa densidade populacional, foi destacado como o problema central da região e um fator limitante para a implementação do PRGP SM. A transformação da paisagem exige a alteração de ocupação do solo em alguns casos, mas essencialmente uma alteração da gestão da propriedade, o que implica investimento, aprendizagem e motivação. Grande parte dos proprietários são cidadãos idosos, com reduzida capacidade de investimento, sem interesse em inovar e com elevada resistência à mudança. É por isso essencial a renovação geracional na produção florestal, agrícola e pecuária, através da captação de jovens empreendedores. Isso exige direcionar apoios financeiros importantes e diversificados (e.g. remuneração dos serviços dos ecossistemas) para trazer e fixar pessoas na região, mas também é preciso criar empregos com dignidade, bem remunerados e com direitos laborais. Estes financiamentos ou incentivos devem potenciar uma atividade produtiva moderna e de futuro, rompendo com o modelo tradicional de produção florestal, agrícola e pecuário que conduziu à atual situação. Uma aposta complementar é a valorização dos recursos endógenos na região que possam criar novas fontes de rendimento, como por exemplo a produção de cogumelos.

O PRGP SM incide numa região complexa e diversa do ponto de vista do território, com zonas bem diferenciadas, a norte com maior incidência de exploração pecuária de bovinos, a sul com mais exploração de caprinos. Com a área da reserva da Malcata de maior densidade florestal e uma gestão ativa, enquanto as freguesias mais a oeste são áreas de solos pobres e pedregosos, frequentemente fustigados por incêndios que dificultam a regeneração natural, e como tal apresentam reduzida capacidade de rentabilização. Os diferentes participantes destacaram assim a necessidade de o Programa ser heterogéneo nas medidas e mecanismos de apoio à transição da paisagem, para poder dar resposta à diversidade do território e aos complexos desafios desta região. A reintrodução do lince-ibérico na Malcata foi também referida como um outro exemplo, que sendo de interesse para região, implica um conjunto abrangente e diversificado de medidas para que tenha sucesso.

O papel das florestas foi discutido do ponto de vista das florestas de produção. Uma perspetiva defendida por alguns participantes é a de que a floresta de produção gerida ativamente de forma equilibrada e diversificada, é multifuncional e promove florestas de conservação. Outro argumento foi que os incêndios não são provocados pela floresta de produção ou por qualquer espécie, mas essencialmente devido a má gestão, e que uma floresta bem gerida contribui para o combate à emergência climática. Foi assim atribuída uma elevada importância a ter áreas florestais bem geridas para assegurar não só um uso produtivo, mas também a sustentabilidade do território. Foram identificados diversos projetos concebidos e financiados pelo sector privado para gestão da paisagem florestal, com elevada aceitação e adesão dos proprietários, que promovem o combate a incêndios e o aumento de rendimento dos proprietários, podendo ser vistos como modelos de referência.

As restantes áreas de produção florestal, que não pertencentes a empresas florestais, apresentam em geral uma baixa aptidão produtiva, com baixa rentabilidade e como tal pouca atratividade. Há muitos proprietários florestais, mas muito poucos produtores. Essa distinção foi bastante vincada, uma vez que os proprietários fazem produção florestal como atividade complementar à sua atividade profissional, praticamente sem gestão, comercializando o que cresce, e, por vezes, sem acesso aos mercados organizados.

A silvo pastorícia na região assenta em produção pecuária com raças autóctones, essencialmente de caprinos e bovinos. É caracterizada por um muito baixo encabeçamento, o que evita a degradação dos terrenos, mas também não gera particular rentabilidade, pelo que funciona, na maioria dos casos como atividade complementar da agricultura, que por si só também não é rentável, face às condicionantes edafoclimáticas da região. Existe um grande predomínio do minifúndio, o que também limita o aumento do encabeçamento, que aliado à tradição de manutenção intergeracional dos terrenos, tem contribuído para uma grande estabilidade da paisagem. Um problema mais estrutural associado à exploração da silvo pastorícia é o facto de não existirem cadeias de valor que permitam escoar eventuais aumentos de produção, o que tem inviabilizado um investimento neste sector por parte dos empresários locais.

A atividade pecuária tem também um importante contributo para a prevenção e gestão do fogo. As áreas que menos arderam na região são áreas de atividade silvo-pastoril, onde é efetuada uma frequente limpeza dos matos e manutenção das espécies arbustivas autóctones, sendo feitos aceiros naturais e criados mosaicos com zonas limpas, que ajudam a prevenir a propagação do fogo. A utilização de caprinos para a limpeza das florestas e matas gera algumas reservas, uma vez que estes precisam de áreas confinadas, caso contrário dispersam e não cumprem o efeito sapador. Foi sim destacado o potencial de complementaridade entre espécies, em que os caprinos limpam a vegetação arbustiva e depois os bovinos complementam a limpeza consumindo a camada herbácea. Os próprios produtores pecuários são os primeiros a combater o fogo no terreno, evitando muito incêndios por esta intervenção preventiva.

Verifica-se neste território a ausência de gestão de muitas propriedades, por opção devido aos elevados custos ou por abandono. Do ponto de vista da gestão do risco de incêndio isso implica a necessidade de adoção de uma gestão por fogos controlados, que deverá fazer parte das medidas do PRGP SM. Para além desse impacto em relação ao fogo, a não-gestão da propriedade pode inviabilizar a própria valorização desses ecossistemas e comprometer uma abordagem que se pretende integrada ao longo do território. Foi por isso discutida a necessidade de estabelecer penalizações de comportamentos indesejáveis dos proprietários, como a ausência ou impedimento à gestão. Contudo, a falta de um cadastro completo e atualizado do território inviabiliza não só uma penalização, mas também a própria remuneração dos proprietários pela gestão, uma vez que não se consegue identificar o proprietário legal de muitas propriedades nesta região.

2.6.2.2 Grupo II – Valorização dos ecossistemas naturais. Turismo, recreio e património

A conservação e valorização dos ecossistemas naturais nesta região está intimamente ligada com a promoção do turismo e o património cultural. Existe uma forte ligação entre a paisagem, os recursos naturais e a identidade local, que funcionam como os principais atrativos de um turismo de natureza, que é de baixa intensidade, voltado para o usufruto dos espaços naturais, produtos típicos locais e do património cultural histórico edificado. A manutenção e promoção da identidade cultural e dos recursos endógenos é considerada fundamental para a valorização da região.

Um elemento icónico desta região é o lince-ibérico, que se constituiu durante algum tempo como um símbolo ou marca desta região, funcionando como um atrativo turístico, mas também, do ponto de vista da conservação da natureza, como o último reduto do lince-ibérico em Portugal. Apesar de não haver registos da presença do lince há um longo período de tempo, existe ainda uma grande ligação à identidade cultural do território e à paisagem que caracteriza esta região. Nesse contexto, a aposta no regresso do lince-ibérico à Serra da Malcata é vista como um potencial promotor de atividade económica e turística, mas também como um indicador da qualidade dos ecossistemas desta região.

Reconhecido o papel histórico do lince para a região, a maioria dos participantes assinalou que o foco do Programa deveria incidir na paisagem e não unicamente no lince como elemento central. Foi destacada a importância de valorizar e apostar noutras espécies icónicas da região, como o lobo, o abutre negro, o grifo e a cegonha negra, também eles muito relevantes do ponto de vista da conservação, e com um maior potencial para atração de turismo de natureza, nomeadamente por via do *birdwatching*. Esta aposta no desenho de um mosaico de paisagem que favoreça a presença de espécies-chave deve ter diversas preocupações do ponto de vista da estrutura ecológica, considerando a ligação predador-presa, essencial para estas grandes espécies, os recursos hídricos, em particular o papel das linhas de água, ou a conectividade do território, neste que é um espaço de fronteira, não só com Espanha, mas com a Terra Quente e a Terra Fria.

A atratividade turística da região passa também pela recuperação do património existente, atualmente degradado ou subaproveitado, e colocá-lo ao serviço do sector do turismo. Foi referido por vários participantes o potencial das antigas casas de guardas-florestais da Malcata, que pela sua localização remota e dispersa pelo território podem constituir um valioso recurso turístico, aliado à criação de novas rotas de percursos pedestres e BTT. A organização de feiras e eventos como o Naturcôa pode também contribuir para promover a região. Está atualmente a ser iniciada a renovação da carta europeia de turismo sustentável da Malcata, o que irá contribuir para uma maior dinamização e articulação dos diferentes agentes do território.

Estas casas dos guardas-florestais podem desempenhar um importante papel para a sensibilização e educação ambiental no território, outrora bastante fomentada principalmente junto da comunidade

escolar. Também a arte e cultura locais podem ter um papel complementar, promovendo práticas e técnicas tradicionais que fazem uso dos recursos endógenos da região. A sensibilização ambiental das comunidades locais e dos visitantes pode ter assim um papel chave na implementação deste PRGP, traduzindo-se num impacto positivo a médio longo prazo. Também a investigação científica pode ser incentivada nesta região, com uma maior presença e interligação com os diversos centros de conhecimento instalados nas regiões mais próximas.

Reconhecendo a importância de diversos elementos do território ligados aos ecossistemas naturais e ao turismo, nesta sessão todos os participantes convergiram sobretudo que o foco deste Programa deveria ser atrair, fixar e melhorar as condições de vida das pessoas. Além de alterar a paisagem importa envolver as pessoas e criar condições para que quem vive no território possa implementar a transição desejada.

É essencial inverter a tendência de perda populacional, que conduziu a um progressivo abandono das propriedades e da atividade agrícola, com reflexo da degradação do território. Em algumas áreas foram também seguidas estratégias de criação de mosaicos orientados para a conservação, mas sem lógica de rentabilidade o que também conduziu a abandono. Importa por isso que o Programa inclua mecanismos que apoiem as pessoas, essencialmente de suporte económico significativo para manter os atuais produtores e captar jovens empreendedores. Um obstáculo relevante são os baixos salários dos trabalhadores do sector produtivo, e ainda mais estrutural, a falta de condições essenciais para assegurar o bem-estar e prosperidade das populações, como acesso a saúde, ensino e internet, de qualidade.

Há um fluxo de chegada de estrangeiros para residir na região, mas a aposta deve ser em dinamizar e fixar as pessoas da região, para que possam desenvolver a sua atividade no território, gerando rendimentos, ao mesmo tempo que prestam um serviço público de gestão dos ecossistemas e da paisagem. Esta fixação da população é também essencial para manter a identidade cultural e promover a cultura e o património local. Foi identificada também a necessidade de aproximar as comunidades, que sendo em número reduzido, devem apostar numa maior cooperação, para promover os seus recursos e serviços, tornado assim mais visíveis as oportunidades do território e atrair novos residentes.

Foram referidos um conjunto de iniciativas e projetos desenvolvidos na região que podem beneficiar o desenho deste Programa, nomeadamente, a documentação do repositório do ICNF e outros estudos no âmbito da conservação que devem ser utilizados e ter mais visibilidade (e.g. estudos de gestão por fogo ou por corte do montado de azinho). Foi destacada a utilidade do ICNF, por exemplo, criar documentos de orientação e boas práticas para empresas e proprietários. Muito proprietários utilizam sabedoria ancestral, mas muitos dos novos proprietários/empresários não têm vasto conhecimento sobre gestão agrícola ou florestal adequada a este território. Ainda do ponto de vista da conservação foram efetuados diversos mapeamentos do território pela *Navigator*, onde por exemplo se destaca a importância de definir áreas de exclusão à visitação, que pela sua elevada sensibilidade, podem ser

danificadas de forma irreversível pela pressão humana. Foram feitos alguns estudos sobre fogo controlado em áreas abertas, ou sobre o papel das linhas de água como corta-fogo natural para incêndios, estando também a ser desenvolvidos na região alguns projetos de investigação, como o Cultivar, centrado na valorização dos recursos endógenos e nas cadeias de valor.

Destacou-se ainda a importância de envolver as comunidades e os diferentes atores na tomada de decisão como fator essencial para o sucesso deste Programa, e a necessidade crescente da administração central e local criar maior proximidade com as pessoas. Resumiu-se a sessão com a expectativa de que em 2025, o PRGP seja um documento estratégico que aumentou a produtividade da região, a qualidade de vida das populações e promoveu a conservação dos ecossistemas naturais.

2.6 SÍNTESE DA REUNIÃO DE PARTICIPAÇÃO

A sessão culminou com uma reunião plenária, com todos os participantes, para apresentação das principais reflexões de cada grupo, e identificação dos elementos-chave para o território que são transversais a este Programa. Importa destacar a unanimidade à volta do argumento de que o principal foco do PRGP SM deve ser o de atrair, fixar e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Este Programa deverá também promover a estruturação do território em mosaicos que fomentem a sustentabilidade do território e resiliência ao fogo, permitindo conciliar a atividade produtiva e valorização dos recursos endógenos com a conservação dos ecossistemas naturais e da identidade cultural da região.

Foi também considerado que a grande diferença deste processo comparativamente a outros instrumentos de planeamento, já desenvolvidos na região, foi o envolvimento dos atores e comunidades locais no processo de tomada de decisão desde uma fase inicial, o que o torna mais robusto e pode potenciar uma maior aceitação do Programa. O desenvolvimento deste processo via online foi positivo, porque permitiu uma maior participação durante um período complexo da pandemia de Covid-19, contudo são importantes sessões presenciais na região, para levar o processo a mais pessoas e integrar mais opiniões. Foi apontada a importância de também se poder discutir a proposta final de paisagem, uma vez que até esta fase os atores locais e regionais fizeram parte de um processo construtivo, e teriam interesse em validar e afinar a proposta final do PRGP SM.

2.7 PRÓXIMOS MOMENTOS PARTICIPATIVOS

O processo de envolvimento dos diferentes atores de forma individual e colaborativa contribuiu de forma estrutural para a construção do Desenho da Paisagem Proposto para área do PRGP SM.

Contudo, o seu envolvimento é também essencial nas fases subsequentes, para análise e discussão da proposta concreta de transição da paisagem, uma vez que a sua implementação implicará um

conjunto de atividades, medidas, custos e benefícios que os comprometem. Uma participação alargada e organizada nas fases seguintes, sem prejuízo e para além do estrito cumprimento dos requisitos legais de consulta pública, pode conferir maior robustez à proposta do Programa e assegurar o compromisso dos atores locais e regionais, essenciais para a prossecução deste processo, que deverá culminar com a implementação do PRGP SM no território.

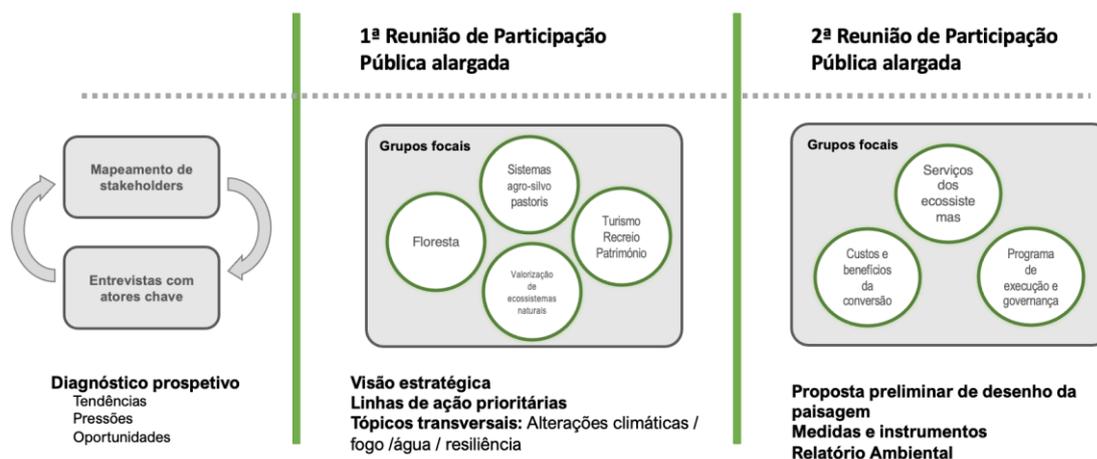


Figura 3 – Faseamento dos momentos participativos

Foi proposta a realização de uma 2ª Reunião de Participação Pública alargada, concomitante com a consulta pública formal do Programa, com o objetivo de criar um espaço de diálogo e colaboração, por forma debater as opções preconizadas na proposta de PRGP SM.

Por questões que se prenderam com o calendário de conclusão dos documentos do Programa para Discussão Pública e de início da mesma, não chegou a ocorrer a 2ª Reunião de Participação Pública Alargada, tendo, contudo, sido promovida uma sessão pública de apresentação da Proposta do Programa e de debate, durante o período de discussão pública, conforme apresentado no capítulo 3.3 do presente Relatório.

3 DISCUSSÃO PÚBLICA

3.1 PUBLICITAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – RJIGT (Decreto-lei n.º80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual), no n.º 1 do Artigo 50.º, relativo à Participação nos Programas setoriais e especiais, determina que, concluído o período de elaboração do programa setorial e emitidos os pareceres das entidades, a entidade pública responsável pela sua elaboração (no caso a Direção-Geral do Território - DGT) procede à abertura de um período de discussão pública da proposta de programa, através de aviso a publicar, no Diário da República e a divulgar através da comunicação social e no respetivo sítio na *Internet*.

Também o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica – AAE (Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual), nos números 6 e 7 do Artigo 7.º, determina que o projeto de programa e respetivo relatório ambiental sejam submetidos a consulta pública, devendo o período correspondente ser publicitado na página da *internet* da entidade responsável pela elaboração, assim como anunciado em pelo menos duas edições sucessivas, de um jornal de circulação regional ou nacional, como se refere em seguida.

Assim, de acordo com o enunciado, a DGT deliberou dar início ao período de discussão pública do PRGP SM através da publicação do Aviso n.º 21468/2022, de 2 de novembro, Parte C, do Diário da República, 2.ª série, N.º 218, de 11 de novembro de 2022. Na figura seguinte apresenta-se a publicação do referido aviso em Diário da República.

**COESÃO TERRITORIAL**

Direção-Geral do Território

Aviso n.º 21468/2022

Sumário: Discussão pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

No cumprimento do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março de 2021, no qual se determina a elaboração dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem do Alto Douro e Baixo Sabor, das Serras do Marão, Alvão e Falperra e da Serra da Malcata e nos termos do disposto no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e dos n.ºs 7 e 8 do Decreto-Lei n.º 232/2007, na sua versão atual, torna-se público que a 18 de novembro de 2022 será aberto o período de discussão pública da Proposta do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra da Malcata, bem como do respetivo relatório ambiental, o qual termina em 13 de janeiro de 2023.

Durante este período, os documentos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados no Portal PARTICIPA (www.participa.pt) e no portal da Direção-Geral do Território (www.dgterritorio.pt). Os interessados podem ainda consultar a documentação em discussão pública nas instalações da DGT e das Câmaras Municipais de Penamacor, Sabugal e Guarda.

No decurso do período de discussão pública realizar-se-á pelo menos uma sessão pública num dos municípios abrangidos pelo Programa, em local e data que serão oportunamente divulgados no portal PARTICIPA, e no portal da DGT.

Durante o referido período, os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA, no endereço acima indicado.

2 de novembro de 2022. — A Diretora-Geral, *Fernanda do Carmo*.

315845897

Figura 4 – Anúncio de abertura do período de discussão pública

O período de discussão pública do PRGP teve início no dia 18 de novembro e terminou no dia 13 de janeiro de 2023.

A publicação da notícia sobre o anúncio da discussão pública foi efetuada na página de *internet* da DGT e no seu *LinkedIn* na edição de dia 18 de novembro de 2022 do Jornal Público (figura seguinte) e na edição do Jornal As Beiras.

dgTerritório
Direção-Geral do Território

prgP
Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA
DISCUSSÃO PÚBLICA
18 de novembro 2022 a 13 de janeiro 2023

A Direção-Geral do Território, entidade pública responsável pela elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra da Malcata, procede à abertura do período de discussão pública da proposta e do respetivo relatório ambiental, entre **18 de novembro de 2022 e 13 de janeiro de 2023**, na sequência do Aviso n.º 21468/2022, de 11 de novembro 2022 publicado em *Diário da República*.

O processo de discussão pública e a recolha dos contributos pretende mobilizar a sociedade civil, a administração pública e a comunidade técnica e científica no sentido de se alcançar uma proposta de Plano de Transformação da Paisagem e novas formas de gestão, nas quais os atores locais se revejam.

Os elementos fundamentais da proposta – Relatório do Programa, Desenho da Paisagem, Sumário Executivo, Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico, bem como os pareceres finais emitidos são divulgados no sítio na Internet da Direção-Geral do Território www.dgterritorio.pt bem como no portal PARTICIPA www.participa.pt.

Os interessados podem ainda consultar toda a documentação nas instalações da Direção-Geral do Território, em Lisboa, e nas Câmaras Municipais de Penamacor, Sabugal e Guarda.

No decurso do período de discussão pública realizar-se-á pelo menos uma sessão/debate presencial num dos municípios abrangidos pelo PRGP da Serra da Malcata. O agendamento da sessão será divulgado oportunamente no Portal PARTICIPA e na página web da DGT.

Até ao dia 13 de janeiro de 2023 todos os interessados podem apresentar as suas observações e sugestões, na forma escrita, preferencialmente através do Portal PARTICIPA.

Figura 5 – Anúncio de abertura do período de discussão pública na edição de dia 18 de novembro de 2022 do Jornal Público

A discussão pública foi publicitada e suportada nas ferramentas disponibilizadas pelo Portal Participa (figura seguinte), um sítio acessível pela *internet* com toda a informação descritiva do procedimento, com acesso a todos os documentos e à informação sobre todas as sessões informativas e participativas e com as ferramentas de participação preparadas (formulário de participação).



Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

9 participações

15 a seguir

Consulta Aberta

Consulta em Análise

Consulta Encerrada

Consulta aberta entre 2022-11-18 e 2023-01-13
Ver documentos

Consulta em análise desde 2023-01-13

O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra da Malcata tem por objetivo promover uma transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural. Da iniciativa da Direção-Geral do Território, a conceção do PRGP da Serra da Malcata contou com o estreito envolvimento das autarquias, das entidades da administração central e dos atores locais, num processo de construção coletiva. A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e sociedade civil. É esperada a recolha de contributos sobre as soluções da proposta e sobre as novas formas de gestão da paisagem que preconiza.

Figura 6 – Portal Participa, espaço dedicado à discussão pública do PRGP SM

A DGT enviou para os municípios da área de intervenção do PRGP SM, materiais de apoio à divulgação pública e ainda de apoio às sessões públicas (designadamente: *banners*, cartazes, sinalética para as sessões, imagens para projeção nas sessões).

Com aprovação das datas da sessão de discussão pública (dia 13 de novembro) e respetiva localização foi reforçada a divulgação no Portal Participa, na página da *internet* da DGT e nas redes sociais (figura seguinte).



Figura 7 – Banner de divulgação da sessão pública do PRGP SM

Foram enviados cerca de 200 emails a entidades públicas associações, ONG, empresas privadas, universidades com um convite à discussão pública.

Além da disponibilização dos documentos *online* no Portal Participa, a DGT procedeu à respetiva divulgação nas notícias da página de internet www.dgterritorio.pt, na página *internet* do portal dedicada aos PRGP, e nas suas páginas das redes sociais no *Linkedin* e *Twitter*.

Durante o período de discussão pública foi publicada notícia sobre a sessão e reforçado o apelo à participação na página da *internet* da DGT e nas redes sociais.

Na semana de encerramento do período de discussão pública foi reforçado o *mailing* para todas as entidades com o apelo à participação. Foi ainda feita notícia a recordar os últimos dias da Discussão Pública na página de *internet* da DGT.

3.2 DOCUMENTOS E FORMAS DE CONSULTA

Durante o período de discussão pública foram disponibilizados os seguintes documentos:

- Proposta do PRGP SM:
 - Diagnóstico prospetivo
 - Relatório do Programa
 - Sumário Executivo
 - Planta do Desenho da Proposta; Planta do Desenho da Paisagem Proposta – Áreas Prioritárias, e demais Cartografia de Suporte
- Documentos que acompanham a Proposta de PRGP SM:
 - Relatório Ambiental e respetivo Resumo Não Técnico
 - Parecer da Comissão Consultiva e demais pareceres emitidos pelas entidades que a integram
 - Ponderação dos Pareceres e Resultados das reuniões de concertação

Estes documentos estiveram disponíveis para consulta nos seguintes formatos e locais:

- Em papel, durante o horário de atendimento:
 - Sede da Direção-Geral do Território;
 - Serviços Centrais da CM Guarda
 - Serviços Centrais da CM Penamacor
 - Serviços Centrais da CM Sabugal
- Em digital, nas páginas de Internet:
 - Portal. Participa – <https://www.participa.pt>
 - DGT – <https://www.dgterritorio.pt>

- CM Guarda – <https://www.mun-guarda.pt>
- CM Penamacor – <https://www.cm-penamacor.pt>
- CM Sabugal – <https://www.cm-sabugal.pt>

Para recolha de contributos, observações e sugestões foi disponibilizado *online* um Formulário de participação no Portal Participa. Do mesmo modo foi construído um Formulário de participação em formato papel (figura seguinte), que foi enviado para os locais físicos onde se encontrava disponível a Proposta de PRGP SM para consulta, por forma a serem recolhidos contributos.



Discussão Pública do PRGP Serra da Malcata
18 novembro 2022 a 13 de janeiro 2023
[Ficha de Participação]

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Entidade _____

Nome do representante _____

E-mail _____

Se está a participar a título individual:

Nome _____ E-mail _____

Profissão:

Administração Central e Local Agricultura e Pescas Água e Resíduos

Artes e Espetáculos Comércio e Serviços Comunicação Social

Indústria Construção Desporto

Município de residência _____

(a preencher pela Entidade que recebe o contributo)

| | |
|--|--|
| Registo | |
| Data da participação (dd / mm / ano) / / | |

1 / 4



Discussão Pública do PRGP Serra da Malcata
18 novembro 2022 a 13 de janeiro 2023
[Ficha de Participação]

O presente formulário de participação/inquérito procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta.

Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

De forma a facilitar, quer a exposição dos contributos, quer a sua posterior análise e ponderação, sugerimos que os mesmos sejam apresentados na seguinte ficha, que está organizada de acordo com a estrutura dos documentos

RELATÓRIO DO PROGRAMA
(Assinale sobre quais as matérias que gostaria de deixar o seu comentário)

Diagnóstico da Situação Territorial

Metodologia

Participação pública e envolvimento dos atores locais

Desenho da Paisagem

Matriz de Transição

Regime de fogo

Áreas e Ações prioritárias

Outra

Comentário:

2 / 4



Discussão Pública do PRGP Serra da Malcata
18 novembro 2022 a 13 de janeiro 2023
[Ficha de Participação]

SUMÁRIO EXECUTIVO
(Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário)

Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas

Matriz de transição e valorização

Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem: Medidas / Recomendações

Áreas e Ações prioritárias

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Diretrizes de Planeamento e Gestão

Programa de Execução e Governança

Monitorização e Avaliação de Resultados

Outro

Comentário:

3 / 4



Discussão Pública do PRGP Serra da Malcata
18 novembro 2022 a 13 de janeiro 2023
[Ficha de Participação]

RELATÓRIO AMBIENTAL – RESUMO NÃO TÉCNICO
(Assinale os aspetos que merecem o seu comentário)

Metodologia

Fatores Críticos de Decisão

Articulação com as opções estratégicas

Outro

Comentário:

4 / 4

Figura 8 – Formulário de participação em formato papel

3.3 SESSÕES PÚBLICAS DE APRESENTAÇÃO E DEBATE

Sabugal, 13 de dezembro, 2022

Sessão de Consulta Pública, das 16h às 19h, nas instalações da Câmara Municipal (CM) Sabugal - Salão Nobre da Câmara Municipal do Sabugal

Estiveram presentes 27 participantes, tendo sido a sessão conduzida pelos seguintes intervenientes:

- Representante da CM Sabugal: Vice-Presidente;
- Representantes da Direção-Geral do Território (DGT): Diretora-Geral e Subdiretora-Geral;
- Representantes da equipa técnica da Biodesign.

A sessão teve início com as boas vindas aos participantes dadas pela Sra. Vice-Presidente da CM Sabugal, seguida da intervenção da Sra. Diretora-Geral da DGT que fez uma breve apresentação dos objetivos dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) em geral, e do PRGP da Serra da Malcata (PRGP SM) em particular, incentivando os participantes a intervirem no debate da sessão pública e a formalizarem os seus contributos, que serão ponderados e integrados na versão final do Programa, durante o 1º trimestre de 2023.

Referiu ainda que se pretende chegar com estes programas a modelos do território que contribuam para reduzir a vulnerabilidade ao fogo, atuando ao nível das aptidões do solo, criando valor e fórmulas para uma nova economia, com o reconhecimento da valorização dos serviços dos ecossistemas (SE), que o território contém.

Concluiu a sua intervenção informando que a equipa que se encontra a elaborar o PRGP SM iria fazer uma breve apresentação da proposta de transformação da paisagem para a área de intervenção do Programa, suportada em esquemas de financiamento que, no período de 10 anos, servirão para alavancar a região e solicitou ainda que esta informação fosse partilhada, com os outros atores locais.

Os técnicos da equipa da Biodesign asseguraram a apresentação da Proposta do PRGP SM, conforme conteúdos constantes do Anexo IV.

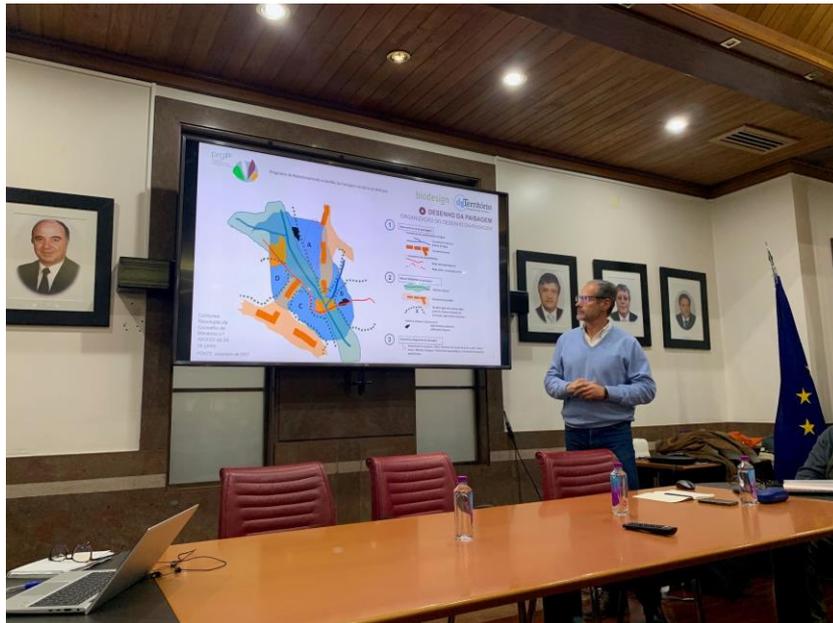


Figura 9 – Registo fotográfico da sessão

A Subdiretora-Geral da DGT, para promover o debate, questionou os atores locais presentes na reunião, se se reviam nas opções e nas propostas referentes:

- Ao que deve mudar
- Como e onde
- Se faz sentido apostar na reconversão
- Faz sentido criar mais 2 AIGP?
- Quem as gerir?
- Como se deve acompanhar a mudança?

Concluiu que este processo de mudança que tem de acontecer, carece do envolvimento dos atores presentes no território e que, mesmo em fase de Consulta Pública, seria desejável que aparecessem candidatos a Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e a Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP).



Figura 10 – Registo fotográfico da sessão

Durante o período de debate, foram registadas as seguintes intervenções:

- a) Técnica da Universidade de Coimbra, informou que se encontra ligada a projetos em curso na região Sabugal/Penamacor, designadamente:
- Cultivar – Rede de Competências para o desenvolvimento sustentável e inovação no sector agroalimentar (<https://icultivar.pt/equipa/>), no qual, no âmbito da linha de investigação 3, tem estado a trabalhar na temática de serviços de ecossistemas agrícolas, incluindo a realização de workshops participativos com *stakeholders* locais;
 - PHOENIX – *the Rise of Citizen Voices for a Greener Europe* (<https://phoenix-horizon.eu/>), com o objetivo de promover processos participativos e deliberativos inovadores que permitam enfrentar, de forma mais inclusiva e abrangente, os desafios do *European Green Deal*, estando previsto testar estas práticas em 11 pilotos (nos temas que façam sentido em cada território), sendo um deles o piloto transfronteiriça Gata-Malcata, ainda numa fase inicial de diagnóstico.

Continuou a sua intervenção debatendo com os representantes da equipa da Biodesign dúvidas que resultaram da leitura dos documentos disponibilizados para Consulta Pública, relativas às temáticas SAF de Carvalho, à valoração atribuída à componente agrícola no âmbito dos SE que considerou muito baixa e ao conceito de *rewilding*, entendido como gestão ativa.

- b) Representante da Pro-Raia, Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, tem a sua área de atuação nos concelhos da Guarda e do Sabugal, tendo em vista apoiar as populações no reforço da sua identidade coletiva, mediante partilha de conhecimento e valorização dos seus recursos endógenos, promovendo a empregabilidade, a qualidade de vida e a fixação das populações.

Agiliza ainda a identificação de modelos de financiamento e respostas aos avisos nomeadamente das ações nas propriedades dos associados, nas áreas das AIGP.

- c) Representante da CM Sabugal, questionou a forma como as Diretrizes de Planeamento e Gestão, previstas no PRGP SM, irão ser incorporadas nos PDM.
- d) Representante da CM Sabugal, tem acompanhado a entidade gestora da AIGP Terras do Lince e Malcata que tem feito visitas ao terreno para falar com os atores locais, nomeadamente sobre os financiamentos previstos e têm vindo a incentivar os proprietários das áreas envolventes para que, a seu tempo, se venha a expandir a área do PRGP à Unidade Homogénea, podendo haver evoluções para a área de Casteleiro e a aprovação de uma nova AIGP.



Figura 11 – Registo fotográfico da sessão

Os participantes que intervieram no debate informaram que iriam apresentar os seus contributos no Portal Participa.

Numa última intervenção, a Sra. Vice-Presidente da CM Sabugal agradeceu a presença de todos, as apresentações efetuadas e as intervenções durante o debate, dando por concluída a sessão.

3.4 SUBMISSÃO DE PARTICIPAÇÕES

Durante o período de Discussão Pública foram submetidas no Portal Participa nove participações.

Apresentam-se em seguida as **Áreas de Atuação/Entidades** a que pertencem:

- Participante da área da Administração Central e Local
- Participante da área da Agricultura e Pescas
- Participante da área da Indústria
- Participante da área da Administração Central e Local
- Representante da *Life Aegyptius – Vulture Conservation Foundation* | Comércio e Serviços
- Participante da área da Administração Central e Local
- Representante da Biond – Associação das Bioindústrias de Base Florestal | Indústria
- Representante do Centro PINUS | Indústria
- Representante da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável | Artes e Espetáculos

As participações recebidas encontram-se no Anexo V – Participações submetidas no Portal Participa.

3.5 ANÁLISE E PONDERAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES

As participações recebidas no âmbito da discussão pública do PRGP SM foram analisadas e ponderadas no quadro seguinte.

Quadro 6 – Quadro de análise e ponderação das participações

| | |
|--|---|
| Participante ID 49842 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2022-11-21 | |
| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
| RELATÓRIO DO PROGRAMA | |
| <u>Metodologia</u> Não tenho conhecimento de planos ou programas de ordenamento do território que integrem e associem, explícita e rigorosamente, a proteção das galerias ripícolas e das margens das águas, com a delimitação dos domínios - públicos - hídricos (fluvial, lacustre, marítimo) e com as iniciativas locais (desenquadradas, em muitos casos) de construção de caminhos pedestres / passadiços marginais, de modo a que estes coincidam sempre com os limites dos DH. Tal integração e associação muito beneficiariam / simplificariam a gestão e fiscalização do território, a definição dos regimes de uso e propriedade do solo, e a consciência dos cidadãos. | <ul style="list-style-type: none"> O PRGP SM é um programa de ordenamento do território setorial, dirigido a territórios que apresentam vulnerabilidades específicas associadas à organização do território, que visa a prevenção de riscos e adaptação às alterações climáticas, através do ordenamento e gestão da paisagem e da adoção de medidas específicas de intervenção, como sejam a valorização e reabilitação das galerias ripícolas. |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | |
| <u>Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas</u> Nada a apresentar | --- |
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | |
| <u>Diretrizes de Planeamento e Gestão</u> A integração e associação supra implicará a articulação e trabalho conjunto entre, pelo menos, DGT, APA, ICNF e Municípios. | <ul style="list-style-type: none"> A referida articulação entre entidades encontra-se prevista no Programa de Execução e no Programa de Governança do PRGP SM, com a supervisão do Fórum Intersetorial. |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | |
| RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO | |
| <u>Articulação com as opções estratégicas</u> Idem, como nos comentários anteriores. | --- |

Participante

ID 50035

Profissão/Área de atuação

Agricultura e Pescas

Data

2022-12-27

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|---|---|
| RELATÓRIO DO PROGRAMA | --- |
| <p><u>Participação pública e envolvimento dos atores locais</u></p> <p>Após leitura do resumo não técnico, não podia deixar de ficar alerta e preocupado. Preocupação que se agudiza por conhecer a organização e funcionamento do nosso país, (falta de transparência e ética, défice de governança e responsabilização, fiscalização inexistente/ineficaz e impunidade, falta visão/estratégia a longo prazo, entre outros), também o contexto atual e o perfil dos agentes locais me fazem temer alguns aspetos abordados neste PRGP - Serra da Malcata. Resumidamente temo que seja mais uma oportunidade de assaltado a uma área natural que com este PRGP podemos estar a legitimar.</p> <p>Começo por referir que acho o PRGP desequilibrado em termos dos destaques atribuídos a diferentes áreas. Os serviços de ecossistemas deveriam ter um papel central e charneira para os restantes serviços e áreas de intervenção, no entanto são preteridos para algo quase vestigial. Se não colocarmos este serviço de ecossistemas como central corremos o risco de muitos dos outros não funcionarem.</p> <p>Após os grandes incêndios de 2017 criou-se um grande debate em torno dos incêndios (mais uma vez), mas será que passou de debate? Tivemos grandes incêndios em 2003, 2005 grandes debates também aí ocorreram, nada foi feito até 2017, não me parece que algo estrutural, planeado, organizado e integrado tenha sido feito até a data. Nem ao nível da prevenção, nem combate nem mitigação. O que assistimos a partir de 2017 foi a cortes de arvores indiscriminadamente com medo de coimas, perdendo assim os nossos maiores aliados no combate às alterações climáticas e inundações. Esta gestão das florestas é de extrema importância e sensibilidade, tem que necessariamente ser acompanhada por técnicos com sensibilidade para ecologia destes ecossistemas e, não ser simplesmente uma janela de oportunidade para assaltar estes espaços, cortando e transformando em algo que beneficia um ou dois em vez do todo.</p> | <ul style="list-style-type: none"> O processo de participação pública e envolvimento dos atores locais seguiu a metodologia descrita na parte VIII do Relatório do Programa. Esse processo decorreu ao longo de várias etapas e adotou diferentes abordagens e metodologias (e.g. entrevistas com atores chave, sessões alargadas de participação, grupos focais) de modo a assegurar que existiam amplas oportunidades para participação de todas as partes interessadas e que todos os aspetos considerados relevantes pelos atores locais eram abordados. <p>As questões levantadas nesta intervenção foram todas abordadas e discutidas nos vários momentos de participação e as reflexões daí resultantes estão vertidas no Relatório do PRGP SM e nas propostas apresentadas, que refletem, entre outras questões, a importância atribuída aos Serviços dos Ecossistemas e à sua remuneração, a necessidade de reforço das ações de fiscalização nos territórios vulneráveis, a necessidade de promover ações de capacitação e sensibilização junto das instituições e dos agentes na gestão do território, a importância da atividade turística na valorização do território e dinamização da economia e a inquestionável importância de um papel ativo das Câmaras Municipais do Sabugal, Penamacor e Guarda, na dinamização das ações a implementar na área de intervenção do PRGP SM, em particular nas áreas das AIGP existente e a criar.</p> <p>Também o Programa de Monitorização e Avaliação dos Resultados (Parte VII do Relatório) contempla um modelo de acompanhamento, reporte e medição dos resultados do PRGP SM, no qual as questões referidas, estão contempladas.</p> |

| |
|--|
| <p>Participante ID 50035</p> <p>Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas</p> <p>Data 2022-12-27</p> |
|--|

A fiscalização tem que ser extremamente exigente, transparente, ativa e competente, para evitarmos assistir a assaltos à floresta e biodiversidade sob falso pretexto de combate a incêndios.

Penso que também deveriam existir ações de formação e de sensibilização junto dos mais novos para a utilização da floresta e do fogo. Se esta população sentir que a floresta é sua, promovendo atividades dentro da floresta, ensinando como podem de forma segura retirar combustível com os seus lumes seguros, com a segurança necessária e os períodos em que o podem fazer, podemos estar a contribuir para a redução dos riscos de incêndio e por um maior respeito com a natureza.

Uma atividade de extrema importância, que se encontra relacionada com as mais variadas áreas abordadas, mas em especial pode servir de eixo (transmissão) entre os serviços socioeconómicos e serviços de ecossistemas é o Turismo. Este Turismo necessita urgentemente de ser estruturado, organizado, formatado para tal como num carro funcionar como eixo de transmissão entre o socioeconómico e o serviço de ecossistemas. Aqui existe uma grande necessidade de organização, concertação, capacitação das mais diversas áreas de atividades para tudo funcionar. Neste ponto considero que urge uma chamada das "partes" e de uma forma integrada poder criar uma rede, podendo o Turismo dinamizar as restantes partes. A este nível penso que as Câmaras Municipais devam ter um papel mais ativo pois ninguém melhor que eles conhecem as especificidades dos seus territórios e os agentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Áreas e Ações prioritárias
Nada a apresentar

| |
|-----|
| |
| --- |

| |
|--|
| Participante ID 50035 Profissão/Área de atuação Agricultura e Pescas Data 2022-12-27 |
|--|

| | |
|--|---|
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | --- |
| <u>Programa de Execução e Governança</u> Para a implementação do programa, a sua governança e monitorização considero fulcral a capacitação de muitos dos agentes locais, a sensibilização e educação dos mais novos. Reforço a minha preocupação com a fiscalização e responsabilização e a governança. Não podemos continuar a fechar os olhos, assistir a impunidades dos incumpridores, as entidades fiscalizadoras têm que cumprir esse papel de forma isenta e transparente. | <ul style="list-style-type: none"> O reforço das ações de fiscalização nos territórios vulneráveis, a promover ações de capacitação junto das instituições e dos agentes locais na gestão do território e a sensibilização e educação transversal da população que vive neste território, foram preocupações asseguradas na Proposta de PRGP SM. Também o Programa de Monitorização e Avaliação dos Resultados (Parte VII do Relatório) contempla um modelo de acompanhamento, reporte e medição dos resultados do PRGP SM, no qual as questões referidas, estão contempladas. |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | |
| <u>Articulação com as opções estratégicas</u> Penso que este PRGP pode ser uma forte alavanca socioeconómica e evitar o progressivo despovoamento destas áreas, mas mais que isso, que possa melhor contribuir para a preservação destas áreas naturais e incremento da qualidade de vida para todos os que "teimosamente resistem" viver aqui. Os fatores críticos de decisão e estas opções estratégicas na sua articulação indicam-nos o caminho, agora é preparar a viagem e partir. Preparar a viagem considero a sensibilização, educação, capacitação, depois é manter a fiscalização e as regras para não nos deixarmos sair do caminho | --- |

Participante

ID 50046

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2022-12-28

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|--|--|
| RELATÓRIO DO PROGRAMA | --- |
| <p><u>Desenho da Paisagem</u></p> <ul style="list-style-type: none">• Falta ambição e visão para o restauro da Malcata. https://comunidadeculturaearte.com/imaginar-uma-serra-da-malcata-selvagem/• As plantações de exóticas nas propriedades do ICNF devem ser todas removidas e a floresta nativa recuperada, são uma caixa de fósforos à espera de arder.• Existem muitos mais animais que podem regressar à Serra para além do Lince Ibérico (atrativo para o turismo, prevenção de incêndios e restauro da natureza) Cavalo Selvagem (idêntico ao Gerês) https://www.wilder.pt/naturalistas/pode-o-cavalo-selvagem-voltar-a-portugal/ Gamo (Idêntico ao Alentejo) https://www.wilder.pt/naturalistas/pode-o-gamo-ser-selvagem-em-portugal/ Cabra Montesa (idêntico à Serra de Frância) https://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=571223 Muflão (serras Sul de Espanha) https://danielgutierreznatufoto.blogspot.com/2011/10/lince-iberico-cazando-un-muflon.html Castor (Ebro Espanha) As galerias ripícolas estão em bom estado é preciso é devolver dinâmicas naturais. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21154• Animais selvagens são chave para prevenir e mitigar o efeito dos incêndios, devolvem vida ao ecossistema e são um grande atrativo turístico. | <ul style="list-style-type: none">• O PRGP procurou enunciar objetivos realistas e exequíveis, focados numa espécie-chave (coelho-bravo) e na gestão de uma espécie já atualmente em expansão. A ecologia do fogo na área do PRGP é tratada em capítulo, apresentando o Programa um conjunto de medidas específicas para a gestão de fogos rurais. As propriedades geridas pelo ICNF, nomeadamente em áreas classificadas, terão a sua intervenção definida no quadro dos planos definidos por esse Instituto. |

| | |
|---|--|
| <p>Participante ID 50046</p> <p>Profissão/Área de atuação Indústria</p> <p>Data 2022-12-28</p> | |
| <p>https://www.publico.pt/2022/08/11/p3/cronica/combater-incendios-florestais-brigadas-animais-selvagens-2016538 https://comunidadeculturaearte.com/animais-selvagens-os-futuros-bombeiros/</p> <ul style="list-style-type: none"> A aposta em práticas agrícolas é uma proposta antiquada, cara que promove conflitos (por exemplo com o lobo ibérico) e que não é atrativa para jovens com estudos. Sugiro uma olhada no do seguinte livro: https://www.rewildingargentina.org/library/libros/institucional/produccion_de_naturalaleza_(ed_digital).pdf Mais do que valorizar os ativos existentes é preciso criar novos, mais do que subsidiar é preciso criar as condições, as oportunidades para a iniciativa privada poder investir. | |
| <p>SUMÁRIO EXECUTIVO</p> | |
| <p><u>Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas</u> Nada a apresentar</p> | --- |
| <p>IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA</p> | |
| <p><u>Diretrizes de Planeamento e Gestão</u> É preciso um diretor do parque nacional, uma equipa no terreno e contacto próximo com ONGs como a Rewilding Portugal. https://rewilding-portugal.com/ Mais do que relatórios é preciso ação no terreno.</p> | <ul style="list-style-type: none"> O PRGP SM para além de um conjunto de planeamento e gestão a incorporar nos Planos Diretores Municipais, de transposição/aplicação do PROF CI e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais e de orientações para os instrumentos de financiamento, estabelece um conjunto de áreas e ações prioritárias (Partes V e Vi do Relatório do Programa) que constituem intervenções específicas tendo em vista a transformação da paisagem. |

Participante

ID 50046

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2022-12-28

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO**Fatores Críticos de Decisão

É preciso aproveitar as oportunidades do abandono agrícola para restaurar a natureza e criar novas oportunidades económicas.
<https://rewilding-portugal.com/pt/noticias/visao-para-a-quinta-de-santa-margarida-um-oasis-de-biodiversidade-no-planalto-raiano/>

<https://phys.org/news/2022-05-regrow-reuse-abandoned-farms-mitigate.html>

<https://comunidadeculturaearte.com/portugal-precisa-de-mais-parques-nacionais/>

É preciso mudar de paradigma mais do que remar contra a maré e tentar reanimar a agricultura é preciso tentar algo novo, restaurar a natureza e criar novas oportunidades económicas.

- A valorização dos ativos do território da Serra da Malcata, como a revitalização dos mosaicos agrícolas foi um dos temas considerados na Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), em particular nas análises efetuadas no âmbito dos Fatores Críticos para a Decisão Resiliência ao Fogo e Valorização do Território.

A análise efetuada no âmbito da AAE ao PRGP SM define um conjunto de propostas que compreendem o incremento, diversificação e dinamização das áreas de mosaicos agrícolas revitalizados e de áreas agrícolas reabilitadas, que constituem importantes contributos para a valorização e diversificação do mosaico cultural, a atração de novas produções e a valorização de produtos endógenos e o aumento da resiliência dos territórios aos fogos rurais e aos riscos associados às alterações climáticas.

Participante

ID 50169

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2023-01-09

Contributo/Sugestão da Participação**Ponderação****RELATÓRIO DO PROGRAMA**

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none">• <u>Página 71 Florestas - valorização carvalho negral</u>. Dúvida: para o carvalho negral apenas se prevê pagamento por serviços ecossistemas (ES)? não seria interessante considerar e promover outras formas de valorização desta espécie como por exemplo: 1.como SAF -promoção de "montado" de carvalho, considerando não só os grandes ruminantes (gado bovino) mas também produção extensiva de porcos (já há algumas explorações no concelho do Sabugal em zonas de carvalho) e pequenos ruminantes; 2. utilização de madeira de poda na indústria vinícola (parceria com vinhos da Beira Interior); | <ul style="list-style-type: none">• Na verdade, os povoamentos de carvalho-negral em SAF são apoiados no quadro de financiamento também com custos de manutenção e estão associados ao regime de gestão da silvopastorícia. As utilizações potenciais dos produtos, podendo ser mencionadas, não são determinadas pelo programa, embora a existência deste possa promover-las em sede de apoios ao investimento. |
| <ul style="list-style-type: none">• <u>Página 91 - Matriz de valorização dos SE</u> em especial zonas agrícolas e pastagens. Surpreende-me a baixa valorização dada aos ecossistemas agrícolas do território, nomeadamente do ponto de vista dos Serviços Culturais, principalmente quando ao longo dos vários documentos se menciona o seu carácter extensivo, sendo indiscutível o seu papel na construção secular da paisagem cultural ligada ao sistema agro-silvo-pastoril, que é também uma das grandes propostas deste documento. Assim sendo, tendo a discordar da classificação atribuída a estes ecossistemas, a qual penso que devia ser revista. | <ul style="list-style-type: none">• As regras de valorização dos serviços dos ecossistemas foram definidas com base na literatura e experiência de casos anteriores e validadas com o conhecimento de especialistas. A valorização dos serviços culturais é particularmente desafiante e complexa, pela sua natureza eminentemente subjetiva e contextual. Admite-se que, neste caso concreto, se pudesse ter considerado uma maior valorização para alguns ecossistemas agro-silvo-pastoris, mas tal não iria alterar significativamente as conclusões do estudo. |
| <ul style="list-style-type: none">• <u>Página 98 - Cenário transição positiva</u>, 2ª <i>bullet</i>: clarificar que se propõe SAF de sobreiro nas zonas mais a sul e de carvalho-negral nas zonas mais a norte (uma vez que, de acordo com o inventário floresta, e à semelhança do pinheiro a zona norte também não apresenta características favoráveis ao sobreiro); | <ul style="list-style-type: none">• A área (ha) prevista para a transformação para povoamentos de sobreiro é precisamente a área em que a aptidão produtiva do sobreiro é média ou alta e a do pinheiro-bravo baixa- A transformação incidirá sempre sobre esses territórios, de acordo com a sua aptidão produtiva. |

Participante

ID 50169

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2023-01-09

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none">• <u>Página 99 - Cenário ideal</u>: considerando o habitat ideal de lince-ibérico esta intimamente ligado ao mosaico agro-silvo-pastoril, e depende muito do ecossistema agrícola (criação de sementeiras para aumentar efeito de orla), parece-me que o 1º <i>bullet</i> se adequa mais à promoção do lobo-ibérico enquanto que o segundo <i>bullet</i> ao lince. | <ul style="list-style-type: none">• O primeiro <i>bullet</i> fala da renaturalização em geral, aplicando-se às duas espécies (A redação do segundo <i>bullet</i> é alterada, gerando dois:<ul style="list-style-type: none">▪ O programa LINX2020 é ampliado e coordenado com as opções do PRGPSM, de forma a permitir as condições de gestão de habitat e populações de coelho-bravo necessárias à reintrodução do lince-ibérico até ao ano de 2025.▪ O programa inclui uma componente de gestão das populações de corço, cujo habitat beneficia da criação e manutenção de galerias ripícolas. O fomento da população de corço aumenta a probabilidade de ocorrência e estabelecimento de populações de lince-ibérico. |
| <ul style="list-style-type: none">• <u>Página 100 – no capítulo de Impacto na valoração matricial dos SE</u> mencionam cartografia com o mapeamento dos SE, mas não consegui encontrar. Está disponível? Se não podem disponibilizar? Fiquei surpreendida pela grande semelhança entre a valoração média dos SE da situação atual e cenário ideal (fig. 30) e a consulta do mapa talvez ajude a perceber melhor este gráfico. | <ul style="list-style-type: none">• A cartografia com o mapeamento dos SE para a situação de referência e cenário ideal, integra a Cartografia de Suporte que acompanhou os elementos do PRGP SM para Discussão Pública, entregues à DGT. Assim sendo, estes elementos encontram-se disponíveis para consulta, junto desta entidade. |
| <ul style="list-style-type: none">• <u>Página 127 - Plano de monitorização</u> já foi definido? Se sim, está disponível para consulta? | <ul style="list-style-type: none">• O plano de monitorização a que se refere o comentário corresponde ao plano de monitorização implícito aos contratos de gestão de longa duração com gestoras de AIGP, através do qual se concretiza o pagamento anual dos serviços dos ecossistemas. O referido plano de monitorização deverá permitir acompanhar a execução do contrato, avaliando os impactos nos serviços de ecossistemas e indicando as correções e ajustes necessários. A área do PRGP SM integra a AIGP “Terras do Lince- Malcata” já constituída e com entidade gestora designada, que tem a responsabilidade de elaborar o plano de monitorização. No âmbito do Programa de Governança. Indicadores de Execução Financeira, Organizacional e Territorial (Quadro 29), são estabelecidos indicadores que permitem avaliar a implementação das AIGP. |

Participante

ID 50169

Profissão/Área de atuação

Administração Central e Local

Data

2023-01-09

• Páginas 145 e 150 – AIGPs. Na página 145, para além da AIGP “terras do Lince” falam de mais duas AIGPs (uma na zona de Casteleiro-Sortelha e outra entre Pega-Adão) enquanto que depois na página 150 (tabela) mencionam apenas mais uma AIP na UF de Pousafoles do Bispo, Pena-lobo e Lomba □ esta informação parece discrepante, e fiquei sem perceber quantas e onde são propostas novas AIGPs

• As áreas potenciais para as novas AIGP a constituir, surgiram durante a elaboração do Programa, como propostas a localizar nas UOPG 2 e na UOPG 3, respetivamente, conforme fundamentação apresentada na página 145 do Relatório do Programa.

Já numa perspetiva de enfoque nas áreas e ações prioritárias, consubstanciam-se as 2 áreas propostas para novas AIGP, numa área única a constituir, conforme texto apresentado na página 146 do mesmo documento: “Tendo em vista operacionalizar a implementação da Proposta do PRGP SM, no horizonte dos próximos 10 anos, o enfoque em matéria de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem passará pela viabilização da AIGP “Terras do Lince – Malcata”, já constituída, e pela proposta de constituição e viabilização de uma nova AIGP localizada na União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, concelho Sabugal), cuja delimitação é apresentada na Planta do Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias, constante do ponto 1.5 do presente Relatório”.

SUMÁRIO EXECUTIVO

• Nada a apresentar

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

• Nada a apresentar

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

• Nada a apresentar

Participante

ID 50187

Profissão/Área de atuação

Comercio e Serviços

Data

2022-01-12

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|---|---|
| RELATÓRIO DO PROGRAMA <u>Metodologia</u> A PTZPE 0007 Serra da Malcata e a Reserva Natural da Serra da Malcata integram a lista de áreas classificadas importantes para as aves necrófagas em Portugal (conforme Plano de Ação para a Conservação das Aves Necrófagas - PACAN), especialmente para o abutre-preto (<i>Aegypius monachus</i>). O Objetivo Específico nº 18 do PACAN menciona especificamente a integração de diretrizes nos instrumentos de ordenamento e gestão territorial para assegurar a conservação do abutre-preto e do britango (<i>Neophron percnopterus</i>), beneficiando também, indiretamente, outras espécies. O PRGP SM configura assim uma oportunidade de inclusão de medidas específicas para a conservação das referidas aves a uma escala regional relevante. As medidas de conservação da biodiversidade animal atualmente propostas estão focadas principalmente nas populações de coelho-bravo e corço, e na gestão de habitat para o lince-ibérico, ações que naturalmente beneficiam as aves necrófagas, mas evidencia-se a falta de medidas específicas para a proteção das aves necrófagas. | <ul style="list-style-type: none">• O âmbito do PRGP é a transformação da paisagem. Neste contexto, o fomento das populações de coelho-bravo, de corço e, também, o fomento da silvopastorícia tenderão a ter impacto positivo relevante na população de aves necrófagas. Isto é, os impactos esperados poderão não ser dirigidos especificamente às aves necrófagas, mas têm elevado potencial para serem relevantes para as mesmas. |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | |
| Nada a apresentar | --- |
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | |

Participante

ID 50187

Profissão/Área de atuação

Comercio e Serviços

Data

2022-01-12

De um modo geral, os parceiros do projeto LIFE Aegyptius return, neste ato representados pelo coordenador (VCF - Vulture Conservation Foundation), evidenciam a falta de medidas específicas para a proteção das aves necrófagas neste PRGP.

Assim, são propostas as seguintes medidas:

- Gestão florestal e medidas de prevenção de incêndios também em torno de colónias identificadas; evitamento de desmatações massivas nas áreas potenciais para a nidificação.
- Nas áreas de nidificação de abutre-preto, a gestão florestal e cinegética, entre outras atividades humanas (e.g. turística; pedestrianismo), devem ser realizadas fora do período sensível para essa espécie. O período reprodutor decorre entre fevereiro e setembro, pelo que as atividades devem realizar-se apenas entre outubro e janeiro do ano seguinte.
- Implementação de mecanismos de salvaguarda de árvores de grande porte em áreas com habitat favorável à nidificação do abutre-preto.
- Reconhecimento dos serviços de ecossistema providenciados pelas necrófagas na matriz de valoração dos SE.
- Reconhecimento da importância da disponibilidade alimentar para a conservação das aves necrófagas, e da necessidade do estabelecimento e gestão de campos de alimentação para aves necrófagas e ao regulamento para a gestão de áreas não vedadas.
- Reconhecimento que a electrocução e a colisão com infraestruturas para a produção ou transporte de energia elétrica são a segunda causa mais importante de mortalidade para aves necrófagas, e que, portanto, o planeamento de novas linhas elétricas e/ou centrais eólicas deverá ter em consideração a localização de colónias de nidificação ou áreas de alimentação desta espécie. Deverá também

- As medidas de gestão específicas aplicáveis às populações de aves necrófagas encontram-se no âmbito do programa quanto ao aumento da disponibilidade alimentar e quanto ao seu contributo para o aumento do potencial turístico. Quanto às medidas mais específicas de proteção (e.g. proteção da electrocução) ou de gestão das populações (e.g. identificação das colónias) não estão diretamente no âmbito do presente Programa.

| | |
|---|-----|
| Participante ID 50187 Profissão/Área de atuação Comercio e Serviços Data 2022-01-12 | |
| ser feito um esforço para corrigir ou mitigar pontos de mortalidade conhecidos. – Identificar as colónias conhecidas de abutre-preto na região como sensíveis à perturbação humana, e adequar a gestão cinegética às suas necessidades de conservação. | |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO | |
| Nada a apresentar | --- |

| |
|----------------------------------|
| Participante |
| ID 50190 |
| Profissão/Área de atuação |
| Administração Central e Local |
| Data |
| 2022-01-13 |

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|--|---|
| RELATÓRIO DO PROGRAMA | |
| <p><u>Metodologia</u></p> <p>Na proposta agora apresentada é indicado a possibilidade de instalação de mais duas AIGP em linha com a UGF estabelecidas porém conhecendo o território e a realidade das comunidades locais bem como os desafios que as gestão da paisagem exige consideramos viável a instalação de uma AIGP na área de transição da UGF 2-Vales agrícolas da cova da beira e a UGF3 Planalto da guarda, ou seja de outra forma uma AIGP a instalar que abrange parte das freguesias de Pousafoles do bispo , Bendada, Sortelha e Aguas Belas enquadrando e centralizando a Ação no vale da Quarta feira . Este vale que é normalmente um corredor de passagem de incêndios e está normalmente na base da progressão dos incêndios potenciando a sua dimensão sendo uma área extremamente importante e estratégica na defesa do território aos incêndios.</p> | <ul style="list-style-type: none"> As áreas potenciais para as novas AIGP a constituir, surgiram durante a elaboração do Programa, como propostas a localizar nas UOPG 2 e na UOPG 3, respetivamente, conforme fundamentação apresentada na página 145 do Relatório do Programa. <p>Já numa perspetiva de enfoque nas áreas e ações prioritárias, consubstanciam-se as 2 áreas propostas para novas AIGP, numa área única a constituir, conforme texto apresentado na página 146 do mesmo documento: “Tendo em vista operacionalizar a implementação da Proposta do PRGP SM, no horizonte dos próximos 10 anos, o enfoque em matéria de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem passará pela viabilização da AIGP “Terras do Lince – Malcata”, já constituída, e pela proposta de constituição e viabilização de uma nova AIGP localizada na União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, concelho Sabugal), cuja delimitação é apresentada na Planta do Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias, constante do ponto 1.5 do presente Relatório”.</p> <p>Atendendo ao exposto na participação e à sua fundamentação, irá ser considerada a substituição da área anteriormente proposta para a constituição da nova AIGP (União das Freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba) pela área agora proposta, abrangendo parte da união das freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, Bendada, Sortelha e Águas Belas.</p> |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | |
| Nada a apresentar | --- |

| |
|---|
| Participante ID 50190 Profissão/Área de atuação Administração Central e Local Data 2022-01-13 |
|---|

| | |
|--|----------------------|
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | |
| <p>Na proposta agora apresentada é indicado a possibilidade de instalação de mais duas AIGP em linha com a UGF estabelecidas porém conhecendo o território e a realidade das comunidades locais bem como os desafios que as gestão da paisagem exige consideramos viável a instalação de uma AIGP na área de transição da UGF 2-Vales agrícolas da cova da beira e a UGF3 Planalto da guarda, ou seja de outra forma uma AIGP a instalar que abrange parte das freguesias de Pousafoles do bispo , Bendada, Sortelha e Aguas Belas enquadrando e centralizando a Ação no vale da Quarta feira . Este vale que é normalmente um corredor de passagem de incêndios e está normalmente na base da progressão dos incêndios potenciando a sua dimensão sendo uma área extremamente importante e estratégica na defesa do território aos incêndios.</p> | Idem ponto anterior. |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO | |
| Nada a apresentar | --- |

| |
|---|
| Participante ID 50195 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2023-01-13 |
|---|

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|--|---|
| RELATÓRIO DO PROGRAMA | |
| <p>Estamos ao dispor para quaisquer esclarecimentos ou densificação adicional que considerem relevante.</p> | |
| <p>Propomos alterar a utilização do fator “declive” na definição do tipo de florestas. Assim, a proposta de nova redação seria “florestas de produção”: são todas as áreas ocupadas com floresta, que podem ser geridas com objetivo principal de comercialização (a mesma floresta consegue dar resposta a várias funções, tal como previsto em sede dos PROF, por exemplo).</p> <p>Por uma questão de não aumentar o número de instrumentos de gestão territorial que o proprietário é obrigado a cumprir, propomos que a opção não incida diretamente e exclusivamente na conversão do pinheiro bravo, mas sim que seja assumida a listagem de espécies a privilegiar identificadas em sede do PROF respetivo para a Sub-região homogénea que coincida com a unidade de paisagem respetiva.</p> | <ul style="list-style-type: none"> No capítulo 1.1.2 – Definição de estratos de referência, no Relatório do PRGP SM, o declive é um dos atributos de definição do estrato, implicando no seu programa de gestão ou transformação. Não se trata de uma definição de tipo de floresta. Não está em causa o conceito de multifuncionalidade da floresta, pelo contrário, essa mesma é ativamente reconhecida e promovida através da proposta de remuneração dos serviços dos ecossistemas. Os sistemas e espécies a privilegiar (para cada uma das Sub Regiões Homogéneas (SRH) abrangidas no PROF – Centro Interior, mencionados no Capítulo D do PROF) foram respeitados na proposta de transformação das áreas de pinheiro-bravo com baixa aptidão produtiva. O proprietário (nos termos do comentário acima) não será, assim, obrigado a cumprir nenhuma obrigação adicional. Para cada SRH o PROF define as espécies quanto à prioridade de utilização em dois grupos: “GRUPO I <i>Espécies com aptidão Boa e Regular numa área ≥ 50% da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.</i> GRUPO II <i>Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área > 0% da área da SRH.”</i> |

| | |
|--|--|
| Participante ID 50195 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2023-01-13 | |
| | <p>Contudo, o facto de uma espécie se encontrar no Grupo I (em relação à SRH) não implica que seja utilizada nessa SRH nas áreas de baixa aptidão produtiva.</p> <p>A proposta de transformação da ocupação do solo diz respeito apenas a áreas com baixa aptidão produtiva para o pinheiro-bravo.</p> |
| Solicitação de esclarecimento entro o conceito de espécies infestantes e espécies invasoras. | <p>Serão efetuadas as seguintes aferições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na página 74 do Relatório do PRGP SM, onde se lê “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras” passará a ler-se “Controlo das espécies exóticas invasoras”; ▪ Na página 143, no capítulo 1.2.2 Orientações para a transformação da Paisagem, na O19 onde se lê “Controlar a presença e propagação de espécies infestantes e de espécies invasoras em galerias ripícolas e núcleos arbóreos e arbustivos”, passará a ler-se “Controlar a presença e propagação de espécies invasoras em galerias ripícolas e núcleos arbóreos e arbustivos”. |
| Diretrizes de planeamento e gestão - propor a inclusão de coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGP, quer no PEPAC, quer no PO respetivo para as ações de gestão ativa certificada do território. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ A sugestão foi incluída. |
| Programa de Execução e Governança - todos os proprietários abrangidos pelo PRGP devem receber o pagamento dos custos de manutenção de investimentos e remuneração dos serviços dos ecossistemas, na medida do seu contributo para os mesmos. | <ul style="list-style-type: none"> ▪ O Programa de Execução (Parte VI do Relatório do Programa), prevê um sistema de incentivos dirigido ao território, tendo em conta áreas prioritárias de intervenção do PRGP e outras intervenções no âmbito do Programa de Transformação da Paisagem e do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. A definição de prioridades é intrínseca à definição da política no concreto. |
| SUMÁRIO EXECUTIVO | |
| Nada a apresentar | --- |
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | |

Participante

ID 50195

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2023-01-13

"Nas macro de nova redação seria estruturas da paisagem estão ainda integradas Outras Estruturas da Paisagem para a Resistência e Resiliência ao Fogo" - Deve ser verificada a coerência com Programa Regional de Ação do Centro do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Este alerta reside no fato de faltar a publicação do regulamento (pelo ICNF) das normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível. Assim, pretendemos que não sejam usados critérios para as macroestruturas que a muito curto prazo perdem validade.

Propomos alterar a utilização do fator “declive” na definição do tipo de florestas. Assim, a proposta “florestas de produção”: são todas as áreas ocupadas com floresta, que podem ser geridas com objetivo principal de comercialização (a mesma floresta consegue dar resposta a várias funções, tal como previsto em sede dos PROF, por exemplo).

Propomos alterar a utilização do fator “declive” na definição do tipo de florestas. De qualquer forma a produtividade do pinheiro-bravo utilizada, teve que base? Foram consultados trabalhos de inventário da região. Gostaríamos que fosse explicitada a metodologia.

Por uma questão de não aumentar o número de instrumentos de gestão territorial que o proprietário é obrigado a cumprir, propomos que a opção não incida diretamente e exclusivamente na conversão do pinheiro bravo, mas sim que seja assumida a listagem de espécies a privilegiar identificadas em sede do PROF respetivo para a Sub-região homogénea que coincida com a unidade de paisagem respetiva. Esta situação coloca-se na fundamentação das opções tomadas para a conversão do pinhal bravo.

- No capítulo 1.1.2 – Definição de estratos de referência, do Relatório do PRGP SM, o declive é um dos atributos de definição do estrato, implicando no seu programa de gestão ou transformação. Não se trata de uma definição de tipo de floresta.

Não está em causa o conceito de multifuncionalidade da floresta, pelo contrário, essa mesma é ativamente reconhecida e promovida através da proposta de remuneração dos serviços dos ecossistemas.

Os sistemas e espécies a privilegiar (para cada uma das Sub Regiões Homogéneas (SRH) abrangidas no PROF – Centro Interior, mencionados no Capítulo D do PROF) foram respeitados na proposta de transformação das áreas de pinheiro-bravo com baixa aptidão produtiva. O proprietário (nos termos do comentário acima) não será, assim, obrigado a cumprir nenhuma obrigação adicional.

Para cada SRH o PROF define as espécies quanto à prioridade de utilização em dois grupos:

- “GRUPO I

Espécies com aptidão Boa e Regular numa área $\geq 50\%$ da área da SRH e espécies que tecnicamente se considerem dever ser especialmente fomentadas na SRH, nomeadamente por critérios ambientais.

| | |
|--|--|
| <p>Participante ID 50195 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2023-01-13</p> | |
| | <ul style="list-style-type: none"> ▪ GRUPO II <i>Das espécies que não fazem parte do Grupo I são selecionadas aquelas cuja aptidão é Boa e Regular numa área > 0% da área da SRH.</i> <p>Contudo, o facto de uma espécie se encontrar no Grupo I (em relação à SRH) não implica que seja utilizada nessa SRH nas áreas de baixa aptidão produtiva. A proposta de transformação da ocupação do solo diz respeito apenas a áreas com baixa aptidão produtiva para o pinheiro-bravo.</p> |
| <p>De uma forma direta, as diretrizes que são propostas para aplicar a nível do PDM, por exemplo a D2.5, não nos impedem de fazer a normal silvicultura, contudo temos algumas dúvidas quanto à adequabilidade, contexto e mesmo legitimidade de alguma das propostas, pelo que propomos que sejam reavaliadas. Algumas destas propostas acarretam custos avultados para o proprietário e não é possível em sede do PDM quaisquer formas de o concretizar. O proprietário está obrigado a cumprir a legislação referente ao sistema de gestão integrada de fogos rurais, onde estas regras já estão previstas (D.6). Não nos parece justificar ou enquadrar esta proposta num PDM.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ A diretriz D2.5 deve ser acautelada pelos PDM, cabendo a estes definir as regras de uso e ocupação do solo rústico atendendo às especificidades do território. Os termos da inclusão da diretriz D6 foi sugerida pela DGT e são transversais aos PGRP elaborados e em elaboração. |
| <p>As três diretrizes (D10, D.11 e D.12) propostas de articulação com o RJAAR já estão consideradas no atual sistema de gestão integrada de fogos rurais, não se configurando necessária à sua apresentação. Por outro lado, não estão bem claras se as percentagens apresentadas de “zonas abertas” têm em consideração a dimensão das propriedades e a sua exequibilidade a nível económico para os proprietários.</p> | <ul style="list-style-type: none"> ▪ As referidas diretrizes constituem propostas de articulação com o RJAAR, sugeridas pela DGT e transversais aos PGRP elaborados e em elaboração. |
| <p>Pensamos que será de propor a inclusão de coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGP SM, quer no PEPAC, quer no PO Centro, para as ações de gestão ativa certificada do território.</p> | <p>A sugestão foi incluída.</p> |

| | |
|---|---|
| Participante ID 50195 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2023-01-13 | |
| Gostaríamos de solicitar que se estabeleça a diferença entre espécies infestantes e espécies invasoras. O conceito de infestante, ainda que se revista de sentido pejorativo, continua a prevalecer em linguagem técnico/ científica corrente (Amaro, 2003; Gomes & Cavaco, 2003; Anónimo, 2005). A definição mais generalizada continua a ser a de planta que cresce onde não é desejada, ou de planta que interfere com os interesses ou bem-estar do homem. De qualquer forma, apesar do conceito estar definido de forma antropocêntrica não necessita de ser mudado; a forma como vemos e gerimos as infestantes nos ecossistemas agrários é que deverá ser equacionada (Zimdahl, 1993). | <ul style="list-style-type: none"> • Serão efetuadas as seguintes adequações: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Na página 74 do Relatório do PRGP SM, onde se lê “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras” passará a ler-se “Controlo das espécies exóticas invasoras”; ▪ Na página 143, no capítulo 1.2.2 Orientações para a transformação da Paisagem, na O19 onde se lê “Controlar a presença e propagação de espécies infestantes e de espécies invasoras em galerias ripícolas e núcleos arbóreos e arbustivos”, passará a ler-se “Controlar a presença e propagação de espécies invasoras em galerias ripícolas e núcleos arbóreos e arbustivos”. |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO | |
| Nada a apresentar | --- |

| |
|---|
| Participante ID 50201 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2023-01-13 |
|---|

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|--|--|
| RELATÓRIO DO PROGRAMA | |
| <p>A visão do Centro PINUS relativamente à transformação da paisagem é de reconhecimento da necessidade de mudança e de colaboração na construção de novas soluções.</p> <p>Acreditamos na possibilidade de compatibilizar mudanças na paisagem com o fornecimento sustentado de madeira e resina às empresas da Fileira do Pinho e de serviços do ecossistema à sociedade. Essa mudança, em certas circunstâncias, poderá envolver a redução da área de pinheiro-bravo. Esta redução de área pode ser acompanhada por uma manutenção e mesmo aumento da produção de madeira e resina porque há muita margem para aumentos de produtividade melhorando a gestão florestal.</p> <p>As recomendações que o Centro PINUS definiu e deu a conhecer às entidades públicas previamente ao conhecimento de qualquer PRGP foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar as ações de conversão de pinheiro-bravo de forma a que o potencial produtivo da cultura seja mantido, em resposta à procura regional de produtos e serviços; - Incluir no PRGP a identificação e quantificação das ações destinadas a manter o potencial produtivo da cultura do pinheiro-bravo como (re)arborizações e aumentos de produtividade por ações de gestão florestal; - Estas ações de manutenção do potencial produtivo devem ser alvo de financiamento público e acompanhamento da sua execução física e financeira. <p>O Centro PINUS analisou e irá comentar os tópicos para os quais consideramos ter competências e experiência relevantes para suportar uma participação construtiva, opção que não deve ser interpretada como uma desvalorização da importância de outras componentes. Os comentários e sugestões seguidamente apresentados</p> | <ul style="list-style-type: none"> Entendido. |

Participante

ID 50201

Profissão/Área de atuação

Indústria

Data

2023-01-13

focam os aspetos considerados mais estratégicos para a Fileira do Pinho. A ausência dos comentários a certos aspetos não deve ser interpretada nem como apoio, nem discordância.

É preconizada a alteração da ocupação do solo em 71% da área e, desta área, 11,7% equivale a pinhais-bravos convertidos.

O pinhal-bravo é a única cultura florestal para a qual é preconizada a conversão, num total de 4776,4 hectares, dos quais: 2 814,5 hectares, localizados em zonas com declive inferior a 15%, preconiza-se a conversão para sistemas agro-silvopastoris e 1 934,7 hectares, situados em declives de 15 a 30%, em sobreiro. A principal justificação para a conversão do pinhal é a sua alegada baixa aptidão produtiva. Reconhecemos que, de facto, o território abrangido por este PRGP tem aptidão já marginal para o pinheiro-bravo. No entanto, existem bolsas com boa aptidão e foram realizados investimentos públicos assinaláveis, que tiveram uma racional. O quadro 7 do Relatório suscita muitas dúvidas, para as quais não encontramos esclarecimento.

Fundamentações que carecem de clarificação:

- Qual foi a metodologia ou a fonte considerada para classificar a aptidão produtiva das espécies identificadas?
- Que valores foram considerados (isto é, custos e receitas) para se estimar o valor da produção por hectare e o RAE total?

É importante esta clarificação.

- A fonte utilizada para classificar a aptidão produtiva foi o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (Capítulos B e D).

A opção de converter povoamentos em áreas de baixa aptidão produtiva decorre também da constatação prática da dificuldade de gerir adequadamente os povoamentos em áreas de baixa aptidão produtiva, gerando pressão adicional na suscetibilidade ao fogo.

A proposta de transformação da ocupação do solo incide, potencialmente, em 8,8% da área do PRGP (71% da área do PRGP terá alteração de ocupação **ou** gestão), sendo que as alterações de ocupação dentro das áreas da Rede Natura 2000 obedecerão aos critérios a definir nos planos de gestão dessas áreas.

SUMÁRIO EXECUTIVO

| | |
|--|--|
| Participante ID 50201 Profissão/Área de atuação Indústria Data 2023-01-13 | |
| Nada a apresentar. | --- |
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | |
| Nada a apresentar. | --- |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA | |
| RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO | |
| <p>Atendendo à magnitude das mudanças propostas num horizonte temporal curto (de 3 e 10 anos) deveriam ter sido avaliados os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Plano de realização de cortes rasos inerentes às ações de conversão preconizadas; - Indicação da necessidade de realização de cortes prematuros; - Impactos nos recursos solo e água desses eventuais cortes rasos; - Impacto no stock de carbono e realização de balanço de carbono: emissões prevenidas versus perda de stock e sequestro em sumidouros naturais até 2030. Recomenda-se a realização destas análises. | <ul style="list-style-type: none"> • Importa considerar que o PRGP não determina que a transformação seja produzida antes do termo de explorabilidade ou de outro momento considerado como adequado para o corte, previsto em Plano de Gestão Florestal, ou simplesmente decidido pelo proprietário ou gestor. Por outro lado, o PRGP fundamenta a transformação proposta e as características dos incentivos destinados a promover essa mesma transformação. As decisões dos proprietários ou gestores terão em conta os sistemas de incentivo e a expectativa de rendimento associada à condução e exploração dos povoamentos instalados. <p>O “<i>Plano de realização de cortes rasos</i>” recomendado tenderia sempre a ser conjetural, uma vez que não é conhecida a distribuição no tempo e no espaço da adesão aos incentivos e, logo, da concretização da transformação. A avaliação recomendada incidiria sobre a conjetura, sendo claro que os impactos na conservação do solo e da água, na suscetibilidade ao fogo ou na biodiversidade, dependem muito do padrão espacial e temporal que vier a ser conjeturado.</p> |

| |
|---|
| Participante ID 50209 Profissão/Área de atuação Artes e Espetáculos Data 2023-01-13 |
|---|

| Contributo/Sugestão da Participação | Ponderação |
|---|--|
| <p>RELATÓRIO DO PROGRAMA</p> <p>Exmos. Senhores,</p> <p>Antes de mais gostaríamos de lamentar que a participação nesta consulta pública se faça desta forma, ainda para mais sem aviso prévio de que tal iria acontecer. Desconhecemos os motivos ponderosos que levaram a DGT a optar por esta "inovação disruptiva" fórmula de participação, a qual, a nosso ver, só cria dificuldades aos utilizadores habituais do Portal Participa, habituados que estão a submeter os seus pareceres através de documento PDF.</p> <p>É com agrado que a ZERO vê finalmente avançar para consulta pública um conjunto de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), instrumentos muito relevantes para a mudança que se pretende na paisagem, procurando responder a um conjunto de problemas que não são de fácil resolução e exigem compromissos de longo prazo numa sociedade que se preocupa apenas e só com o imediato.</p> <p>No seguimento da análise dos documentos disponibilizados no âmbito da consulta publica da proposta de Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), a ZERO faz um conjunto de considerações.</p> <p>Este é um PRGP com uma área com cerca de 57 300 hectares (ha) na qual é relevante a presença da Reserva Natural da Serra da Malcata, que ocupa cerca de 28%, assim como integra a Rede Natura 2000, representado esta um total de 31%. O presente programa, perspectiva uma intervenção em 71% da área, isto é, uma intervenção em 40 000 ha e 29% da área sem qualquer intervenção, onde se incluem os eucaliptos em 0,5% da área do PRGP.</p> | <ul style="list-style-type: none"> Entendido. |

Participante

ID 50209

Profissão/Área de atuação

Artes e Espetáculos

Data

2023-01-13

As opções tomadas na proposta de transformação da paisagem, preconizada no Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SM, assentam nos seguintes três objetivos:

1. Redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, incluindo melhorias sensíveis no médio prazo
2. Valorização da aptidão dos solos e melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas
3. Aumento do valor do território e dinamização da economia

São três objetivos ambiciosos e muito pertinentes tendo em consideração o que se pretende com a implementação dos PRGP, em especial este que tem como objetivo intervir em 71% da área no prazo de 10 anos.

No âmbito do desenho da paisagem que é proposto, tem em consideração cinco linhas de ação que guia o desenho da paisagem: Florestas; Sistemas agro-silvopastoris; Valorização dos ecossistemas naturais; Turismo, recreio e património; e Gestão de fogos rurais.

São cinco linhas de ação pertinentes para o território em questão, contudo importa colocar algumas questões relativamente a algumas das ações.

Relativamente ao tema Florestas, numa linha de atuação de diversificação do coberto vegetal é apresentada uma ação de reconversão das áreas com povoamentos de pinheiro-bravo em zonas de baixa aptidão para sistemas silvo-pastoris, à base de sobreiros, outros carvalhos e zonas abertas. O objetivo é que a área de pinhal bravo em zonas de baixa aptidão produtiva e em terrenos com inclinação $\leq 15\%$ que transitam da floresta de produção para os sistemas silvo-pastoris (1.934,7 ha) e nas áreas de pinhal-bravo em zonas de baixa aptidão produtiva e em terrenos com inclinação entre 15% e 30%, que transitam da floresta de produção para “outras áreas florestais” (2 841,7 ha), num total de conversão na ordem dos 4776 ha.

| | |
|---|---|
| <p>Participante ID 50209</p> <p>Profissão/Área de atuação Artes e Espetáculos</p> <p>Data 2023-01-13</p> | |
| <p>É ainda referido que nas áreas abrangidas pelas ZIF e AIGP, o regime de apoios ao investimento florestal inclui apoios ao investimento e à manutenção pelo período de 20 anos, bem como a compensação de custos de oportunidade e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Tratando-se de áreas privadas será importante questionar se o apoio aos proprietários é suficientemente atrativo para que essa conversão seja uma realidade face à perda de rendimento associado.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O desenho dos sistemas de incentivo tem em conta a realidade económica dos sistemas a que se aplicam, tendo como finalidade a adesão dos destinatários. O Programa de Execução (Parte VI do Relatório do Programa), prevê recursos suscetíveis de gerar incentivos competitivos e ajustados à condicionalidade que lhes estará associado. |
| <p>No domínio da biomassa, é apresentada uma ação de promoção de ações de suporte à gestão da biomassa, através da sua valorização como fonte de energia alternativa e/ou incorporação da mesma. Se a opção de incorporação da mesma no solo pode ser vista como uma opção válida e plausível, considerando que os solos em geral são pobres em matéria orgânica, o seu encaminhamento para valorização energética não nos parece que seja uma boa opção. Acresce que existem sérias dúvidas sobre a viabilidade de transportar verdadeiros resíduos da gestão para a valorização energética, por exemplo, na central de biomassa do Fundão, a mais próxima. Já a rolaria, mesmo a de menor diâmetro deverá ser direcionada para indústria que produz produtos que valor acrescentado e contribua para a manutenção do carbono sequestrado a longo prazo.</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Entendido. |
| <p>No que concerne ao tema Sistemas agrosilvopastoris, no domínio dos matos e pastagens é referida como ação a criação de mosaicos e áreas abertas capazes de manter matos jovens e herbáceas palatáveis geridos através de pastoreio de percurso, reduzindo a carga de combustíveis finos e mortos. Relativamente a este, não identificamos informação que permita suportar que esta aposta é viável a longo prazo, até o impacte da herbivoria sobre o combustível existente na paisagem é muito variável entre as espécies pecuárias. Pela leitura do documento, depreende-se a necessidade de instalação de novos produtores, o que nem sempre é um processo fácil e atrativo, já que lhe são inerentes problemas associados ao manejo de efetivos significativos suscetíveis de causarem os resultados desejáveis no</p> | <ul style="list-style-type: none"> • O capítulo 1.1.8.1 do Relatório do Programa analisa a problemática exposta, procurando evidenciar os fatores críticos para o sucesso do regime de gestão associado à silvopastorícia. Sendo certo que as questões colocadas são muito relevantes, não será menos certo que os determinantes do sucesso estarão ligados à execução em concreto, sendo que o Programa deve criar condições para que a execução seja eficaz. |

| |
|---|
| <p>Participante ID 50209 Profissão/Área de atuação Artes e Espetáculos Data 2023-01-13</p> |
|---|

controle da vegetação e à gestão de recursos humanos (salários razoáveis, respeito pela legislação laboral, habitação condigna).

No âmbito do tema Ecossistemas naturais, o mesmo segue o objetivo de valorização e criação de habitats que permitam não só a existência de condições adequadas para o estabelecimento de uma população de lince-ibérico, em que é necessário a existência de coelho-bravo, assim como o reforço da população de corço, enquanto presa do lobo-ibérico e espécie cinegética. Tendo em consideração o enquadramento e áreas sensíveis existentes, esta intervenção é pertinente no âmbito da salvaguarda e valorização dos valores naturais em presença, mas será mais numa lógica de serviços de ecossistema do que num moldar da paisagem efetivamente relacionado com a ação direta destas espécies em questão.

No que respeita ao tema Turismo, recreio e património e com o objetivo da promoção do património natural e cultural enquanto ativo turístico, surgem ações, entre as quais se conta o desenvolvimento de programas estratégicos para a reintrodução do lince-ibérico na região, aumento da capacidade e oferta turística, compatibilizando-a com a preservação dos valores naturais, desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza e aproveitamento da barragem do Sabugal e da Meimoa ou a criação de condições para o desenvolvimento da atividade cinegética.

Sendo este um aspeto importante para a fixação de população no interior do país, existe aqui uma dificuldade de perceber a sua ligação direta ao objetivo de transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Embora importante, este será sempre um complemento tendo em consideração a restante intervenção, mas aparentemente a reintrodução do lince surge como um pilar fundamental de todo o programa, muito numa componente de serviços de ecossistemas na vertente de

- Entendido.

Participante

ID 50209

Profissão/Área de atuação

Artes e Espetáculos

Data

2023-01-13

recreio e turismo de natureza. Se o mesmo não for viável, ou com baixa taxa de sucesso porque existem variáveis que não são controláveis, fica a dúvida sobre o sucesso do programa nos pós 10 anos de intervenção.

Relativamente ao último tema, Gestão de Fogos Rurais, este está ligado ao objetivo de aumento da resiliência do território aos fogos rurais com a implementação da gestão do regime de fogo. Para tal, são definidas um conjunto de ações que, de forma muito sintética, resultam na definição de áreas para gestão com fogo controlado em ligação ou não com a promoção de atividades silvopastoris.

A ideia que transparece é de que a gestão do regime do fogo é determinante no sucesso da implantação do PRGP SM, sendo para tal necessário garantir a gestão de combustíveis através da definição de áreas onde poderão ser classificados Fogos de Gestão, constituição de Mosaicos de Gestão de Combustíveis e realização de intervenções em Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível, Faixas de Gestão de Combustível e em Pontos de Abertura de Incêndios. Uma vez que refere que as áreas de matos e de mosaico de floresta com matos integram um programa de fogo controlado abrangendo anualmente 2-5% da sua área, não se percebe qual é a expressão territorial desta intervenção em concreto, nem se estabelece se existe uma ligação preferencial com a promoção do pastoreio de percurso.

É referido que o financiamento das ações propostas no PRGP SM tem como fontes o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Ambiental (FA) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Do qual resultará um investimento.

É estimado um custo global de € 53 325 849 para a transição, sendo € 16 130 049 (30,3%) correspondentes a investimento, € 8 003 026 (15%) a manutenção de investimento pelo período de 10 anos e € 29 192 773 (54,7%) a pagamentos associados a regimes e à remuneração dos serviços dos ecossistemas. É referido

• As Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível são tratadas nos capítulos **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** a **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** do Relatório do Programa e no capítulo 3.1.1, na Planta de Desenho da Paisagem, integrando a Macro-estrutura da Paisagem. As condições para o estabelecimento de áreas de pastoreio de percurso são analisadas no capítulo 1.1.8.1 e o regime de manutenção de mosaicos no capítulo 1.1.8.2. Estes regimes de gestão estão relacionadas e terão uma expressão espacial com amplas zonas de interseção. A concretização do regime de gestão silvopastoril depende do impacto dos sistemas de incentivo e da sua expressão em concreto no território. Isto é, as zonas abrangidas pelo pastoreio de percurso serão definidas tendo em conta, em primeiro lugar, critérios técnicos específicos e, naturalmente, a ocorrência e a disponibilidade dos destinatários dos sistemas de incentivo.

• Entendido.

Participante

ID 50209

Profissão/Área de atuação

Artes e Espetáculos

Data

2023-01-13

que na estimativa de custos não foram incluídos os custos com a Rede Primária de Gestão de Combustível nem os pagamentos Rede Natura, aplicáveis à Superfície Agrícola Utilizada dentro da ZEC da Malcata, custos que não se encontram associados à transformação da paisagem, uma vez que dizem respeito a condicionantes previamente estabelecidas.

É referido que, em síntese, o Programa promove aumento do valor dos ativos territoriais e dinamização da economia nas seguintes linhas de ação: i) aumento de valor das atividades turísticas através da diferenciação ambiental e diminuição da perceção do risco de incêndio em todo o território do PRGP (57.300 ha); ii) aumento do valor da produção não lenhosa da floresta, em particular da caça (28.900 ha), na apicultura, na silvopastorícia (14.650 ha) e na produção de castanha; iii) gestão ativa e aumento da produção lenhosa nas áreas com aptidão produtiva adequada (8.550 ha); iv) adicionalidade potencial na provisão de serviços de regulação dos ecossistemas florestais, através do aumento do stock de carbono, da diminuição da suscetibilidade ao fogo, do aumento da biodiversidade, da conservação do solo e da água; v) adicionalidade potencial nos serviços culturais dos ecossistemas, através do suporte de atividades de lazer.

Mas no final fica sempre uma interrogação relativamente ao futuro da gestão da paisagem. Existe uma panóplia de atividades cujo retorno económico irá garantir a manutenção da mesma ou esta ficará vinculada a uma necessidade constante de fundos públicos para garantir a gestão da paisagem, em particular com recurso ao fogo controlado ou ao pagamento de serviços de ecossistemas?

• O PRGP tem um horizonte de 10 anos, procurando fundamentar transformações na paisagem associadas a atividades económicas. Estas transformações estão associadas a apoios públicos ao investimento e sua manutenção, facto que é comum a uma parte importante dos investimentos na agricultura e floresta. Espera-se que atividades pecuárias, cinegéticas e turísticas possam evoluir quantitativa e qualitativamente de forma a gerarem rendimento que permita a sua manutenção. A remuneração da adicionalidade na provisão dos serviços dos ecossistemas (de origem pública ou privada), internaliza os benefícios, em particular dos serviços de regulação (e.g diminuição da suscetibilidade ao fogo), fazendo parte da essência da política de transformação da paisagem, da qual os PRGP são instrumentos.

O fogo controlado é uma técnica de gestão da vegetação aplicável à área do PRGP.

| |
|----------------------------------|
| Participante |
| ID 50209 |
| Profissão/Área de atuação |
| Artes e Espetáculos |
| Data |
| 2023-01-13 |

| | |
|---|-----|
| SUMÁRIO EXECUTIVO | |
| Nada a apresentar | --- |
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | |
| Nada a apresentar. | --- |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO | |
| Nada a apresentar | --- |

3.6 RESULTADOS DA PONDERAÇÃO

Após análise das participações recebidas, foi dada boa nota dos seus conteúdos e reflexões, esclarecidas as matérias que suscitavam dúvidas e acomodadas as propostas de alteração consideradas pertinentes, conforme apresentado no capítulo 3.5 do presente Relatório.

Os resultados da ponderação são os seguintes:

- Inclusão de informação:
nas Diretrizes para os Instrumentos de Financiamento, em concreto nas D13 e D14, “das ações de gestão ativa certificada do território, como coeficientes de majoração” (capítulo 1.2.1.4 da Parte IV – Diretrizes de Planeamento e Gestão, do Relatório do Programa e capítulo 5.1.4 do respetivo Sumário Executivo);
- Alteração na redação:
onde se lê “Controlo das espécies infestantes e das espécies invasoras” deve passar a ler-se “Controlo das espécies invasoras” (capítulo 3.3, no tema Ecossistemas naturais, do Ponto 3 Desenho da Paisagem Proposto, do Relatório do Programa e capítulo 4.2 do respetivo Sumário Executivo);
- Alteração na redação:
onde se lê “O19. Controlar a presença e propagação de espécies infestantes e espécies invasoras...” deve passar a ler-se “O19. Controlar a presença e propagação das espécies invasoras...” (capítulo 1.2.2 Orientações para a transformação da paisagem da Parte IV – Diretrizes de Planeamento e Gestão, do Relatório do Programa e capítulo 5.2 do respetivo Sumário Executivo);
- Alteração da área da AIGP a criar:
Foi sugerida, em sede de Discussão Pública, a substituição da AIGP proposta na União das freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, no concelho do Sabugal, com 3.816,4ha, presente no capítulo das Áreas e Ações Prioritárias no Relatório do Programa e respetivo Sumário Executivo para Discussão Pública, por outra área de AIGP que abrange parte das freguesias de Bendada, Sortelha, Águas Belas e União das freguesias de Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, com 3.665,1ha, delimitada na Planta do Desenho da Paisagem Proposto e na Planta do Desenho da Paisagem Proposto – Áreas Prioritárias, constantes da Versão Final do Relatório do Programa e do respetivo Sumário Executivo.

ANEXOS

Anexo I – Listagem das Partes Interessadas

Anexo II – Programa da 1.ª Reunião de Participação Pública Alargada

Anexo III - Apresentação da Identificação dos Serviços de Ecossistemas mais relevantes na paisagem da Serra da Malcata realizada na 1ª Reunião de Participação Pública Alargada

Anexo IV – Conteúdos da Sessão Pública de Apresentação e Debate

Anexo V - Participações submetidas no Portal Participa

ANEXO I – LISTAGEM DAS PARTES INTERESSADAS

| Partes Interessadas | Categoria | Escala de atuação | Temática |
|---|----------------------------------|-------------------|--|
| ACRIGUARDA – Associação de Criadores de Ruminantes e de Produtores Florestais do Concelho da Guarda | Associação social ou empresarial | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| Acrisabugal - Assoc.de Criadores de Rominantes do Concelho do Sabugal | Associação social ou empresarial | Municipal | Sistemas agro-silvopastoris |
| ADES - Associação Empresarial do Sabugal | Associação social ou empresarial | Municipal | Transversal |
| ADRACES – BEIRA INTERIOR SUL – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul | Associação social ou empresarial | Regional | Transversal |
| AFLOESTRELA-Associação de Produtores Florestais da Beira Alta | Associação social ou empresarial | Regional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais | Entidade Acompanhamento | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil | Empresa | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| ARH Centro | Instituição | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| ARH Tejo e Oeste | Associação social ou empresarial | Nacional | Transversal |
| ASSEMBLEIA DE COMPARTES DA FREGUESIA DE MALCATA | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| Associação de Caçadores de Aldeia de Santo António | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| Associação dos Apicultores da Serra da Malcata | Proprietários | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| Associação dos Beneficiários da Cova da Beira | Associação social ou empresarial | Local | Turismo, recreio e património |
| Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Sabugal | Associação social ou empresarial | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| Associação Malcata com Futuro | Associação social ou empresarial | Regional | Sistemas agro-silvopastoris |
| Braçarte | Associação social ou empresarial | Municipal | Florestas e desenvolvimento florestal |
| CCDR Centro | ONG | Local | Transversal |
| CELPA - Associação Industrial Papeleira | Empresa | Local | Turismo, recreio e património |
| Centro de Educação Ambiental da Sra. da Graça (CEASG) + Viveiro | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| Centro Pinus | Associação social ou empresarial | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| CIM Beira Baixa | Instituição | Regional | Conservação da natureza e gestão de recursos |
| CIM Beiras e Serra da Estrela | Entidade Acompanhamento | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| CM Guarda | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| CM Penamacor | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |

| Partes Interessadas | Categoria | Escala de atuação | Temática |
|---|----------------------------------|-------------------|--|
| ACRIGUARDA – Associação de Criadores de Ruminantes e de Produtores Florestais do Concelho da Guarda | Entidade Acompanhamento | Municipal | Transversal |
| Acrisabugal - Assoc.De Criadores De Rominantes Do Concelho Do Sabugal | Entidade Acompanhamento | Municipal | Transversal |
| ADES - Associação Empresarial do Sabugal | Entidade Acompanhamento | Municipal | Transversal |
| ADRACES – BEIRA INTERIOR SUL – Associação para o Desenvolvimento da Raia Centro-Sul | Associação social ou empresarial | Regional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| AFLOESTRELA-Associação de Produtores Florestais da Beira Alta | Associação social ou empresarial | Local | Florestas e desenvolvimento florestal |
| AGIF - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais | Proprietários | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| ALTRI | Associação social ou empresarial | Municipal | Sistemas agro-silvopastoris |
| ANEPC - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil | Instituição | Regional | Conservação da natureza e gestão de recursos |
| ANEFA - Associação Nacional de Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente | Entidade Acompanhamento | Regional | Sistemas agro-silvopastoris |
| ARH Centro | ONG | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| ARH Tejo e Oeste | ONG | Municipal | Transversal |
| ASSEMBLEIA DE COMPARTES DA FREGUESIA DE MALCATA | Empresa | Local | Florestas e desenvolvimento florestal |
| Associação de Caçadores de Aldeia de Santo António | Entidade Acompanhamento | Regional | Valorização de ecossistemas naturais |
| Associação dos Apicultores da Serra da Malcata | Universidade / Academia | Local | Transversal |
| Associação dos Beneficiários da Cova da Beira | Universidade / Academia | Local | Transversal |
| Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Sabugal | Instituição | Local | Transversal |
| Associação Malcata com Futuro | Instituição | Local | Transversal |
| Beamoria | Instituição | Local | Transversal |
| CCDR Centro | Instituição | Local | Transversal |
| CELPA - Associação Industrial Papeleira | Instituição | Local | Transversal |
| Centro de Educação Ambiental da Sra. da Graça (CEASG) + Viveiro | Instituição | Local | Transversal |
| Centro Pinus | Associação social ou empresarial | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| CIM Beira Baixa | Empresa | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| CIM Beiras e Serra da Estrela | Associação social ou empresarial | Regional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| CM Guarda | Empresa | Regional | Transversal |

| Partes Interessadas | Categoria | Escala de atuação | Temática |
|---|----------------------------------|-------------------|--|
| CM Penamacor | Empresa | Regional | Conservação da natureza e gestão de recursos |
| CM Sabugal | Empresa | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| Coaflo - Associação de Produtores Florestais do Alto Côa | Entidade Acompanhamento | Regional | Turismo, recreio e património |
| Comissão de Compartes da Freguesia de Aldeia Velha | Universidade / Academia | Local | Transversal |
| Conselho Directivo do Baldio dos Fóios | ONG | Nacional | Transversal |
| COOPCOA - COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CONCELHO DO SABUGAL | Associação social ou empresarial | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| Direção Regional da Conservação da Natureza e Florestas do Centro | Associação social ou empresarial | Municipal | Sistemas agro-silvopastoris |
| DRAP Centro | Associação social ou empresarial | Municipal | Transversal |
| Fórum Florestal - Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa | Associação social ou empresarial | Regional | Transversal |
| Fundação Instituto Pina Ferraz | Associação social ou empresarial | Regional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| GESFLOPOR - Gestão Florestal de Portugal, Lda | Entidade Acompanhamento | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| ICNF | Empresa | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| Instituto Politécnico da Guarda – IPG | Instituição | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) | Associação social ou empresarial | Nacional | Transversal |
| Junta de Freguesia de Casteleiro | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| Junta de Freguesia de Vale de Espinho | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| Junta de Freguesia da Malcata | Proprietários | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| Junta de Freguesia de Fóios | Associação social ou empresarial | Local | Turismo, recreio e património |
| Junta de Freguesia de Meimão | Associação social ou empresarial | Local | Sistemas agro-silvopastoris |
| Junta de Freguesia de Quadrazais | Associação social ou empresarial | Regional | Sistemas agro-silvopastoris |
| Meimoacoop – Cooperativa Agrícola de Desenvolvimento Rural e Solidariedade Social, C.R.L. | Associação social ou empresarial | Municipal | Florestas e desenvolvimento florestal |
| Mirtilraia | ONG | Local | Transversal |
| OPAFLO - Associação de Produtores Florestais da Serra de Opa | Empresa | Local | Turismo, recreio e património |
| Ponto Natura | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| SILVAPOR - Ambiente & Inovação, Lda | Associação social ou empresarial | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| The Navigator Company | Instituição | Regional | Conservação da natureza e gestão de recursos |

| Partes Interessadas | Categoria | Escala de atuação | Temática |
|--------------------------------------|-------------------------|--------------------------|---------------------------------------|
| Turimo do Centro | Entidade Acompanhamento | Nacional | Florestas e desenvolvimento florestal |
| UBI - Universidade da Beira Interior | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |
| Zero | Entidade Acompanhamento | Regional | Transversal |

ANEXO II – PROGRAMA DA 1.ª REUNIÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E
GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA
MALCATA (PRGP-SM)

Reunião de Participação Pública alargada

Dia 27 de Janeiro

9h30 - 13h00

Evento Online



Programa

09h30 | Introdução – processo participativo do PRGP Malcata

- Paula Antunes

09h45 | Identificação de Serviços de Ecossistemas mais relevantes na área

- Pedro Clemente

10h15 | Apresentação e discussão da visão e da proposta de paisagem do PRGP da Malcata

- Jorge Cancela

11h15 | Intervalo

11h25 | Focus groups com 4 áreas temáticas – (I) Florestas; (II) Sistemas agro-silvopastoris; (III) Turismo, Recreio e Património; e (IV) Valorização dos ecossistemas naturais.

- Moderação por Paula Antunes, Rui Santos, Carlos Rio Carvalho e Pedro Clemente

12h25 | Debate conjunto das áreas temáticas

- Rui Santos

12:50h | Encerramento

- Paula Antunes e Jorge Cancela

biodesign

**ANEXO III – APRESENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO DOS
SERVIÇOS DE ECOSSISTEMAS MAIS RELEVANTES NA
PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA REALIZADA NA 1ª
REUNIÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA ALARGADA**

PRGP SM | Plano de Participação Pública Alargada | 27 Janeiro 2022

SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS PRIORITÁRIOS NA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA

| | |
|--|--|
| Serviços de aprovisionamento (5) | Produção agrícola |
| | Pecuária |
| | Plantas silvestres e outros produtos |
| | Fibras e outros materiais |
| Serviços de regulação e manutenção (5) | Caça e pesca |
| | Conservação de habitats |
| | Controlo do risco de incêndio |
| | Polinização |
| | Sequestro de carbono |
| Serviços culturais (5) | Conservação do solo e controlo de erosão |
| | Recreio e eco-turismo |
| | Identidade cultural |
| | Informação para a ciência e educação |
| | Características estéticas da paisagem |
| | Valor de existência e legado |

biodesign | | |

PRGP SM | Plano de Participação Pública Alargada | 27 Janeiro 2022

SERVIÇOS CULTURAIS

Recreio e eco-turismo
Ex. caminhadas, ciclismo, passeios, observação de animais, rapta e pesca recreativa, etc.

Características dos ecossistemas com valor de existência ou de legado
Estratégia para preservação de paisagens, espécies e património cultural do sítio e da área protegida.

Identidade cultural
Ex. património local, tradições, costumes, etc.

Características estéticas da paisagem
Ex. valor estético da paisagem, etc.

Informação para a ciência e a educação
Ex. investigação sobre os recursos naturais da zona, visitas de estudo, observação ambiental, etc.

biodesign | | |

PRGP SM | Plano de Participação Pública Alargada | 27 Janeiro 2022

SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

Produção agrícola
Ex. produção de hortícolas, frutos secos, hortícolas, vinho, melão, maçã, etc.

Pecuária
Ex. produção de produtos pecuários como a carne ou leite de vaca, etc.

Caça e Pesca
Ex. caça e pesca de espécies cinegéticas e piscícolas.

Plantas silvestres e outros produtos
Ex. produtos de espécies locais, aromáticas, medicinais e alimentares, etc.

Fibras e outros materiais
Ex. madeira, cortiça, etc.

biodesign | | |

PRGP SM | Plano de Participação Pública Alargada | 27 Janeiro 2022

PRIORITIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECOSISTEMA NA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA

Mentimeter

www.Menti.com

biodesign | | |

PRGP SM | Plano de Participação Pública Alargada | 27 Janeiro 2022

SERVIÇOS DE REGULAÇÃO E MANUTENÇÃO

Conservação de habitats
Ex. regeneração de áreas de risco, etc. para a recuperação de animais, plantas de interesse e outros, etc.

Controlo do risco de incêndio
Ex. limpeza regular das áreas, manutenção da paisagem, etc.

Polinização
Ex. transporte de pólen por animais ou outros processos.

Sequestro de carbono
Ex. parques naturais, áreas protegidas, etc.

Conservação do solo e controlo de erosão
Ex. manutenção de áreas protegidas, etc.

biodesign | | |

PRGP SM | Plano de Participação Pública Alargada | 27 Janeiro 2022

Serviços de Aprovisionamento

| Serviço | Prioridade |
|--------------------------------------|------------|
| Produção agrícola | 7,7 |
| Pecuária | 7,2 |
| Plantas silvestres e outros produtos | 6,6 |
| Fibras e outros materiais | 6,7 |
| Caça e pesca | 6,2 |

biodesign | | |



ANEXO IV – CONTEÚDOS DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEBATE

PRGP Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign **de** Território



PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DA SERRA DA MALCATA

em Discussão Pública

18 de novembro 2022 a 13 de janeiro 2023
PRGP da Serra da Malcata

Sessão de Apresentação
Sabugal, 13 de dezembro de 2022

PRGP Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign **de** Território

FASEAMENTO DO PRGP SM

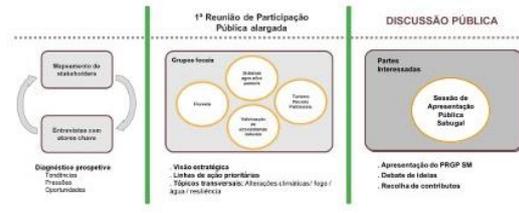
| | PRGP SM | AA | PROCESSO PARTICIPATIVO |
|-----------------|--|--|---|
| 1.ª Fase | RELATÓRIO METODOLÓGICO E DEFINIÇÃO DOS LIMITES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO | | |
| 2.ª Fase | DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO E DETERMINAÇÃO DO ÂMBITO DA AA - Diagnóstico prospetivo - Proposta preliminar de desenho da paisagem | Determinação do âmbito da AA - Quadras estratégicas (QE) - Fatores críticos de decisão (PCD) | Conselho ERAP |
| 3.ª Fase | PROPOSTA DE PROGRAMA E RELATÓRIO AMBIENTAL - Matriz de transição e valorização - Desenho da paisagem proposto - Áreas e ações prioritárias - Desenho da paisagem - áreas prioritárias - Diretrizes de planeamento e gestão - Programa de execução e governança - Programa de monitorização e avaliação dos resultados | Avaliação de alternativas - Avaliação da proposta do PRGP SM - Medidas e recomendações - Quadro de governança - Programa de seguimento | Conselho Colaborativo Participadamente Constituído Conselho ERAP |
| 4.ª Fase | DISCUSSÃO PÚBLICA (18 novembro 2022 a 13 de janeiro 2023) | Resolução de pareceres (ao abrigo do n.º 1 do art.º 48.º do RUSP) / Ponderação dos pareceres / Emissão de recomendações | |
| 5.ª Fase | ELEMENTOS FINAIS - Declaração ambiental | | |

APROVAÇÃO EM CONSELHO DE MINISTROS > SUBMISSÃO E DEPÓSITO NO SBAIGT |
PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO DA REPÚBLICA > PUBLICAÇÃO SNI

PRGP Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign **de** Território

PROCESSO PARTICIPATIVO



1.ª Reunião de Participação Pública alargada

DISCUSSÃO PÚBLICA

Partes Interessadas

Sessão de Apresentação Pública Sabugal

PRGP Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign **de** Território

OBJETIVOS PRINCIPAIS DO PRGP SM

- RESILIÊNCIA DO TERRITÓRIO:**
REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE DO TERRITÓRIO AOS FOGOS RURAIS
- VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO:**
VALORIZAÇÃO DA APTIDÃO DOS SOLOS E MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ECOSISTEMAS
- IMPULSIONAR UMA NOVA ECONOMIA:**
AUMENTO DO VALOR DO TERRITÓRIO E DINAMIZAÇÃO DA ECONOMIA

PRGP Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign **de** Território

ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PRGP SM



| Concelho (m) | Freguesia (SM) |
|----------------|--|
| Guarda | Alfama Caldas de Aguiar (Serra da Malcata) SNT |
| Castelo Branco | Melgosa Monsanto Penamacor |
| Sabugal | Açores Velhos Alvão de Baixo Barragem Monsanto Sobralinho Sobralinho de São Sebastião Vila de São João Vila de São João de Baixo Vila de São João de Cima Vila de São João de Outeiro Vila de São João de Vila Verde Vila de São João de Vila Verde Vila de São João de Vila Verde |

Área de Intervenção delimitada conforme estabelecido no Despacho n.º 2507-A/2021 de 4 de março

PRGP Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign **de** Território

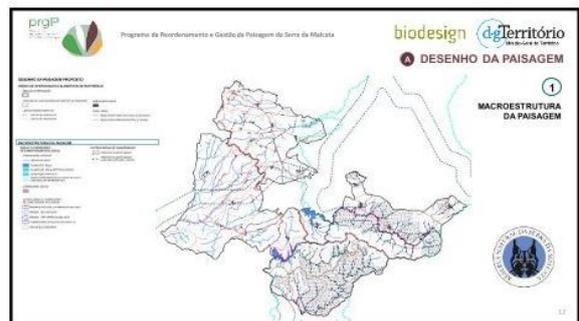
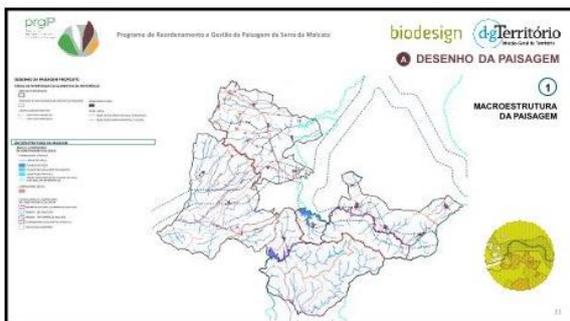
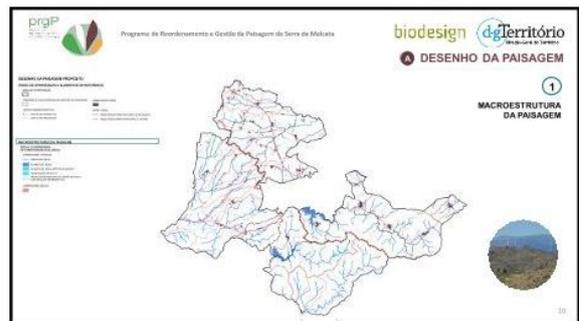
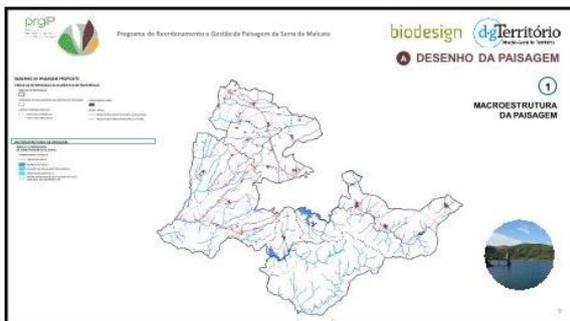
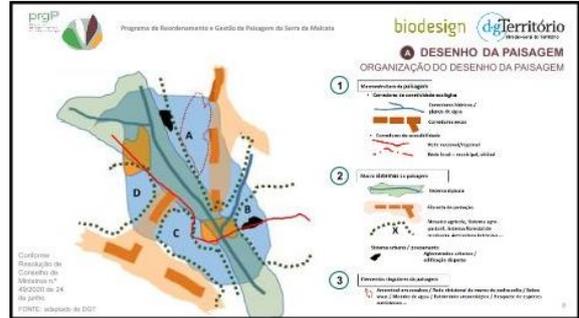
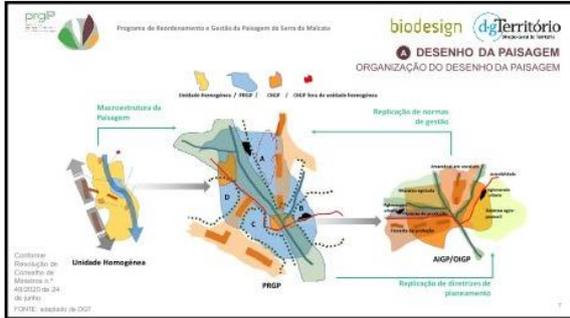
CONTEÚDO DOCUMENTAL DO PRGP SM

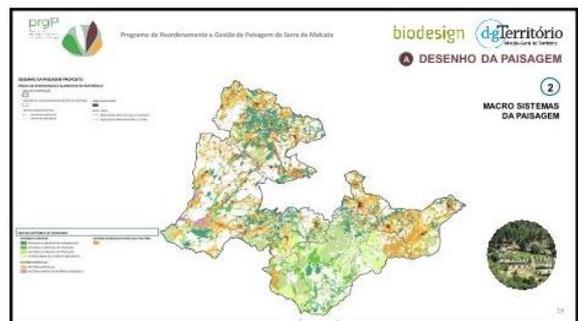
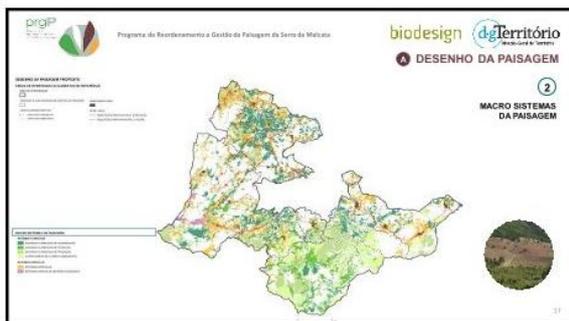
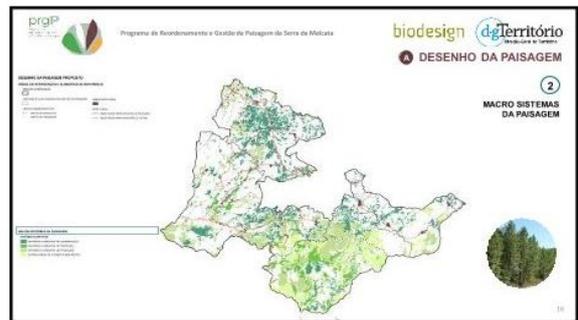
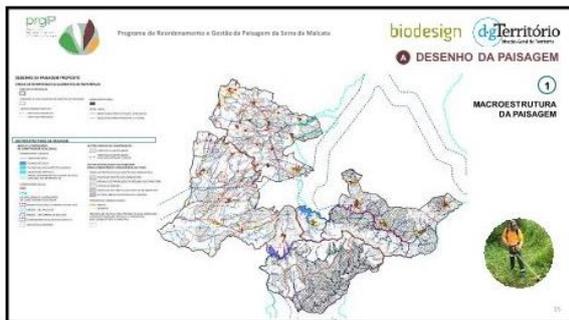
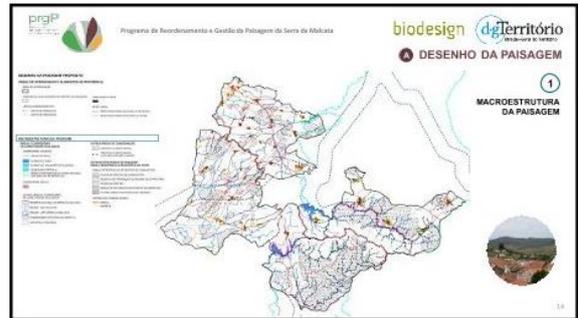
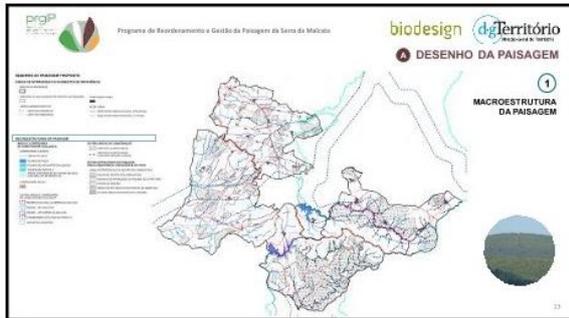
PROPOSTA

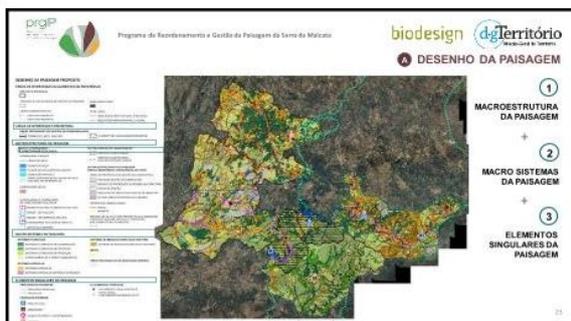
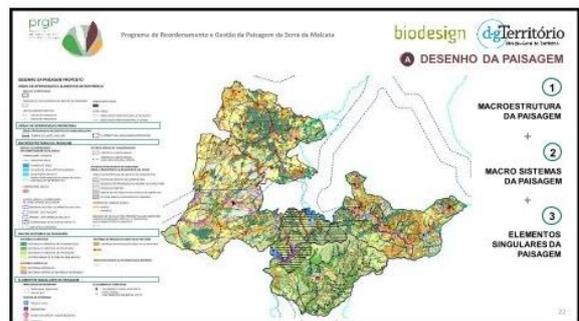
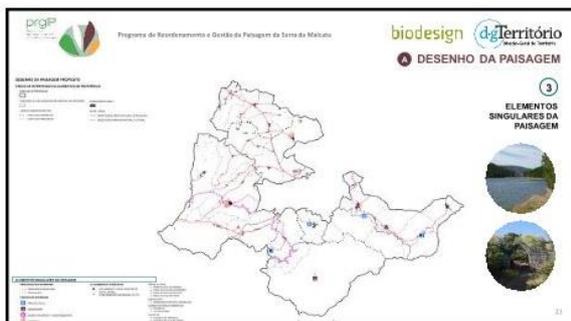
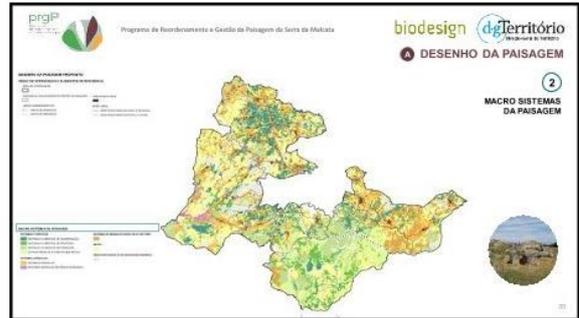
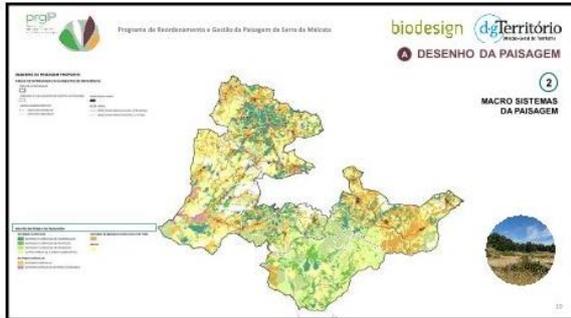
- A** DESENHO DA PAISAGEM
- B** MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO
- C** ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS

ÁREA DE INTERVENÇÃO

- D** DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO
- E** PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA
- F** PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS







Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign do território

4 DESENHO DA PAISAGEM
EXEMPLOS

Pinhal-bravo com aptidão (cf. PRG-CL)

Criação de descondições

27

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign do território

4 DESENHO DA PAISAGEM
EXEMPLOS

Matas de carvalho-negral

Melhoria de habitat de corço e coelho-bravo para lince-ibérico

28

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign do território

4 DESENHO DA PAISAGEM
EXEMPLOS

Matos

Reconversão para pastagens (0,62 versos e regeneração arbustiva e arvoretas).
Promoção do regime silvo-pastoril

31

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign do território

4 DESENHO DA PAISAGEM
EXEMPLOS

Matas de carvalho-negral

Valorização das galerias litólicas

Valorização de áreas abertas e criss (Regime de manutenção de montado de área aberta)

32

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

biodesign do território

4 DESENHO DA PAISAGEM
SÍNTESE METODOLÓGICA DO DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO

Plan. Paisagem

33

Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

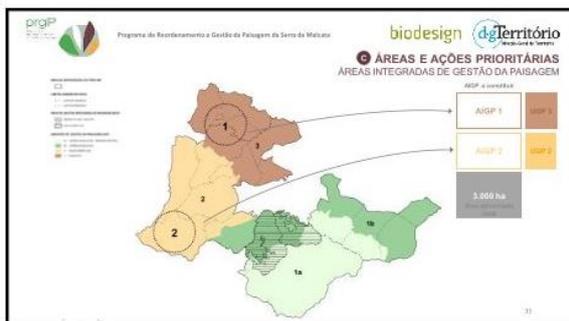
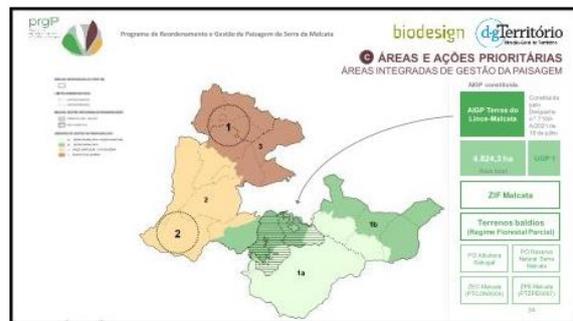
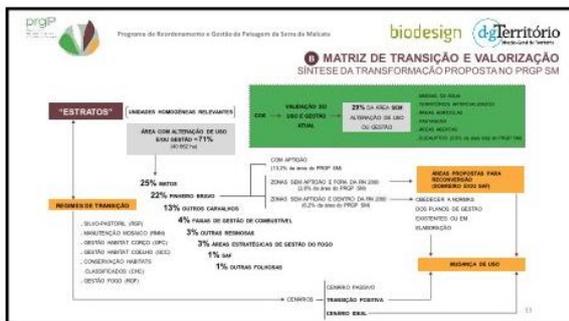
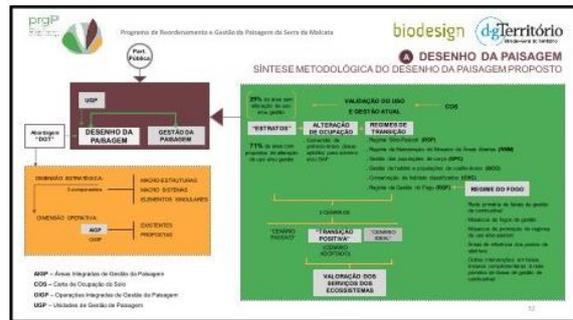
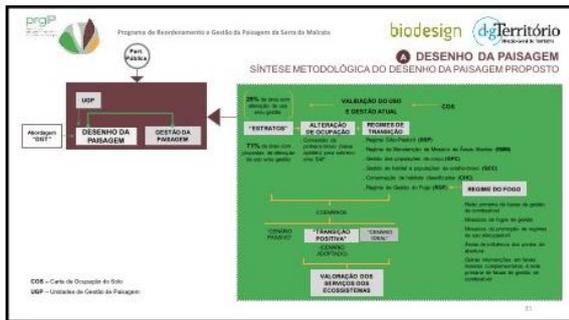
biodesign do território

4 DESENHO DA PAISAGEM
SÍNTESE METODOLÓGICA DO DESENHO DA PAISAGEM PROPOSTO

Plan. Paisagem

USP - Unidade de Gestão de Paisagem

34



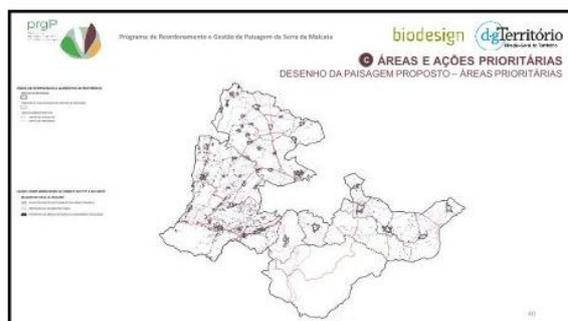
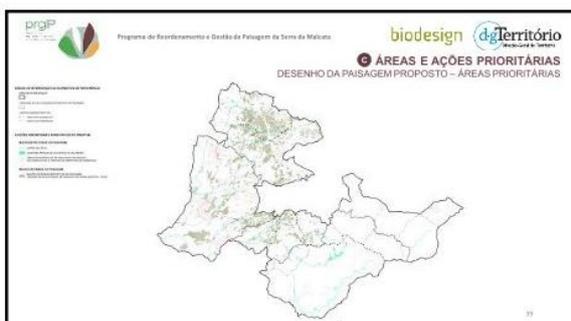
Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata

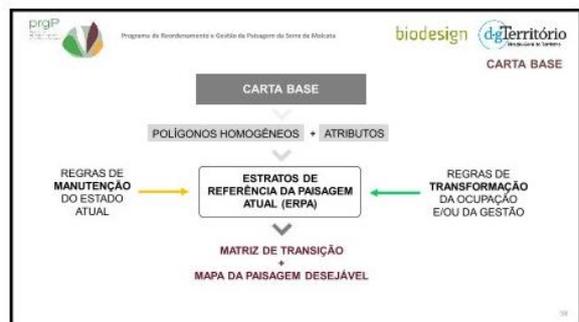
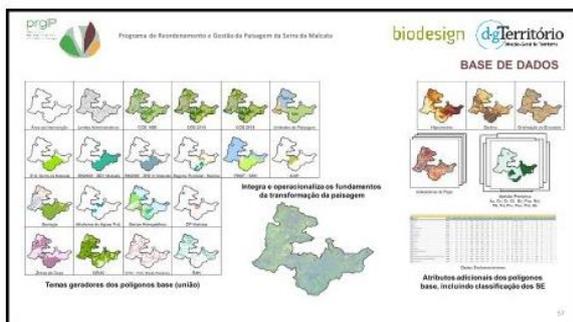
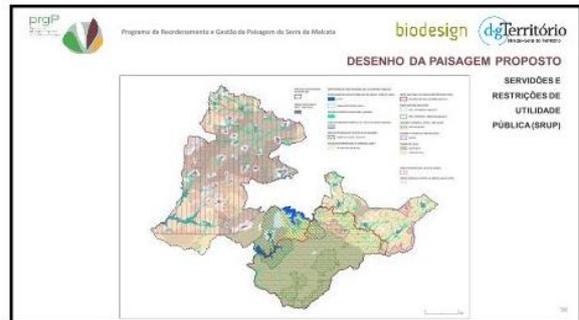
biodesign dgterritório
(Associação de Territórios)

ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS
 SÍNTESE

| AÇÕES PRIORITÁRIAS ESPECÍFICAS DO PRGPM | | ÁREA (ha) | % área PRGPM |
|--|--|-----------------|--------------|
| MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM | INTEGRAÇÃO REPTOCLAS | 174,9 | 0,66 |
| | INTEGRAÇÃO VISUAL | 326,7 | 0,97 |
| | ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MISTURA DE GESTÃO DE CONSERVAÇÃO E PONTOS DE ADAPTAÇÃO DE INTERIO | 5.208,9 | 19,1 |
| MACROSSISTEMAS ESPECÍFICOS DA PAISAGEM | Mosaicos agroflorestais em suporte de proteção do habitat de baixa-diversidade e de médio, com ênfase na conservação: floresta de áreas charnecas - Região de Montado da Malcata (RMM) | 8.877,7 | 33,5 |
| AÇÕES COMPLEMENTARES NO ÂMBITO DO PTP E DOPE | | ÁREA (ha) | % área PRGPM |
| MACROESTRUTURAS DA PAISAGEM | FARRAS DE GESTÃO DE COMUNITARIAS (para Proteção) | 2.372,7 | 8,9 |
| | PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURAS | 1.209,9 | 4,5 |
| | INTERFACE DE ÁREAS EDIFICADAS | 2.698,7 | 10,1 |
| ADP | ADP Verde de Localização | 4.524,3 | 16,8 |
| | ADP Verde Construído | 1.918,4 | 7,1 |
| TOTAL | conselho de Gestão ex. UF de Proteção do Bolo, Povoação e Limite | 37.246,4 | 100% |

37





IMPACTO NA VALORAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

| Serviços dos Ecossistemas | Valor Atual | Cenário de Transição Realista | Cenário Ideal |
|---|-------------|-------------------------------|---------------|
| Plantas cultivadas para fins nutricionais | 0,6 | ↑ | ↑ |
| Fibras e outros materiais | 2,3 | ↑ | ↑ |
| Animais criados para fins nutricionais | 2,2 | ↑ | ↑ |
| Plantas e cogumelos silvestres para nutrição | 2,4 | ↑ | ↑ |
| Animais silvestres para nutrição (caça) | 3,6 | ↑ | ↑ |
| Controlo de erosão e regulação hidrológica | 4,5 | ↑ | ↑ |
| Pollinização e dispersão de sementes | 4,1 | ↑ | ↑ |
| Manutenção de populações e habitats | 3,2 | ↑ | ↑ |
| Regulação de composição química da atmosfera | 3,1 | ↑ | ↑ |
| Pleisco e turismo de natureza | 3,6 | ↑ | ↑ |
| Investigação científica, recreamento e educação | 3,2 | ↑ | ↑ |
| Cultura e património | 2,2 | ↑ | ↑ |
| Apreciação estética da paisagem | 3,6 | ↑ | ↑ |
| Valor de existência ou legado | 3,4 | ↑ | ↑ |

ANEXO V – PARTICIPAÇÕES SUBMETIDAS NO PORTAL PARTICIPA



Dados da consulta

| | |
|--------------------------------------|--|
| Nome resumido | Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata |
| Nome completo | Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra da Malcata |
| Descrição | O Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra da Malcata tem por objetivo promover uma transformação da paisagem no sentido de uma maior resiliência aos fogos rurais, dotando os territórios com mais atividades económicas ligadas aos seus recursos naturais e maior equilíbrio do ponto de vista da sua biodiversidade e capital natural. Da iniciativa da Direção-Geral do Território, a conceção do PRGP da Serra da Malcata contou com o estreito envolvimento das autarquias, das entidades da administração central e dos atores locais, num processo de construção coletiva. A Discussão Pública é uma oportunidade para consolidar a reflexão, debate e concertação entre a comunidade técnica, científica e sociedade civil. É esperada a recolha de contributos sobre as soluções da proposta e sobre as novas formas de gestão da paisagem que preconiza. |
| Período de consulta | 2022-11-18 - 2023-01-13 |
| Data de início da avaliação | 2023-01-14 |
| Data de encerramento | |
| Estado | Aberta |
| Área Temática | Paisagem |
| Tipologia | Instrumentos de Gestão Territorial |
| Sub-tipologia | |
| Código de processo externo | |
| Entidade promotora do projeto | Direção Geral do Território |
| Entidade promotora da CP | Direção Geral do Território |
| Entidade coordenadora | Direção Geral do Território |
| Técnico | --- |

Eventos

Sessão pública de debate do PRGP da Serra da Malcata 2022-12-13 16:00
Salão Nobre da Câmara Municipal do Sabugal

Documentos da consulta

| | | |
|---------------------------------|-----------|---|
| Documentos em Discussão Pública | Documento | https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/prgp-discussao-publica |
|---------------------------------|-----------|---|

Participações

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi. 9 100

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar em representação de uma entidade (por favor indique o nome do representante) 4 44.4

Está a participar a título individual (por favor indique o seu município de residência) 5 55.6

Profissão / Área de atuação

Administração Central e Local 3 -

Artes e Espetáculos 1 -

Indústria 3 -

Agricultura e Pescas 2 -

Comércio e Serviços 1 -

Construção 0 -

Água e Resíduos 0 -

Comunicação Social 0 -

Desporto 1 -

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi. 9 100

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Diagnóstico da Situação Territorial 2 -

Metodologia 1 -

Participação pública e envolvimento dos atores locais 1 -

Desenho da Paisagem 3 -

Matriz de Transição 1 -

| | | |
|---|-----------|----------|
| Regime de fogo | 2 | - |
| Áreas e Ações prioritárias | 6 | - |
| Outra | 2 | - |
| SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário | nº | % |
| Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas | 4 | - |
| Matriz de transição e valorização | 2 | - |
| Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; | 6 | - |
| Medidas / Recomendações | | |
| Áreas e Ações prioritárias | 7 | - |
| IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA | nº | % |
| Diretrizes de Planeamento e Gestão | 3 | - |
| Programa de Execução e Governança | 4 | - |
| Monitorização e Avaliação de Resultados | 2 | - |
| Outro | 6 | - |
| AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário | nº | % |
| Metodologia | 0 | - |
| Fatores Críticos de Decisão | 2 | - |
| Articulação com as opções estratégicas | 3 | - |
| Outro | 6 | - |

ID 50209 --- em 2023-01-13

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar em representação de uma entidade (por favor indique o nome do representante)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Profissão / Área de atuação

Artes e Espetáculos

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Outra

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Exm@s. Senhor@s,

Antes de mais gostaríamos de lamentar que a participação nesta consulta pública se faça desta forma, ainda para mais sem aviso prévio de que tal iria acontecer. Desconhecemos os motivos ponderosos que levaram a DGT a optar por esta "inovação disruptiva" fórmula de participação, a qual, a nosso ver, só cria dificuldades aos utilizadores habituais do Portal Participa, habituados que estão a submeter os seus pareceres através de documento PDF.

É com agrado que a ZERO vê finalmente avançar para consulta pública um conjunto de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), instrumentos muito relevantes para a mudança que se pretende na paisagem, procurando responder a um conjunto de problemas que não são de fácil resolução e exigem compromissos de longo prazo numa sociedade que se preocupa apenas e só com o imediato.

No seguimento da análise dos documentos disponibilizados no âmbito da consulta pública da proposta de Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata (PRGP SM), a ZERO faz um conjunto de considerações.

Este é um PRGP com uma área com cerca de 57 300 hectares (ha) na qual é relevante a presença da Reserva Natural da Serra da Malcata, que ocupa cerca de 28%, assim como integra a Rede Natura 2000, representado esta um total de 31%. O presente programa, perspetiva uma intervenção em 71% da área, isto é, uma intervenção em 40 000 ha e 29% da área sem qualquer intervenção, onde se incluem os eucaliptos em 0,5% da área do PRGP.

As opções tomadas na proposta de transformação da paisagem, preconizada no Desenho da Paisagem Proposto do PRGP SM, assentam nos seguintes três objetivos:

-
1. Redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, incluindo melhorias sensíveis no médio prazo
 2. Valorização da aptidão dos solos e melhoria dos serviços prestados pelos ecossistemas
 3. Aumento do valor do território e dinamização da economia

São três objetivos ambiciosos e muito pertinentes tendo em consideração o que se pretende com a implementação dos PRGP, em especial este que tem como objetivo intervir em 71% da área no prazo de 10 anos.

No âmbito do desenho da paisagem que é proposto, tem em consideração cinco linhas de ação que guia o desenho da paisagem: Florestas; Sistemas agro-silvopastoris; Valorização dos ecossistemas naturais; Turismo, recreio e património; e Gestão de fogos rurais.

São cinco linhas de ação pertinentes para o território em questão, contudo importa colocar algumas questões relativamente a algumas das ações.

Relativamente ao tema Florestas, numa linha de atuação de diversificação do coberto vegetal é apresentada uma ação de reconversão das áreas com povoamentos de pinheiro-bravo em zonas de baixa aptidão para sistemas silvo pastoris, à base de sobreiros, outros carvalhos e zonas abertas. O objetivo é que a área de pinhal bravo em zonas de baixa aptidão produtiva e em terrenos com inclinação $\leq 15\%$ que transitam da floresta de produção para os sistemas silvo-pastoris (1.934,7 ha) e nas áreas de pinhal-bravo em zonas de baixa aptidão produtiva e em terrenos com inclinação entre 15% e 30%, que transitam da floresta de produção para “outras áreas florestais” (2 841,7 ha), num total de conversão na ordem dos 4776 ha.

É ainda referido que nas áreas abrangidas pelas ZIF e AIGP, o regime de apoios ao investimento florestal inclui apoios ao investimento e à manutenção pelo período de 20 anos, bem como a compensação de custos de oportunidade e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Tratando-se de áreas privadas será importante questionar se o apoio aos proprietários é suficientemente atrativo para que essa conversão seja uma realidade face à perda de rendimento associado.

No domínio da biomassa, é apresentada uma ação de promoção de ações de suporte à gestão da biomassa, através da sua valorização como fonte de energia alternativa e/ou incorporação da mesma. Se a opção de incorporação da mesma no solo pode ser vista como uma opção válida e plausível, considerando que os solos em geral são pobres em matéria orgânica, o seu encaminhamento para valorização energética não nos parece que seja uma boa opção. Acresce que existem sérias dúvidas sobre a viabilidade de transportar verdadeiros resíduos da gestão para a valorização energética, por exemplo, na central de biomassa do Fundão, a mais próxima. Já

a rolaria, mesmo a de menor diâmetro deverá ser direcionada para indústria que produz produtos que valor acrescentado e contribua para a manutenção do carbono sequestrado a longo prazo.

No que concerne ao tema Sistemas agrosilvopastoris, no domínio dos matos e pastagens é referida como ação a criação de mosaicos e áreas abertas capazes de manter matos jovens e herbáceas palatáveis geridos através de pastoreio de percurso, reduzindo a carga de combustíveis finos e mortos. Relativamente a este, não identificamos informação que permita suportar que esta aposta é viável a longo prazo, até o impacto da herbivoria sobre o combustível existente na paisagem é muito variável entre as espécies pecuárias. Pela leitura do documento, depreende-se a necessidade de instalação de novos produtores, o que nem sempre é um processo fácil e atrativo, já que lhe são inerentes problemas associados ao manejo de efetivos significativos suscetíveis de causarem os resultados desejáveis no controle da vegetação e à gestão de recursos humanos (salários razoáveis, respeito pela legislação laboral, habitação condigna).

No âmbito do tema Ecossistemas naturais, o mesmo segue o objetivo de valorização e criação de habitats que permitam não só a existência de condições adequadas para o estabelecimento de uma população de lince-ibérico, em que é necessário a existência de coelho-bravo, assim como o reforço da população de corço, enquanto presa do lobo-ibérico e espécie cinegética. Tendo em consideração o enquadramento e áreas sensíveis existentes, esta intervenção é pertinente no âmbito da salvaguarda e valorização dos valores naturais em presença, mas será mais numa lógica de serviços de ecossistema do que num moldar da paisagem efetivamente relacionado com a ação direta destas espécies em questão.

No que respeita ao tema Turismo, recreio e património e com o objetivo da promoção do património natural e cultural enquanto ativo turístico, surgem ações, entre as quais se conta o desenvolvimento de programas estratégicos para a reintrodução do lince-ibérico na região, aumento da capacidade e oferta turística, compatibilizando-a com a preservação dos valores naturais, desenvolvimento de atividades associadas ao turismo de natureza e aproveitamento da barragem do Sabugal e da Meimosa ou a criação de condições para o desenvolvimento da atividade cinegética.

Sendo este um aspeto importante para a fixação de população no interior do país, existe aqui uma dificuldade de perceber a sua ligação direta ao objetivo de transformação da paisagem em territórios da floresta vulneráveis, visando uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e a remuneração dos serviços dos ecossistemas. Embora importante, este será sempre um complemento tendo em consideração a restante intervenção, mas aparentemente a reintrodução do lince surge como um pilar fundamental de todo o programa, muito numa componente de serviços de ecossistemas na vertente de recreio e turismo de natureza. Se o mesmo não for viável, ou com baixa taxa de sucesso porque existem variáveis que não são controláveis, fica a dúvida sobre o sucesso do programa no pós 10 anos de intervenção.

Relativamente ao último tema, Gestão de Fogos Rurais, este está ligado ao objetivo de aumento da resiliência do território aos fogos rurais com a implementação da gestão do regime de fogo. Para tal, são definidas um conjunto de ações que, de forma muito sintética, resultam na definição de áreas para gestão com fogo controlado em ligação ou não com a promoção de atividades silvopastoris.

A ideia que transparece é de que a gestão do regime do fogo é determinante no sucesso da implantação do PRGP SM, sendo para tal necessário garantir a gestão de combustíveis através da definição de áreas onde poderão ser classificados Fogos de Gestão, constituição de Mosaicos de Gestão de Combustíveis e realização de intervenções em Áreas Estratégicas de Gestão de Combustível, Faixas de Gestão de Combustível e em Pontos de Abertura de Incêndios. Uma vez que refere que as áreas de matos e de mosaico de floresta com matos integram um programa de fogo controlado abrangendo anualmente 2-5% da sua área, não se percebe qual é a expressão territorial desta intervenção em concreto, nem se estabelece se existe uma ligação preferencial com a promoção do pastoreio de percurso.

É referido que o financiamento das ações propostas no PRGP SM tem como fontes o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Ambiental (FA) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Do qual resultará um investimento

É estimado um custo global de € 53 325 849 para a transição, sendo € 16 130 049 (30,3%) correspondentes a investimento, € 8 003 026 (15%) a manutenção de investimento pelo período de 10 anos e € 29 192 773 (54,7%) a pagamentos associados a regimes e à remuneração dos serviços dos ecossistemas. É referido que na estimativa de custos não foram incluídos os custos com a Rede Primária de Gestão de Combustível nem os pagamentos Rede Natura, aplicáveis à Superfície Agrícola Utilizada dentro da ZEC da Malcata, custos que não se encontram associados à transformação da paisagem, uma vez que dizem respeito a condicionantes previamente estabelecidas.

É referido que, em síntese, o Programa promove aumento do valor dos ativos territoriais e dinamização da economia nas seguintes linhas de ação: i) aumento de valor das atividades turísticas através da diferenciação ambiental e diminuição da perceção do risco de incêndio em todo o território do PRGP (57.300 ha); ii) aumento do valor da produção não lenhosa da floresta, em particular da caça (28.900 ha), na apicultura, na silvopastorícia (14.650 ha) e na produção de castanha; iii) gestão ativa e aumento da produção lenhosa nas áreas com aptidão produtiva adequada (8.550 ha); iv) adicionalidade potencial na provisão de serviços de regulação dos ecossistemas florestais, através do aumento do stock de carbono, da diminuição da suscetibilidade ao fogo, do aumento da biodiversidade, da conservação do solo e da água; v) adicionalidade potencial nos serviços culturais dos ecossistemas, através do suporte de atividades de lazer.

Mas no final fica sempre uma interrogação relativamente ao futuro da gestão da paisagem. Existe uma panóplia de atividades cujo retorno económico irá garantir a manutenção da mesma ou esta ficará vinculada a uma necessidade constante de fundos públicos para garantir a gestão da paisagem, em particular com recurso ao fogo controlado ou ao pagamento de serviços de ecossistemas?

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Áreas e Ações prioritárias

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Outro

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Outro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

ID 50201 --- em 2023-01-13

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar em representação de uma entidade (por favor indique o nome do representante)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Profissão / Área de atuação

Indústria

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Diagnóstico da Situação Territorial

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

A visão do Centro PINUS relativamente à transformação da paisagem é de reconhecimento da necessidade de mudança e de colaboração na construção de novas soluções.

Acreditamos na possibilidade de compatibilizar mudanças na paisagem com o fornecimento sustentado de madeira e resina às empresas da Fileira do Pinho e de serviços do ecossistema à sociedade. Essa mudança, em certas circunstâncias, poderá envolver a redução da área de pinheiro-bravo. Esta redução de área pode ser acompanhada por uma manutenção e mesmo aumento da produção de madeira e resina porque há muita margem para aumentos de produtividade melhorando a gestão florestal.

As recomendações que o Centro PINUS definiu e deu a conhecer às entidades públicas previamente ao conhecimento de qualquer PRGP foram as seguintes:

- Monitorizar as ações de conversão de pinheiro-bravo de forma a que o potencial produtivo da cultura seja mantido, em resposta à procura regional de produtos e serviços;
- Incluir no PRGP a identificação e quantificação das ações destinadas a manter o potencial produtivo da cultura do pinheiro-bravo como (re)arborizações e aumentos de produtividade por ações de gestão florestal;
- Estas ações de manutenção do potencial produtivo devem ser alvo de financiamento público e acompanhamento da sua execução física e financeira.

O Centro PINUS analisou e irá comentar os tópicos para os quais consideramos ter competências e experiência relevantes para suportar uma participação construtiva, opção que não deve ser interpretada como uma desvalorização da importância de outras componentes. Os comentários e sugestões seguidamente apresentados focam os aspectos considerados mais estratégicos para a Fileira do Pinho. A ausência de comentários a certos aspetos não deve ser interpretado nem como

apoio, nem discordância.

É preconizada a alteração da ocupação do solo em 71% da área e, desta área, 11,7% equivale a pinhais-bravos convertidos.

O pinhal-bravo é a única cultura florestal para a qual é preconizada a conversão, num total de 4 776,4 hectares, dos quais: 2 814,5 hectares, localizados em zonas com declive inferior a 15%, preconiza-se a conversão para sistemas agro-silvopastoris e 1 934,7 hectares, situados em declives de 15 a 30%, em sobreiro.

A principal justificação para a conversão do pinhal é a sua alegada baixa aptidão produtiva. Reconhecemos que, de facto, o território abrangido por este PRGP tem aptidão já marginal para o pinheiro-bravo. No entanto, existem bolsas com boa aptidão e foram realizados investimentos públicos assinaláveis, que tiveram uma racional. O quadro 7 do Relatório suscita muitas dúvidas, para as quais não encontramos esclarecimento.

Fundamentações que carecem de clarificação:

- Qual foi a metodologia ou a fonte considerada para classificar a aptidão produtiva das espécies identificadas?
- Que valores foram considerados (isto é, custos e receitas) para se estimar o valor da produção por hectare e o RAE total?

É importante esta clarificação.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Monitorização e Avaliação de Resultados

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

Não temos comentários.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Outro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

Atendendo à magnitude das mudanças propostas num horizonte temporal curto (de 3 e 10 anos) deveriam ter sido avaliados os seguintes aspetos:

- Plano de realização de cortes rasos inerentes às ações de conversão preconizadas;
- Indicação da necessidade de realização de cortes prematuros;
- Impactos nos recursos solo e água desses eventuais cortes rasos;
- Impacto no stock de carbono e realização de balanço de carbono: emissões prevenidas versus perda de stock e sequestro em sumidouros naturais até 2030.

Recomenda-se a realização destas análises.

ID 50195 --- em 2023-01-13

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar em representação de uma entidade (por favor indique o nome do representante)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Profissão / Área de atuação

Indústria

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Desenho da Paisagem

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Estamos ao dispor para quaisquer esclarecimentos ou densificação adicional que considerem relevante.

Propomos alterar a utilização do fator “declive” na definição do tipo de florestas. Assim, a proposta de nova redação seria “florestas de produção”: são todas as áreas ocupadas com floresta, que podem ser geridas com objetivo principal de comercialização (a mesma floresta consegue dar resposta a várias funções, tal como previsto em sede dos PROF, por exemplo).

Por uma questão de não aumentar o número de instrumentos de gestão territorial que o proprietário é obrigado a cumprir, propomos que a opção não incida diretamente e exclusivamente na conversão do pinheiro bravo, mas sim que seja assumida a listagem de espécies a privilegiar identificadas em sede do PROF respetivo para a Sub-região homogénea que coincida com a unidade de paisagem respetiva.

Solicitação de esclarecimento entro o conceito de espécies infestantes e espécies invasoras.

Diretrizes de planeamento e gestão - propor a inclusão de coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo PRGP, quer no PEPAC, quer no PO respetivo para as ações de gestão ativa certificada do território.

Programa de Execução e Governança - todos os proprietários abrangidos pelo PRGP devem receber o pagamento dos custos de manutenção de investimentos e remuneração dos serviços dos ecossistemas, na medida do seu contributo para os mesmos.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas /
Recomendações

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Outro

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

"Nas macroestruturas da paisagem estão ainda integradas Outras Estruturas da Paisagem para a

Resistência e Resiliência ao Fogo" - Deve ser verificada a coerência com Programa Regional de Ação do Centro do Sistema Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais. Este alerta reside no fato de faltar a publicação do regulamento (pelo ICNF) das normas técnicas relativas à gestão de combustível nas faixas de gestão de combustível das redes primária, secundária e terciária e nas áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível. Assim, pretendemos que não sejam usados critérios para as macroestruturas que a muito curto prazo perdem validade.

Propomos alterar a utilização do fator “declive” na definição do tipo de florestas. Assim, a proposta de nova redação seria “florestas de produção”: são todas as áreas ocupadas com floresta, que podem ser geridas com objetivo principal de comercialização (a mesma floresta consegue dar resposta a várias funções, tal como previsto em sede dos PROF, por exemplo).

Propomos alterar a utilização do fator “declive” na definição do tipo de florestas.

De qualquer forma a produtividade do pinheiro-bravo utilizada, teve que base? Foram consultados trabalhos de inventário da região. Gostaríamos que fosse explicitada a metodologia.

Por uma questão de não aumentar o número de instrumentos de gestão territorial que o proprietário é obrigado a cumprir, propomos que a opção não incida diretamente e exclusivamente na conversão do pinheiro bravo, mas sim que seja assumida a listagem de espécies a privilegiar identificadas em sede do PROF respetivo para a Sub-região homogénea que coincida com a unidade de paisagem respetiva. Esta situação coloca-se na fundamentação das opções tomadas para a conversão do pinhal bravo.

De uma forma direta, as diretrizes que são propostas para aplicar a nível do PDM, por exemplo a D2.5, não nos impedem de fazer a normal silvicultura, contudo temos algumas dúvidas quanto à adequabilidade, contexto e mesmo legitimidade de alguma das propostas, pelo que propomos que sejam reavaliadas. Algumas destas propostas acarretam custos avultados para o proprietário e não é possível em sede do PDM quaisquer formas de o concretizar.

O proprietário está obrigado a cumprir a legislação referente ao sistema de gestão integrada de fogos rurais, onde estas regras já estão previstas (D.6). Não nos parece justificar ou enquadrar esta proposta num PDM.

As três diretrizes (D10, D.11 e D.12) propostas de articulação com o RJAAR já estão consideradas no atual sistema de gestão integrada de fogos rurais, não se configurando necessária à sua apresentação. Por outro lado, não estão bem claras se as percentagens apresentadas de “zonas abertas” têm em consideração a dimensão das propriedades e a sua exequibilidade a nível económico para os proprietários.

Pensamos que será de propor a inclusão de coeficientes de majoração nas áreas abrangidas pelo

PRGP SM, quer no PEPAC, quer no PO Centro, para as ações de gestão ativa certificada do território.

Gostaríamos de solicitar que se estabeleça a diferença entre espécies infestantes e espécies invasoras. O conceito de infestante, ainda que se revista de sentido pejorativo, continua a prevalecer em linguagem técnico/ científica corrente (Amaro, 2003; Gomes & Cavaco, 2003; Anónimo, 2005). A definição mais generalizada continua a ser a de planta que cresce onde não é desejada, ou de planta que interfere com os interesses ou bem-estar do homem. De qualquer forma, apesar do conceito estar definido de forma antropocêntrica não necessita de ser mudado; a forma como vemos e gerimos as infestantes nos ecossistemas agrários é que deverá ser equacionada (Zimdahl, 1993).

Consideramos que todos os proprietários abrangidos pelo PRGP devem receber o pagamento dos custos de manutenção de investimentos e remuneração dos serviços dos ecossistemas, na medida do seu contributo para os mesmos. A identificação de áreas prioritárias, deixando de fora, num horizonte temporal de 10 anos, uma parte substancial do território, com limitações de gestão para os proprietários.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Outro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

n.a.

ID 50190 ----- em 2023-01-13

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar a título individual (por favor indique o seu município de residência)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Profissão / Área de atuação

Administração Central e Local

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Áreas e Ações prioritárias

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Na proposta agora apresentada é indicado a possibilidade de instalação de mais duas AIGP em linha com a UGF estabelecidas porém conhecendo o território e a realidade das comunidades locais bem como os desafios que as gestão da paisagem exige consideramos viável a instalação de uma AIGP na área de transição da UGF 2-Vales agrícolas da cova da beira e a UGF3 Planalto da guarda, ou seja de outra forma uma AIGP a instalar que abrange parte das freguesias de Pousafoles do bispo , Bendada, Sortelha e Aguas Belas enquadrando e centralizando a Acção no vale da Quarta feira . Este vale que é normalmente uma corredor de passagem de incêndios e está normalmente na base da progressão dos incêndios potenciando a sua dimensão sendo uma área extremamente importante e estratégica na defesa do território aos incêndios.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Áreas e Ações prioritárias

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Outro

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

Na proposta agora apresentada é indicado a possibilidade de instalação de mais duas AIGP em linha com a UGF estabelecidas porém conhecendo o território e a realidade das comunidades locais bem como os desafios que as gestão da paisagem exige consideramos viável a instalação de uma AIGP na área de transição da UGF 2-Vales agrícolas da cova da beira e a UGF3 Planalto da guarda, ou seja de outra forma uma AIGP a instalar que abrange parte das freguesias de Pousafoles do bispo , Bendada, Sortelha e Aguas Belas enquadrando e centralizando a Acção no vale da Quarta feira . Este vale que é normalmente uma corredor de passagem de incêndios e está

normalmente na base da progressão dos incêndios potenciando a sua dimensão sendo uma área extremamente importante e estratégica na defesa do território aos incêndios.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Outro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

n

ID 50187 ---- em 2023-01-12

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar em representação de uma entidade (por favor indique o nome do representante)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Profissão / Área de atuação

Comércio e Serviços

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Áreas e Ações prioritárias

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

A PTZPE 0007 Serra da Malcata e a Reserva Natural da Serra da Malcata integram a lista de áreas classificadas importantes para as aves necrófagas em Portugal (conforme Plano de Ação para a Conservação das Aves Necrófagas - PACAN), especialmente para o abutre-preto (*Aegypius monachus*).

O Objetivo Específico nº 18 do PACAN menciona especificamente a integração de diretrizes nos instrumentos de ordenamento e gestão territorial para assegurar a conservação do abutre-preto e do britango (*Neophron percnopterus*), beneficiando também, indiretamente, outras espécies.

O PRGP SM configura assim uma oportunidade de inclusão de medidas específicas para a conservação das referidas aves a uma escala regional relevante.

As medidas de conservação da biodiversidade animal atualmente propostas estão focadas principalmente nas populações de coelho-bravo e corço, e na gestão de habitat para o lince-ibérico, ações que naturalmente beneficiam as aves necrófagas, mas evidencia-se a falta de medidas específicas para a proteção das aves necrófagas.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Orientações destinadas à concretização da transformação da paisagem; Medidas / Recomendações

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Outro

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

De um modo geral, os parceiros do projeto LIFE *Aegypius return*, neste ato representados pelo coordenador (VCF - Vulture Conservation Foundation), evidenciam a falta de medidas específicas para a proteção das aves necrófagas neste PRGP.

Assim, são propostas as seguintes medidas:

- Gestão florestal e medidas de prevenção de incêndios também em torno de colónias identificadas; evitamento de desmatações massivas nas áreas potenciais para a nidificação.

- Nas áreas de nidificação de abutre-preto, a gestão florestal e cinegética, entre outras atividades humanas (e.g. turística; pedestrianismo), devem ser realizadas fora do período sensível para essa espécie. O período reprodutor decorre entre fevereiro e setembro, pelo que as atividades devem realizar-se apenas entre outubro e janeiro do ano seguinte.

- Implementação de mecanismos de salvaguarda de árvores de grande porte em áreas com habitat favorável à nidificação do abutre-preto.

- Reconhecimento dos serviços de ecossistema providenciados pelas necrófagas na matriz de valoração dos SE.

- Reconhecimento da importância da disponibilidade alimentar para a conservação das aves necrófagas, e da necessidade do estabelecimento e gestão de campos de alimentação para aves necrófagas e ao regulamento para a gestão de áreas não vedadas.

- Reconhecimento que a electrocução e a colisão com infraestruturas para a produção ou transporte de energia elétrica são a segunda causa mais importante de mortalidade para aves necrófagas, e que, portanto, o planeamento de novas linhas elétricas e/ou centrais eólicas deverá ter em consideração a localização de colónias de nidificação ou áreas de alimentação desta espécie. Deverá também ser feito um esforço para corrigir ou mitigar pontos de mortalidade conhecidos.

- Identificar as colónias conhecidas de abutre-preto na região como sensíveis à perturbação humana, e adequar a gestão cinegética às suas necessidades de conservação.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Outro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

Conforme pontos anteriores.

ID 50169 ----- em 2023-01-09

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar a título individual (por favor indique o seu município de residência)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Profissão / Área de atuação

Administração Central e Local

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Diagnóstico da Situação Territorial

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Página 71: Florestas - valorização carvalho negral. Duv: para o carvalho negral apenas se prevê pagamento por serviços ecossistemas (ES)? não seria interessante considerar e promover outras formas de valorização desta espécie como por exemplo: 1.como SAF -promoção de "montado" de carvalho, considerando não só os grandes ruminantes (gado bovino) mas também produção extensiva de porcos (já há algumas explorações no concelho do Sabugal em zonas de carvalho) e pequenos ruminantes; 2. utilização de madeira de poda na indústria vinícola (parceria com vinhos da Beira Interior);

Página 91 - Matriz de valoração dos SE, em especial zonas agrícolas e pastagens. Surpreende-me a baixa valorização dada aos ecossistemas agrícolas do território, nomeadamente do ponto de vista dos Serviços Culturais, principalmente quando ao longo dos vários documentos se menciona o seu carácter extensivo, sendo indiscutível o seu papel na construção secular da paisagem cultural ligada ao sistema agro-silvo-pastoril, que é também uma das grandes propostas deste documento. Assim sendo, tendo a discordar da classificação atribuída a estes ecossistemas, a qual penso que devia ser revista.

Pag. 98.

Cenário transição positiva, 2ª bullet: clarificar que se propões SAF de sobreiro nas zonas mais a sul e de carvalho-negral nas zonas mais a norte (uma vez que, de acordo com o inventário floresta, e à semelhança do pinheiro a zona norte também não apresenta características favoráveis ao sobreiro);

Pág. 99

Cenário ideal: considerando o habitat ideal de lince-ibérico esta intimamente ligado ao mosaico agro-silvo-pastoril, e depende muito do ecossistema agrícola (criação de sementeiras para aumentar efeito de orla), parece-me que o 1º bullet se adequa mais à promoção do lobo-ibérico enquanto que o segundo bullet ao lince.

Pag. 100 – no capítulo de Impacto na valoração matricial dos SE mencionam cartografia com o

mapeamento dos SE, mas não consegui encontrar. Está disponível? Se não podem disponibilizar?
Fiquei surpreendida pela grande semelhança entre a valoração média dos SE da situação atual e cenário ideal (fig. 30) e a consulta do mapa talvez ajude a perceber melhor este gráfico.
Pág. 127 Plano de monitorização já foi definido? Se sim, está disponível para consulta?
Pág. 145 & 150: Na pagina 145, para além da AIGP “terras do Lince” falam de mais duas AIGPs (uma na zona de Casteleiro-Sortelha e outra entre Pega-Adão) enquanto que dpeois na pag. 150 (tabela) mencionam apenas mais uma AIP na UF de Pousafoles do Bispo, Pena-lobo e Lomba □ esta informação parece discrepante, e fiquei sem perceber quantas e onde são propostas novas AIGPs

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Áreas e Ações prioritárias

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Outro

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

Não tenho nada a apresentar

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Outro

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

Não tenho nada a apresentar

ID 50046 ----- em 2022-12-28

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar a título individual (por favor indique o seu município de residência)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência,

conforme aplicável

Sabugal

Profissão / Área de atuação

Indústria

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Desenho da Paisagem

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Falta ambição e visão para o restauro da Malcata.

<https://comunidadeculturaearte.com/imaginar-uma-serra-da-malcata-selvagem/>

As plantações de exóticas nas propriedades do ICNF devem ser todas removidas e a floresta nativa recuperada, são uma caixa de fósforos à espera de arder.

Existem muitos mais animais que podem regressar à Serra para além do Lince Ibérico (atrativo para o turismo, prevenção de incêndios e restauro da natureza)

Cavalo Selvagem (idêntico ao Gerês)

<https://www.wilder.pt/naturalistas/pode-o-cavalo-selvagem-voltar-a-portugal/>

Gamo (Idêntico ao Alentejo)

<https://www.wilder.pt/naturalistas/pode-o-gamo-ser-selvagem-em-portugal/>

Cabra Montesa (idêntico à Serra de Francia)

https://sigarra.up.pt/fep/en/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=571223

Muflão (serras Sul de Espanha)

<https://danielgutierreznatufoto.blogspot.com/2011/10/lince-iberico-cazando-un-muflon.html>

Castor (Ebro Espanha) As galerias ripícolas estão em bom estado é preciso é devolver dinâmicas naturais.

<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/21154>

Animais selvagens são chave para prevenir e mitigar o efeito dos incêndios, devolvem vida ao ecossistema e são um grande atrativo turístico.

<https://www.publico.pt/2022/08/11/p3/cronica/combater-incendios-florestais-brigadas-animais->

selvagens-2016538

<https://comunidadeculturaarte.com/animais-selvagens-os-futuros-bombeiros/>

A aposta em práticas agrícolas é uma proposta antiquada, cara que promove conflitos (por exemplo com o lobo ibérico) e que não é atrativa para jovens com estudos.

Sugiro uma olhada no do seguinte livro:

[https://www.rewildingargentina.org/library/libros/institucional/produccion_de_naturaleza_\(ed_digital\).pdf](https://www.rewildingargentina.org/library/libros/institucional/produccion_de_naturaleza_(ed_digital).pdf)

Mais do que valorizar os ativos existentes é preciso criar novos, mais do que subsidiar é preciso criar as condições, as oportunidades para a iniciativa privada poder investir.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Diretrizes de Planeamento e Gestão

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

É preciso um diretor do parque nacional, uma equipa no terreno e contacto próximo com ONGs como a Rewilding Portugal.

<https://rewilding-portugal.com/>

Mais do que relatórios é preciso ação no terreno.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Fatores Críticos de Decisão

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

É preciso aproveitar as oportunidades do abandono agrícola para restaurar a natureza e criar novas oportunidades económicas.

<https://rewilding-portugal.com/pt/noticias/visao-para-a-quinta-de-santa-margarida-um-oasis-de-biodiversidade-no-planalto-raiano/>

<https://phys.org/news/2022-05-regrow-reuse-abandoned-farms-mitigate.html>

É preciso mudar de paradigma mais do que remar contra a maré e tentar reanimar a agricultura é preciso tentar algo novo, restaurar a natureza e criar novas oportunidades económicas.

ID 50035 ---- em 2022-12-27

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar a título individual (por favor indique o seu município de residência)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Sabugal

Profissão / Área de atuação

Agricultura e Pescas

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Regime de fogo

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Após leitura do resumo não técnico, não podia deixar de ficar alerta e preocupado. Preocupação que se agudiza por conhecer a organização e funcionamento do nosso país, (falta de transparência e ética, défice de governança e responsabilização, fiscalização inexistente/ineficaz e impunidade,

falta visão/estratégia a longo prazo, entre outros), também o contexto atual e o perfil dos agentes locais me fazem temer alguns aspectos abordados neste PRGP - Serra da Malcata.

Resumidamente temo que seja mais uma oportunidade de assaltado a uma área natural que com este PRGP podemos estar a legitimar.

Começo por referir que acho o PRGP desequilibrado em termos dos destaques atribuídos a diferentes áreas. Os serviços de ecossistemas deveriam ter um papel central e charneira para os restantes serviços e áreas de intervenção, no entanto são preteridos para algo quase vestigial. Se não colocarmos este serviço de ecossistemas como central corremos o risco de muitos dos outros não funcionarem.

Após os grandes incêndios de 2017 criou-se um grande debate em torno dos incêndios (mais uma vez), mas será que passou de debate? Tivemos grandes incêndios em 2003, 2005 grandes debates também ai ocorreram, nada foi feito até 2017, não me parece que algo estrutural, planeado, organizado e integrado tenha sido feito até a data. Nem ao nível da prevenção, nem combate nem mitigação. O que assistimos a partir de 2017 foi a cortes de arvores indiscriminadamente com medo de coimas, perdendo assim os nossos maiores aliados no combate às alterações climáticas e inundações. Esta gestão das florestas é de extrema importância e sensibilidade, tem que necessariamente ser acompanhada por técnicos com sensibilidade para ecologia destes ecossistemas e, não ser simplesmente uma janela de oportunidade para assaltar estes espaços, cortando e transformando em algo que beneficia um ou dois em vez do todo.

A fiscalização tem que ser extremamente exigente, transparente, ativa e competente, para evitarmos assistir a assaltos à floresta e biodiversidade sob falso pretexto de combate a incêndios. Penso que também deveriam existir ações de formação e de sensibilização junto dos mais novos para a utilização da floresta e do fogo. Se esta população sentir que a floresta é sua, promovendo atividades dentro da floresta, ensinando como podem de forma segura retirar combustível com os seus lumes seguros, com a segurança necessária e os períodos em que o podem fazer, podemos estar contribuir para a redução dos riscos de incêndio e por um maior respeito com a natureza.

Uma atividade de extrema importância, que se encontra relacionada com as mais variadas áreas abordadas, mas em especial pode servir de eixo (transmissão) entre os serviços socioeconómicos e serviços de ecossistemas é o Turismo. Este Turismo necessita urgentemente de ser estruturado, organizado, formatado para tal como num carro funcionar como eixo de transmissão entre o socioeconómico e o serviço de ecossistemas. Aqui existe uma grande necessidade de organização, concertação, capacitação das mais diversas áreas de atividades para tudo funcionar. Neste ponto considero que urge uma chamada das "partes" e de uma forma integrada poder criar uma rede, podendo o Turismo dinamizar as restantes partes. A este nível penso que as Câmaras Municipais devam ter um papel mais ativo pois ninguém melhor que eles conhecem as especificidades dos seus territórios e os agentes.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais

gostaria de deixar o seu comentário

Áreas e Ações prioritárias

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Programa de Execução e Governança

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

Para a implementação do programa, a sua governança e monitorização considero fulcral a capacitação de muitos dos agentes locais, a sensibilização e educação dos mais novos. Reforço a minha preocupação com a fiscalização e responsabilização e a governança. Não podemos continuar a fechar os olhos, assistir a impunidades dos incumpridores, as entidades fiscalizadoras têm que cumprir esse papel de forma isenta e transparente.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Fatores Críticos de Decisão

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Comentário

Penso que este PRGP pode ser uma forte alavanca socioeconómica e evitar o progressivo despovoamento destas áreas, mas mais que isso, que possa melhor contribuir para a preservação destas áreas naturais e incremento da qualidade de vida para todos os que "teimosamente resistem" viver aqui. Os fatores críticos de decisão e estas opções estratégicas na sua articulação indicam-nos o caminho, agora é preparar a viagem e partir. Preparar a viagem considero a sensibilização, educação, capacitação, depois é manter a fiscalização e as regras para não nos deixarmos sair do caminho

ID 49842 ----- em 2022-11-21

Os dados pessoais constantes da presente Ficha de Participação encontram-se protegidos ao abrigo da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, Lei de Proteção de Dados Pessoais e destinam-se exclusivamente a utilização no âmbito do procedimento de Discussão Pública do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Malcata.

Ok, compreendi.

IDENTIFICAÇÃO DO PARTICIPANTE

Está a participar a título individual (por favor indique o seu município de residência)

Indique por favor o nome do Representante da entidade ou o seu município de residência, conforme aplicável

Valongo

Profissão / Área de atuação

Administração Central e Local

O presente formulário de participação está organizado de acordo com a estrutura dos documentos e procura facilitar o registo da sua opinião e comentários associados às várias componentes da proposta. Assinale as componentes sobre as quais se pretende pronunciar, e deixe o seu comentário na caixa de texto respetiva. O seu contributo é importante!

Ok, compreendi.

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Assinale as matérias sobre as quais gostaria de deixar o seu comentário

Metodologia

RELATÓRIO DO PROGRAMA > Comentário

Não tenho conhecimento de planos ou programas de ordenamento do território que integrem e associem, explicita e rigorosamente, a proteção das galerias ripícolas e das margens das águas, com a delimitação dos domínios - públicos - hídricos (fluvial, lacustre, marítimo) e com as iniciativas locais (desenquadradas, em muitos casos) de construção de caminhos pedestres / passadiços marginais, de modo a que estes coincidam sempre com os limites dos DH. Tal integração e associação muito beneficiariam / simplificariam a gestão e fiscalização do território, a definição dos regimes de uso e propriedade do solo, e a consciência dos cidadãos.

SUMÁRIO EXECUTIVO > Assinale os aspetos da implementação do Programa sobre os quais gostaria de deixar o seu comentário

Desenho da Paisagem – Fundamentação das Opções tomadas

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA

Diretrizes de Planeamento e Gestão

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA > Comentário

A integração e associação supra implicará a articulação e trabalho conjunto entre, pelo menos, DGT, APA, ICNF e Municípios.

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO > Assinale os aspetos que merecem o seu comentário

Articulação com as opções estratégicas

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA - RELATÓRIO AMBIENTAL - RESUMO NÃO

TÉCNICO > Comentário

Idem, como nos comentário anteriores.
